

CONTABILIDADE GERAL

DRE e DRA



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

250612424909



CLAUDIO ZORZO

Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em Análise Gerencial, Docência para Nível Superior, Auditoria e Perícia Contábil. É ex-servidor público do Executivo Federal – Ministério do Exército e ex-servidor público do Legislativo Federal – Assessor Parlamentar. Atualmente, é professor de Contabilidade e Auditoria Pública e Privada.

SUMÁRIO

Apresentação	4
DRE e DRA.....	5
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.....	5
Composição e Estrutura da DRE.....	6
Principais Contas da DRE.....	9
Natureza e Função da Despesa.....	15
Resultado com Mercadorias	30
Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.....	98
Divulgação	103
Resumo	144
Questões de Concurso.....	147
Gabarito	157
Gabarito Comentado.....	158

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) aluno(a), espero que esteja tudo bem contigo. Que esteja com saúde e em paz e sempre com vontade de obter mais conhecimento sobre a nossa bela contabilidade e assim atingir o seu objetivo.

Veja esta frase: **“Estude, batalhe, confie em você, ganhe a sua independência sem precisar de ninguém você vai ver que suas escolhas vão ser sensacionais.”**

Motivados na busca do aprendizado e sempre indo em frente, hoje nesta aula vamos estudar a composição e estrutura da DRE e da DRA. Vou começar a aula com a DRE, depois falarei sobre a DRA. Desejo uma excelente aula para você.

DRE E DRA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

A demonstração do resultado do exercício é uma demonstração contábil dinâmica, destinada a evidenciar a composição do desempenho econômico-financeiro apurado num determinado período de operações da Entidade.

A DRE, observado o regime da competência, evidenciará de forma vertical, os vários níveis de resultados e desempenhos apurados pela entidade em um período, mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.

ATENÇÃO

Nós vimos em aula passada que as informações sobre a posição patrimonial e financeira são fornecidas pelo Balanço Patrimonial, de forma estática; esta estaticidade é modificada pelas contas de resultado; por isto que a dinâmica fornecida pela DRE está diretamente relacionada com a modificação da situação líquida apresentada no BP.

De forma simples, a DRE fornece as informações sobre o desempenho econômico e financeiro da empresa na gestão de seu patrimônio, ou seja, apresenta os resultados apurados, considerando as receitas e as despesas.

As informações referentes ao desempenho da entidade, especialmente a sua rentabilidade, são requeridas com a finalidade de avaliar possíveis mudanças necessárias na composição dos recursos econômicos que provavelmente serão controlados pela entidade. Estas informações são úteis para prever a capacidade que a entidade tem de gerar fluxos de caixa a partir dos recursos atualmente controlados por ela. Também é útil para a avaliação da eficácia com que a entidade poderia usar recursos adicionais.

Na prática o resultado econômico é frequentemente usado como medida de desempenho na gestão do patrimônio ou como base para outras avaliações, tais como o retorno do investimento ou resultado por ação. É um indicador que ajuda aos usuários a tomar decisões sobre seus investimentos.

ATENÇÃO

As receitas e despesas são apresentadas na DRE de diferentes maneiras, de modo que prestem informações relevantes para a tomada de decisões. Por exemplo, é prática comum

distinguir entre receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade (operacionais) e as demais (não rotineiras).

Na DRE as contas de resultados são as receitas e os ganhos, as deduções de receitas, custos, despesas, impostos e participações sobre lucros. Essa distinção é feita porque a fonte de uma receita é relevante na avaliação da capacidade que a entidade tenha de gerar caixa no futuro; já a separação das despesas facilita o entendimento de quanto é necessário gastar para que as receitas sejam realizadas.

A diferença entre itens de receitas e de despesas e a sua combinação de diferentes maneiras também permitem demonstrar várias formas de medir o desempenho da entidade, com maior ou menor abrangência de itens. Por exemplo, a demonstração do resultado pode apresentar a margem bruta, o lucro ou prejuízo das atividades ordinárias antes dos tributos sobre o resultado, o lucro ou o prejuízo das atividades ordinárias depois desses tributos, o lucro antes das participações e por fim e o lucro ou prejuízo líquido.

O PULO DO GATO

Na demonstração do resultado do exercício, a apresentação das receitas e ganhos, e das despesas e perdas geralmente é feita de forma separada, fundamentando-se esse fato em razões que levam à tomada de decisão econômica e não em razões de cunho conceitual.

COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DA DRE

A lei 6.404/76 trata da DRE em seu art. 187, estabelecendo a estrutura de apresentação da Demonstração, conforme a função da despesa, da seguinte forma:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; modificado pela lei 11.941/09
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; modificado pela lei 11.941/09
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Analisando a lei em consonância com as normas contábeis podemos entender que a demonstração do resultado compreenderá:

- a) as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas incorridas, independente de pagamento, correspondentes a esses ganhos e receitas.

Já o CPC 26 (R1) destaca que a demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais:

- Receita líquida
- Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- Lucro bruto;
- Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- Resultado antes das receitas e despesas financeiras
- Despesas e receitas financeiras;
- Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- Despesa com tributos sobre o lucro;
- Resultado líquido das operações continuadas;
- Valor líquido dos seguintes itens:
- Resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
- Resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.
- Resultado líquido do período.

Note que segundo a Lei 6.404-76, a DRE começa pela Receita Bruta de Vendas, e segundo o CPC, pela Receita Líquida de Vendas. A justificativa técnica é a de que, de acordo com a essência econômica, as deduções da vendas, como descontos concedidos, impostos sobre vendas, devolução de vendas, não representam recursos da empresa, apesar de estarem inclusos nas vendas brutas, assim, não há a necessidade de sua apresentação na demonstração, contudo, estas informações deverão ser divulgadas em notas explicativas.

O PULO DO GATO

O primeiro item da DRE, segundo as normas contábeis, é Receita Líquida de Vendas; já conforme a lei 6.404/76, o primeiro item da DRE é a Receita Bruta de Vendas.

Esta interpretação diferente da composição inicial da DRE foi apresentada também, em 2014, pela Lei 12.973, que destacou a composição da Receita Bruta e por consequência da Receita Líquida que deverá ser apresentada na DRE para fins fiscais.

A referida lei trata da composição da receita bruta e da receita líquida, da seguinte forma:

A **receita bruta** compreende:

- a) o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
- b) o preço da prestação de serviços em geral;
- c) o resultado auferido nas operações de conta alheia, como consignação, comissão ou ordem de venda; e
- d) as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica, não compreendidas nos itens anteriores.

Ainda segundo a legislação, a **receita líquida** será a receita bruta diminuída de:

- I – Devoluções e vendas canceladas;
- II – Descontos concedidos incondicionalmente;
- III – Tributos sobre ela incidentes; e
- IV – Valores decorrentes do ajuste a valor presente de vendas a prazo, de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das operações vinculadas à receita bruta.

Com base neste arcabouço legal, que foi assumido pelo novo Regulamento do Imposto de renda, a receita bruta é o montante das vendas oriundas das atividades fim da empresa e a receita líquida é a receita bruta menos as deduções de vendas, inclusive os juros embutidos nas vendas a prazo; já segundo o CPC somente é apresentada na DRE a Receita Líquida de vendas.

O PULO DO GATO

Considerando a essência econômica sobre a formalidade jurídica, a receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;

- c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
 - d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
 - e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.
-

PRINCIPAIS CONTAS DA DRE

RECEITA BRUTA DE VENDAS

É a soma de todas as vendas, a vista ou a prazo, de mercadorias ou serviços realizadas pela empresa durante todo o período social. A receita de vendas é registrada na data de sua ocorrência, independentemente de ter sido recebida ou não. O registro é feito sempre pelo valor total de venda, sem dedução de impostos ou custos.

Somente entrará nesta conta a venda de mercadorias e a venda de serviços, ou seja, venda do que é objeto social das atividades da empresa.

ATENÇÃO

Venda a prazo é diferente de venda financiada para fins de tributação

- **Venda a prazo** é espécie de negócio jurídico no qual o vendedor oferece ao comprador o pagamento parcelado do produto, acrescentando-lhe um juro ao preço final, assim, o preço total é o “normal” da mercadoria (preço de venda à vista) e o acréscimo decorrente do parcelamento.
 - **Venda financiada** depende de duas operações distintas para a efetiva “saída da mercadoria” do estabelecimento, uma é compra e venda e outra a operação de financiamento em que há a intermediação de instituição financeira.
-

Para o STJ nas vendas a prazo, os impostos devem incidir sobre o valor total da operação, incluindo os juros e demais encargos financeiros. A decisão foi tomada no dia 03/05/16 pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação ao IPI, e em 2009, em relação ao ICMS.

Nas vendas financiadas, onde há a participação de instituições financeiras, os impostos incidem apenas sobre o valor da mercadoria, sem englobar os juros pagos ao financiador. Sobre os juros do financiamento deve ser recolhido o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF).

DEDUÇÕES DAS VENDAS

A dedução das vendas brutas representam as despesas ou custos relacionados com a Receita Bruta, como os impostos que incidem sobre o faturamento da empresa e alguma outra situação que diminua o saldo das vendas.

As deduções de vendas são:

- ICMS sobre vendas;
- ISS sobre vendas;
- PIS e COFINS sobre faturamento;
- Devoluções de vendas;
- Cancelamento de vendas;
- Descontos incondicionais concedidos, que é o mesmo que descontos comerciais e abatimentos concedidos.
- Ajuste a valor presente de vendas a prazo

ATENÇÃO

É importante destacar a inclusão como dedução das vendas brutas, pela legislação, do ajuste a valor presente de vendas a prazo como dedução.

EXEMPLO

Uma empresa vende mercadorias que tem o preço à vista de \$ 100.000 por \$ 120.000, para receber após 4 meses. Neste tipo de questão devemos diferenciar o preço à vista do preço a prazo, sendo a diferença tratada como uma receita antecipada, a conta é juros ativos a transcorrer, conta redutora do ativo.

Venda à vista = 100.000

Venda a prazo = 120.000

Juros ativos a transcorrer = 20.000

Tal procedimento busca, respeitando o regime de competência, reconhecer os juros de acordo com o transcorrer do tempo. (Juros é o custo do dinheiro no tempo)

Registro contábil segundo a lei 6.404/76

D – Clientes – 120.000

D – Ajuste a valor presente (dedução) – 20.000

C – Juros ativos a transcorrer (redutora do ativo) – 20.000

C – Receita bruta de vendas – 120.000

Na DRE, segundo a legislação, a primeira conta é a receita bruta de vendas e assim teríamos a seguinte apresentação:

RBV = 120.000

(-) AVP = (20.000)

(=) RLV = 100.000

No Balanço Patrimonial a apresentação é a seguinte:

Clientes – 120.000

Juros ativos a transcorrer – (20.000)

Valor presente líquido = 100.000

Note que o valor presente líquido inicial a receber é de \$100.000, mesmo valor que seria recebido na venda à vista.

Os juros antecipados, de \$ 20.000, serão apropriados mês a mês da seguinte forma.

D – Juros ativos a transcorrer – 5.000

C – Receita financeira – 5.000

No Balanço Patrimonial a apresentação, após a apropriação do primeiro mês, é a seguinte:

Clientes – 120.000

Juros ativos a transcorrer – (15.000)

Valor presente líquido = 105.000

O valor presente líquido a receber aumentou e foi para \$ 105.000, pois na medida em que os juros vão transcorrendo (sendo apropriados) o valor presente líquido vai aumentando, até chegar aos \$ 120.000.

Registro segundo as normas contábeis do CFC

D – Clientes – 120.000

C – Juros ativos a transcorrer – 20.000

C – Receita líquida de venda – 100.000

Na DRE a primeira conta é a RLV de 100.000, as demais informações serão apresentadas em notas explicativas.

No Balanço Patrimonial a apresentação é a seguinte:

Clientes – 120.000

Juros ativos a transcorrer – (20.000)

Valor presente líquido a receber = 100.000

ATENÇÃO



O desconto comercial concedido, também denominado de desconto incondicional, se destaca por ser apresentado na nota fiscal de venda, é diferente do desconto financeiro que é concedido depois da venda e é considerado uma despesa operacional.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Contém as receitas provenientes das vendas de produtos ou da prestação de serviços, oriundos da atividade operacional da empresa após as deduções sobre as vendas.

Ela é resultado das Vendas Brutas menos as deduções sobre as vendas, é o valor que efetivamente representa o que a empresa gerou de receita.

ATENÇÃO

Segundo as normas internacionais apresentadas pelo Comitê de Pronunciamento contábil a DRE começa por esta conta.

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS

São todos os custos incorridos no processo de fabricação do produto (se for indústria) ou na aquisição da mercadoria para revenda (se for comércio); caso a empresa seja uma prestadora de serviço será calculado o CSP – custo do serviço prestado.

O CMV é sempre resultante da contrapartida da baixa do estoque por venda e representa o custo do estoque que foi vendido, será calculado pela equação:

$$\text{CMV} = \text{estoque inicial} + \text{compras} - \text{estoque final}.$$

Neste cálculo só entra o valor da compra, ou seja, não interessa o valor da venda.

DESPESAS OPERACIONAIS

Englobam todas as despesas relacionadas com a área operacional da empresa, tais como Contabilidade, Tesouraria, Departamento de Pessoal, Cobrança, Faturamento, Processamento de Dados, Diretoria, serviços gerais.

Entende-se por despesas operacionais todas aquelas que estejam diretamente relacionadas com a atividade fim da empresa, sejam administrativas, financeiras, vendas, publicidade.

São as despesas rotineiras, que acontecem no dia a dia da empresa, assim, são tratadas como gastos contínuos.

Veja alguns exemplos de despesas:

- Frete
- Seguro
- Salários
- Multas
- FGTS
- Depreciação
- Manutenção
- Descontos financeiros concedidos
- Juros passivos
- Aluguel
- Comissões passivas
- Despesas financeiras

- Perda na variação cambial
- Perda na equivalência patrimonial

RECEITAS OPERACIONAIS

São as receitas que tem relação com as atividades da empresa; por exemplo, juros financeiros sobre vendas, comissões recebidas, descontos em pagamentos, ganhos na equivalência patrimonial, dividendos recebidos, aluguel de ativos.

Mesmo não estando diretamente ligadas às vendas de mercadorias, são receitas continuadas da empresa e já estão relacionadas no seu orçamento.

Alguns exemplos de contas que representam receitas:

- Aluguel ativo
- Desconto obtidos
- Juros ganhos
- Receita financeira
- Comissões ativas
- Ganho na variação cambial
- Ganho na equivalência patrimonial

OUTRAS DESPESAS

São despesas que não fazem parte da atividade normal da empresa. Normalmente, são fatos atípicos na empresa, casos não rotineiros como a perda na venda de ativos não circulantes, despesas com sinistros, roubos ou doações efetuadas pela empresa. Representam os gastos não continuados.

Exemplos de despesas descontinuadas:

- Sinistros
- Perdas com furtos
- Doações concedidas
- Perda na venda de ativos imobilizado
- Prescrição de créditos
- Perdão de créditos

OUTRAS RECEITAS

São as receitas oriundas de outra atividade que não seja o objeto da empresa, como ganhos nas vendas de ativo não circulante, prêmios recebidos etc.

Outras receitas são consideradas ganhos descontinuados. O que é relacionado como outra despesa ou outra receita deve ser oriundo de fato atípico para a empresa, que não ocorre normalmente.

Exemplos de receitas descontinuadas:

- Doação recebida
- Perdão de dívidas
- Prescrição de dívidas
- Ganho na venda de ativos

A seguir apresento a estrutura de apresentação e de apuração do Resultado do Exercício, conforme determina a Lei 6.404/76:

Receita bruta de vendas (lei 6.404/76)

(-) Deduções das vendas

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

(-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado

(=) Resultado operacional bruto ou lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias

(-) Despesas operacionais

(+) Receitas operacionais

(=) Resultado operacional líquido ou lucro operacional líquido

(-) Outras despesas

(+) Outras receitas

(=) Resultado antes da CSLL

(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL

(=) Resultado antes do Imposto de renda

(-) Imposto de Renda - IR

(=) Resultado antes das participações

(-) participações nos lucros

(=) Resultado líquido do exercício

Ao término do exercício social junto com a DRE deverá ser apresentado o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da seguinte forma:

$$\text{Resultado por ação} = \frac{\text{Resultado líquido do exercício}}{\text{Número de ações do capital social (integralizado)}}$$

Para efetuar o cálculo do RPA deve-se levar em consideração o valor corresponde ao de ações em circulação, ou seja, deve ser excluído do valor do capital social as ações em tesouraria ou a parcela relativa ao capital a realizar.

ATENÇÃO 

Quando a empresa for uma indústria, a DRE deve começar pela conta “faturamento Bruto”, que será deduzida pela conta IPI sobre faturamento.

Faturamento Bruto (indústrias)

(-) IPI sobre faturamento

(=) Receita bruta de vendas (lei 6.404/76)

(-) Deduções das vendas

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

(-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado

(=) lucro operacional bruto

Este procedimento é feito porque sobre as receitas brutas das empresas industriais incide o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

NATUREZA E FUNÇÃO DA DESPESA

O CPC 26 R1 destaca que a entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada NATUREZA DA DESPESA, se permitida legalmente, ou na FUNÇÃO DA DESPESA dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais. No Brasil a Lei 6.404/76 determina o uso do método da função da despesa.

As despesas devem ser subclassificadas a fim de destacar componentes do desempenho que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade. Essa análise deve ser proporcionada em uma das duas formas descritas seguir:

A primeira forma de análise é o método da **natureza da despesa**. As despesas são apresentadas na DRE de acordo com a sua natureza, ou seja, o que a conta é (por exemplo, depreciações, despesas com transporte, benefícios aos empregados e despesas de publicidade), não sendo realocados entre as várias funções dentro da entidade.

Esse método pode ser simples de aplicar porque não são necessárias alocações de gastos a classificações funcionais. Um exemplo de classificação que usa o método da natureza do gasto é o que se segue:

Receitas

(+) Outras Receitas

(=) total das receitas

(-) Variação do estoque de produtos acabados e em elaboração

(-) Consumo de matérias-primas e materiais

(-) Despesa com benefícios a empregados

(-) Depreciações e amortizações

(-) Outras despesas

(=) Total da despesa

(=) Resultado antes dos tributos

A segunda forma de análise é o **método da função da despesa** ou do “custo dos produtos e serviços vendidos”, classificando-se as despesas de acordo com a sua função na parte operacional da empresa, pode ser como parte do custo dos produtos ou serviços vendidos ou, por exemplo, das despesas de distribuição ou das atividades administrativas (aluguel, salário, depreciação).

No mínimo, a entidade deve divulgar o custo dos produtos e serviços vendidos segundo esse método separadamente das outras despesas.

Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável julgamento.

Um exemplo de classificação que utiliza o método da função da despesa é a seguinte:

Receitas

(-) Custo dos produtos e serviços vendidos

(=) Lucro bruto

(+) Outras receitas

(-) Despesas de vendas

(-) Despesas administrativas

(-) Outras despesas

(=) Resultado antes dos tributos

As entidades que classificarem os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas, em suas notas explicativas, incluindo as despesas de depreciação e de amortização e as despesas com benefícios aos empregados.

A escolha entre o método da função das despesas e o método da natureza das despesas depende de fatores históricos e setoriais e da natureza da entidade. Ambos os métodos proporcionam uma indicação das despesas que podem variar, direta ou indiretamente, com o nível de vendas ou de produção da entidade. Dado que cada método de apresentação tem seu mérito conforme as características de diferentes tipos de entidade, este Pronunciamento Técnico estabelece que cabe à administração eleger o método de apresentação mais relevante e confiável, atendidas as exigências legais. Entretanto, dado que a informação sobre a natureza das despesas é útil ao prever os futuros fluxos de caixa, é exigida divulgação adicional quando for usada a classificação com base no método da função das despesas.

O PULO DO GATO



A natureza da despesa apresenta a conta, é analítica e específica; a função da despesa apresenta um grupo de contas, é sintética e genérica.

DIRETO DO CONCURSO

001. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/AUDITOR/2018) Na elaboração da demonstração do resultado do exercício, as despesas podem ser agregadas de acordo com a sua natureza ou com a função da despesa.

Um item representativo de função da despesa é o de

- a) consumo de matérias-primas
- b) depreciações e amortizações
- c) despesa com benefícios a empregados
- d) despesas de vendas
- e) variações cambiais passivas



A despesa segundo a sua função apresenta as despesas segundo a sua importância no processo operacional, agrupando as contas; como por exemplo a conta despesas com vendas.

Letra d.

002. (CFC/CFC/BACHAREL/2017) De acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a apresentação das despesas na Demonstração do Resultado do período poderá utilizar uma classificação com base na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade.

Assinale a opção que contém apenas exemplos de despesas classificadas por Natureza:

- a) Despesas Administrativas, Despesas com Depreciação e Despesas com Vendas.
- b) Despesas com Benefícios a Empregados, Despesas com Publicidade e Despesas com Depreciação.
- c) Despesas com Benefícios a Empregados, Custo dos Produtos Vendidos e Despesas Administrativas.
- d) Despesas com Vendas, Despesas com Depreciação e Custo dos Produtos Vendidos.



O método da natureza da despesa apresenta a conta, assim, são classificadas de acordo com esse método as despesas com benefícios a empregados, despesas com publicidade e despesas com depreciação.

Letra b.

003. (FUNDATEC/SANTO AUGUSTO-RS/CONTADOR/2020) Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 R2, _____ são reduções nos ativos, ou

aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima

- a) despesas
- b) ativos
- c) passivos
- d) receitas
- e) custos



O conceito apresentado no enunciado é o de despesa. Toda despesa diminui o PL, por consequência diminui o ativo ou aumenta o passivo. Lembre-se de que as relações da empresa com sócios não são receitas nem despesas.

Letra a.

004. (IDECAN/PEFOCE/PERITO CONTÁBIL/2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, uma entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais. Assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) despesas comerciais e despesas administrativas
- b) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- c) despesas de salários e despesas financeiras
- d) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- e) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa



As despesas classificadas pela natureza apresentam a conta, de forma específica; já quando classificadas pela função, elas apresentam a ação executada, são contas genéricas que agrupam várias contas específicas.

A letra "A" apresenta contas de acordo com a função da despesa; pois dentro de despesas comerciais pode ter frete, perdas e comissões, entre outras; já em despesas administrativas, temos aluguel, energia, manutenção etc.

Letra a.

005. (VUNESP/TJ-SP/CONTADOR/2014) Uma determinada Empresa de produtos eletrônicos com sede em Manaus – AM vendeu, em 28 de dezembro de 2014, uma produção de televisores para um grande varejista na região sul do País, sendo que para a entrega da mercadoria, a Empresa mantém um contrato com uma transportadora. Toda a mercadoria é segurada, sendo que o beneficiário pelo seguro é a indústria de eletrônicos, mitigando, assim, os riscos de perda com eventual sinistro. No que tange ao tempo de entrega, por ela estar em Manaus, as entregas para o sul do País demoram, em média, 10 dias. Nesse caso, a receita relativa a essa venda deverá ser contabilizada no resultado da Empresa

- a) no embarque da mercadoria para transporte, pois existe, nesse caso, a transferência do risco da mercadoria à transportadora.
- b) após atravessar a última fronteira estadual; consequentemente, a mercadoria estaria oficialmente aceita pela fiscalização do estado de destino.
- c) somente quando a mercadoria for entregue ao cliente varejista no sul do País, quando ocorre a transferência do risco e da posse.
- d) por ocasião do faturamento da mercadoria, que é automático ao se emitir a nota fiscal pelo sistema ERP.
- e) ao se contratar a cobertura do seguro; dessa forma, existe seguro para o risco de sinistro, portanto, não há expectativa de perda.



A contabilidade está sendo registrada considerando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica, isto não prática quer dizer que o fato será registrado quando ocorrer a transferência dos riscos e dos benefícios (controle), independentemente da formalidade jurídica.

Assim, segundo as normas contábeis, a receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
- d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
- e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Letra c.

006. (IADES/CRF-DF/CONTADOR/2017) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) resume ordenadamente Receitas e Despesas e subsidia a tomada de decisão tanto para a empresa quanto para os usuários da contabilidade em geral. Considerando a estrutura da DRE, para obter a Receita Líquida de uma empresa, deve-se

- a) subtrair do total geral das vendas os impostos devidos ao governo, tais como IRPJ, ISS, Cofins, entre outros.
- b) subtrair da Receita Bruta as Deduções e os Abatimentos, ou seja, valores que não representam sacrifícios financeiros para a empresa.
- c) subtrair do lucro operacional as perdas consideradas gastos imprevisíveis anormais, que não contribuem para obtenção de receita.
- d) subtrair do lucro líquido da empresa a participação dos sócios/acionistas.
- e) subtrair da receita bruta os custos do período, constituídos de gastos de fábrica, tais como matéria-prima, mão de obra, aluguel da fábrica, depreciação de bens da fábrica, energia elétrica da fábrica e demais itens relacionados ao custo de produção.



Na estrutura da DRE a receita líquida é obtida pela seguinte equação:

Receita bruta de vendas

(-) deduções da receita

(=) receita líquida de venda

As principais deduções são:

- Impostos sobre vendas (ICMS/PIS/Cofins/ISS)
- Desconto incondicional concedido
- Devolução de vendas
- Abatimentos concedidos
- Ajuste a valor presente de vendas a prazo

Letra b.

007. (IBADE/VILA VELHA-ES/ECONOMISTA/2020) A Demonstração do Resultado do Exercício, ou DRE, é uma peça contábil que tem por objetivo:

- a) apurar o resultado de um exercício (lucro ou prejuízo), por meio da comparação com o imposto (ICMS), recolhido aos cofres públicos.
- b) detalhar a formação do resultado de um exercício (lucro ou prejuízo), por meio da comparação com o saldo em conta corrente.
- c) detalhar a formação do resultado de um exercício (lucro ou prejuízo), por meio da comparação das receitas com os custos e despesas de uma empresa.
- d) detalhar a formação do prejuízo, por meio das despesas em aberto no contas a pagar
- e) detalhar a formação do lucro por meio das receitas auferidas no exercício findo.



A DRE tem por objetivo apresentar o resultado apurado por meio do confronto entre as receitas e ganhos e as despesas, custos e perdas.

Letra c.

008. (AOC/P/SERCOMEL/ANALISTA/2016) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório construído com base nos saldos de encerramento de todas as contas de resultado. Assinale alternativa correta sobre a DRE.

- a) A DRE de forma completa poderá apresentar informações que apresentam somente dados que são relevantes aos recebimentos das empresas.
- b) Na DRE, a receita bruta vem em decorrência da dedução das receitas adquiridas com as vendas menos as despesas incidentes simplesmente nas operações de vendas.
- c) Na DRE, as contas de resultados são receitas, deduções de receitas, custos, despesas, impostos e participações sobre lucros.
- d) Na DRE, os impostos sobre as vendas figuram as obrigações que serão compensadas no final do mês para favorecimento da empresa com geração de créditos.
- e) Na DRE, o lucro bruto demonstra a compensação das vendas e despesas incidentes com produtos vendidos considerando os impostos incidentes sobre essa operação.



A DRE apresenta de forma vertical a composição do resultado econômico por meio dos registros das receitas e ganhos que serão confrontados com as despesas e perdas. A resposta mais correta é a letra "C".

Vejamos os erros das demais assertivas:

- a) Errada. A DRE de forma completa poderá apresentar informações que apresentam somente dados que são relevantes aos recebimentos das empresas. Na DRE estão as informações sobre os fatos econômicos e não sobre os recebimentos.
- b) Errada. Na DRE, a receita bruta vem em decorrência da dedução das receitas adquiridas com as vendas menos as despesas incidentes simplesmente nas operações de vendas. A receita bruta é o total das vendas, ao se deduzir as despesas incidentes na venda a empresa irá apurar a receita líquida de vendas.
- d) Errada. Na DRE, os impostos sobre as vendas figuram as obrigações que serão compensadas no final do mês para favorecimento da empresa com geração de créditos. Os impostos sobre vendas são deduções que geram uma obrigação. Os impostos a recuperar surgem na compra de mercadoria e não na venda.
- e) Errada. Na DRE, o lucro bruto demonstra a compensação das vendas e despesas incidentes com produtos vendidos considerando os impostos incidentes sobre essa operação. O conceito

apresentado está relacionado com a receita líquida de vendas; o lucro bruto é o resultado da RLV deduzida do custo da mercadoria vendida.

Letra c.

009. (INSTITUTO AOCP/UFPB/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) Em relação às contas do Demonstrativo do Resultado (DRE), assinale a alternativa correta.

- a) A receita bruta representa as receitas obtidas na atividade principal da empresa com a venda à vista e a prazo de mercadorias e serviços.
- b) As devoluções ou cancelamentos de vendas representam simplesmente os valores referentes às mercadorias devolvidas pelos clientes.
- c) Os descontos e abatimentos representam os acréscimos sobre os preços concedidos em momentos diferentes.
- d) Os impostos e as contribuições sobre vendas ou serviços são os valores excluídos nas operações de vendas que são pagos pela empresa vendedora.
- e) A receita líquida é o valor que, de fato, pertence ao fisco sobre as operações de venda.



Na DRE, a Receita Bruta de Vendas representa as receitas oriundas da atividade principal da empresa, envolvendo as vendas à vista e a prazo.

- b) Errada. Devolução é diferente de cancelamento; na devolução a mercadoria saiu da empresa, já no cancelamento a mercadoria não saiu.
- b) Errada. Os descontos e abatimentos representam deduções sobre o preço de venda bruto.
- d) Errada. Os impostos e contribuições são excluídos do valor bruto de venda, que é pago pela compradora.
- e) Errada. A receita líquida é o valor que pertence à empresa vendedora.

Letra a.

010. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2017) A Demonstração do Resultado é um relatório elaborado de acordo com os saldos de encerramento de todas as contas de resultado. Assinale alternativa que representa o objetivo da Demonstração do Resultado.

- a) Apresentar o resultado econômico de um exercício social.
- b) Apresentar o somatório das contas patrimoniais.
- c) Apresentar o total das despesas incorridas no mês.
- d) Apresentar o total das receitas recebidas no mês.
- e) Apresentar o valor do lucro sobre as receitas recebido no mês.



A DRE apresenta o desempenho ECONÔMICO da empresa no exercício social, por meio das receitas e despesas.

Letra a.

011. (INSTITUTO AOCPS/SÃO BENTO DO SUL-SC/FISCAL DE TRIBUTOS/2019) As contas de resultado podem ser representadas pelas receitas e despesas. Elas são evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tendo como objetivo a apuração do resultado econômico da entidade. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma conta de resultado.

- a) Aluguel ativo.
- b) Despesa financeira.
- c) Despesa de imposto.
- d) Despesa antecipada.



Vamos classificar as contas:

- Aluguel ativo é receita
- Despesa financeira é despesa
- Despesa de imposto é despesa
- Despesa antecipada é um direito no ativo.

Letra d.

012. (CESPE/TCE-MG/AUDITOR/2018) A tabela seguinte apresenta dados, em reais, retirados da demonstração do resultado do exercício de uma companhia no período de 20XX.

receita de vendas de mercadorias	800.000
devolução de vendas	50.000
descontos condicionais concedidos	40.000
impostos sobre vendas	200.000
custo das mercadorias vendidas	350.000

Considerando-se essa tabela, o valor da receita líquida relativo ao período em questão é igual a

- a) R\$ 560.000.
- b) R\$ 200.000.
- c) R\$ 550.000.

d) R\$ 160.000.

e) R\$ 510.000.



Para responder à questão basta classificar as contas e aplicar a estrutura da DRE; lembre-se que descontos condicionais concedidos é despesa operacional; dedução é descontos INCONDICIONAIS concedidos.

Receita bruta de vendas = 800.000

(-) Deduções das vendas = (250.000)

Devoluções = (50.000)

Impostos = (200.000)

(=) Receita Líquida de Vendas = 550.000

(-) CMV = (350.000)

(=) Lucro Bruto = 200.000

Letra c.

013. (ESAF/SUSEP/ANALISTA TÉCNICO/2010) A seguinte relação contém contas patrimoniais e contas de resultado. Seus saldos foram extraídos do livro Razão no fim do exercício social.

Bancos conta Movimento 9.500,00

Despesas Gerais e Administrativas 19.500,00

ICMS sobre Vendas 16.000,00

Duplicatas a Receber 37.500,00

Encargos de Depreciação 6.000,00

Capital Social 110.000,00

Mercadorias 50.000,00

Juros Passivos a Vencer 3.000,00

Custo das Mercadorias Vendidas 54.500,00

ICMS a Recolher 8.500,00

Capital a Realizar 15.000,00

Provisão para FGTS 24.000,00

Ações de Coligadas 25.000,00

Receita de Vendas 100.000,00

Duplicatas a Pagar 65.000,00

Provisão para Créditos Incobráveis 12.500,00

Depreciação Acumulada 10.000,00

Ações em Tesouraria 25.000,00

Juros Passivos 4.000,00

Móveis e Utensílios 70.000,00

Descontos Ativos 5.000,00

Do resultado alcançado no ano, foram distribuídos R\$ 600,00 para reserva legal, R\$ 500,00 para participação de empregados, R\$ 1.250,00 para imposto de renda e o restante para dividendos.

Classificando-se as contas acima e estruturando a apuração do resultado do exercício com os valores demonstrados, vamos encontrar um lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 2.650,00.
- b) R\$ 3.250,00.
- c) R\$ 5.000,00.
- d) R\$ 3.150,00.
- e) R\$ 3.750,00.



Para apurar o lucro basta identificar o total das receitas e das despesas, e saber que das distribuições apresentadas somente a participação dos empregados e o imposto de renda que afetarão o resultado.

- Bancos conta Movimento – ativo circulante
- Despesas Gerais e Administrativas – despesa operacional
- ICMS sobre Vendas – despesa – dedução das vendas
- Duplicatas a Receber – ativo circulante
- Encargos de Depreciação – despesa operacional
- Capital Social – patrimônio líquido
- Mercadorias – ativo circulante
- Juros Passivos a Vencer – ativo circulante – despesa antecipada
- Custo das Mercadorias Vendidas – CMV – despesa
- ICMS a Recolher – passivo circulante
- Capital a Realizar – redutora do patrimônio líquido
- Provisão para FGTS – passivo circulante
- Ações de Coligadas – ativo não circulante
- Receita de Vendas – receitas brutas
- Duplicatas a Pagar – passivo circulante
- Provisão para Créditos Incobráveis – redutora do ativo circulante
- Depreciação Acumulada – redutora do ativo não circulante
- Ações em Tesouraria – redutora do Patrimônio líquido
- Juros Passivos – despesa operacional
- Móveis e Utensílios – ativo não circulante
- Descontos Ativos – receitas

Os R\$ 600,00 distribuídos para a reserva legal não afetam o resultado; serão distribuídos a partir da conta lucros acumulados.

Os R\$ 500,00 para participação de empregados e os R\$ 1.250,00 para imposto de renda deverão aparecer na DRE.

Após a classificação das contas basta apurar o resultado na DRE.

RBV = 100.000,00

(-) dedução das vendas = (16.000,00)

ICMS sobre Vendas 16.000,00

(=) RLV = 84.000,00

(-) CMV = (54.500,00)

(=) LOB/RCM = 29.500,00

(-) despesas operacionais = (29.500)

Despesas gerais e administrativas = 19.500,00

Encargos de Depreciação 6.000,00

Juros Passivos 4.000,00

(+) Receitas operacionais = 5.000

Descontos Ativos 5.000,00

(=) LOL = 5.000,00

(-) outras despesas =

(=) Lucro do antes da contribuição social/IR = 5.000,00

(-) IR= imposto de renda = (1.250,00)

(+) Lucro antes das participações = 3.750,00

(-) participações dos empregados nos lucros = (500,00)

(=) LLE = 3.250,00

Letra b.

014. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2015) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A receita aumenta o resultado do exercício.
- b) Se o ativo perder a sua capacidade de gerar benefícios de forma anormal, inesperada, ou involuntária, esse fenômeno será denominado perda.
- c) A receita corresponde, em geral, à venda de mercadorias ou à prestação de serviços.
- d) A receita sempre aumenta o ativo e todo aumento de ativo significa receita.
- e) As inundações são exemplos de perdas.



A única assertiva errada é a letra “D”; a receita pode aumentar o ativo ou diminuir o passivo, como é o caso do perdão de uma dívida. Nem todo aumento do ativo é uma receita. A

entrada de um novo sócio aumenta o ativo, mas não é receita, pois aumenta o capital social no PL.

Letra d.

015. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2015) Qual das alternativas a seguir faz parte do grupo de Receitas Financeiras no demonstrativo contábil denominado Demonstração de Resultado de Exercício?

- a) Juros passivos.
- b) Descontos concedidos.
- c) Despesas bancárias.
- d) Variação cambial ativa.
- e) Encargos financeiros sobre empréstimos.



A única conta que representa uma receita é Variação Cambial Ativa, que é um ganho na variação da moeda estrangeira. As demais contas representam despesas.

Letra d.

016. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2015) A diferença resultante da conversão de um número específico de unidades em uma moeda para outra moeda, a diferentes taxas cambiais, é a

- a) Taxa de Fechamento.
- b) Taxa de Câmbio.
- c) Variação Monetária.
- d) Variação Cambial.
- e) Variação de Moeda Funcional.



A Variação cambial pode ser ativa, uma receita, ou passiva, uma despesa. Representa os ganhos ou perdas na variação da moeda estrangeira em relação a moeda nacional.

EXEMPLO

A empresa tem uma dívida no exterior em dólar, se o dólar subir, ela terá uma despesa, pois a dívida em reais vai aumentar; contudo, se o dólar diminuir, ela terá uma receita, pois vai diminuir o valor da dívida em reais.

Letra d.

017. (INSTITUTO AOCP/UFSM/CONTADOR/2014) De acordo com o CPC 26, a DRE deve iniciar com

- a) Lucros acumulados (saldo anterior).
- b) Lucro Bruto
- c) Faturamento Bruto
- d) Receita Bruta de Vendas
- e) Receita Líquida de Vendas.



Segundo o CPC/CFC a DRE deve começar pela conta Receita Líquida de vendas. A lei 6.404-76 determina que a DRE deve começar pela conta Receita Bruta de Vendas.

Letra e.

018. (INSTITUTO AOCP/UFS/ADMINISTRADOR/2014) As empresas apresentam usos muito diferentes para os registros e relatórios padronizados de suas atividades financeiras. Assinale a alternativa que denomina o relatório financeiro que apresenta a dinâmica das atividades empresariais executadas dentro de um determinado período.

- a) Demonstração do fluxo de caixa.
- b) Relatório do ciclo operacional.
- c) Relatório do ciclo financeiro.
- d) Demonstração do resultado.
- e) Balanço patrimonial.



A demonstração que apresenta a dinâmica empresarial pelo seu desempenho econômico é a DRE.

Letra d.

019. (INSTITUTO AOCP/SUSIPE-PA/ADMINISTRADOR/2017) Dentre as demonstrações financeiras básicas, a que fornece um resumo financeiro dos resultados operacionais da empresa em um período específico é a demonstração

- a) de lucros e prejuízos acumulados.
- b) dos ganhos de capital.
- c) de resultado do exercício.
- d) das receitas operacionais.
- e) do realizável em longo prazo.



O resultado operacional de uma empresa é apresentado na DRE.

Letra c.

020. (INSTITUTO AOCP/COREN-SC/CONTADOR/2013) Assinale a alternativa que apresente o significado da terminologia despesa.

- a) Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
- b) Bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- c) Bem ou serviço consumido de forma anormal ou involuntária.
- d) Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- e) Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).



A despesa é uma aplicação de recursos em bens ou serviços que estão sendo utilizados ou consumidos na geração de receitas. Em regra, a despesa existe para gerar receitas.

Letra b.

021. (IDECAN/PEFOCE/PERITO CONTÁBIL/2021) Em relação à Demonstração do Resultado do Exercício de uma empresa de consultoria, assinale a alternativa correta.

- a) A receita com a venda de um computador que era utilizado na prestação de serviços é contabilizada como Receita de Vendas.
- b) As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são contabilizadas como deduções das Receitas Brutas.
- c) As variações monetárias em relação aos serviços prestados fora do país são contabilizadas como receita/despesa operacional.
- d) Os prêmios de resgate de títulos e debêntures são contabilizados como Receita Financeira.
- e) Os dividendos são contabilizados como Despesa Financeira.



- a) Errada. A receita com a venda de um imobilizado deve ser registrada como outras receitas.
- b) Errada. A despesa com perdas por inadimplência é registrada como despesas operacionais.
- c) Errada. A variação monetária oriunda do ajuste de valores a receber no exterior serão registradas como receita ou despesa financeira.
- d) Certa. O ganho com a venda de debêntures será registrado como receita financeira, semelhante aos juros ganhos.
- e) Errada. Os dividendos distribuídos pela empresa não são considerados despesas, assim, não transitam na DRE, mas sim, na DLPA ou DMPL.

Letra d.

022. (IDECAN/PEFOCE/PERITO CONTÁBIL/2021) Assinale a alternativa que indique a contabilização correta das reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente de uma empresa de serviços, que normalmente efetua vendas à vista.

- a) Receitas ou despesas operacionais
- b) Outras receitas ou despesas operacionais
- c) Receitas ou despesas financeiras
- d) Despesas administrativas
- e) Receitas comerciais



O AVP – ajuste a valor presente, consiste em retirar os juros embutidos nos valores a pagar ou a receber no futuro, de forma que eles sejam reconhecidos como receita ou despesa FINANCEIRA, na medida em que o tempo for transcorrendo, de acordo com o regime da competência.

Letra c.

RESULTADO COM MERCADORIAS

O resultado com mercadorias – RCM – apresenta o resultado da atividade fim da empresa, por isto que considera somente as receitas e as despesas, custos e deduções relacionadas com a mercadoria negociada; no seu cálculo não entram as demais receitas ou despesas operacionais ou não.

- (=) Receita bruta de vendas ou receita operacional bruta
- (-) Deduções sobre vendas
- (=) Receita líquida de vendas ou receita operacional líquida
- (-) Custo da mercadoria vendida
- (=) lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias

Dedução sobre as vendas

As receitas de vendas são denominadas de brutas, pois englobam todos os valores ganhos na operação, inclusive os impostos que incidem sobre as vendas, as devoluções e qualquer outro valor que estejam diretamente relacionados com a venda.

As deduções de vendas são:

- Devolução de vendas;
- Vendas canceladas;
- Descontos comerciais ou incondicionais concedidos;
- Abatimentos sobre vendas;
- ICMS sobre vendas;

- PIS/COFINS sobre vendas;
- Ajuste a valor presente de vendas a prazo.

Na DRE apresentação das deduções é feita da seguinte maneira:

RBV – receita bruta de vendas

(-) dedução das vendas

(=) RLV – receita líquida das vendas

ATENÇÃO

Descontos incondicionais ou comerciais são diferentes de descontos condicionados ou financeiros.

Os descontos incondicionais consideram-se parcelas redutoras do preço de vendas, quando constarem da nota fiscal de venda dos bens ou da fatura de serviços; do ponto de vista empresa compradora, constituem redutor do custo de aquisição da mercadoria, não é receita.

EXEMPLO

Uma empresa vende \$ 100.000,00 de mercadorias por \$ 400.000,00, à vista; como o cliente tem relação comercial com a entidade foi dado um desconto de \$ 20.000,00, sendo recebido no ato \$ 380.000,00

Neste caso temos que registrar a receita, o recebimento do dinheiro, o desconto e ajustar o estoque em contrapartida do CMV.

D – Caixa – 380.000 (aumenta o ativo)

D – Desconto incondicional concedido – 20.000 (aumenta as despesas como dedução das vendas)

D – CMV – 100.000 (aumenta as despesas)

C – Estoque – 100.000 (diminui o ativo)

C – Venda de mercadoria – 400.000 (aumenta as receitas)

É um fato misto aumentativo, registrado em quarta fórmula.

No desconto financeiro concedido ou desconto passivo, essa conta representa uma despesa que acontece no recebimento de um crédito devido a concessão de um desconto. Tem natureza devedora.

EXEMPLO

Uma empresa recebe uma duplicata de \$ 70.000,00 com desconto de \$ 10.000,00.

D – Caixa – 60.000 (aumenta o ativo)

- ◇ D – Desconto passivo – 10.000 (aumenta as despesas)
- ◇ C – Duplicata a receber – 70.000 (diminui o ativo)
- ◇ É um fato misto diminutivo, registrado em terceira fórmula.

ATENÇÃO

Devolução de vendas é diferente de vendas canceladas

A conta devolução de vendas está relacionada com uma mercadoria que já foi entregue e o cliente está devolvendo. Já a conta cancelamento de vendas está relacionada com uma operação onde a mercadoria ainda não saiu da empresa, foi emitida a nota fiscal, mas não houve a entrega ainda.

Dentro das deduções sobre as vendas destaca-se a conta “impostos sobre vendas”. Quando a empresa vende mercadoria ela inclui no preço final a carga tributária que deverá recolher aos cofres públicos. Assim, impostos sobre as vendas são retirados da receita bruta e reduzem o valor da receita líquida.

O PULO DO GATO

“Todo imposto sobre vendas é uma dedução que gera uma obrigação para a empresa”.

Dedução da receita que gera uma obrigação:

Icms sobre vendas gera Icms a recolher;

Pis sobre vendas gera Pis a recolher;

Cofins sobre vendas gera cofins a recolher;

IPI sobre faturamento gera Ipi a recolher;

ISS gera ISS a recolher.

O registro contábil do imposto sobre venda é o seguinte:

D – ICMS sobre venda – dedução da venda

C – ICMS a recolher – passivo circulante

Ao término do mês corrente a empresa deverá compensar o imposto a recolher (venda) com o imposto a recuperar, que é um crédito tributário surgido na compra, da seguinte maneira:

D – Imposto a recolher

C – Imposto a recuperar

Na compensação dos impostos, a diferença apurada pode ser um imposto a recolher, se o imposto a recolher for maior que o imposto a recuperar, ou a manutenção de um crédito no ativo circulante, se o imposto a recuperar for maior que o imposto a recolher.

Guarde o seguinte:

- Imposto a recuperar – surge na compra de mercadoria
- Imposto a recolher – surge venda de mercadoria

EXEMPLO

Uma empresa vende \$10.000,00 de seu estoque por \$50.000,00 à vista. A operação foi tributada em \$15.000,00 de ICMS. A empresa recebeu \$50.000,00, entretanto os \$15.000,00 do imposto devem ser recolhidos aos cofres públicos, pois não é disponível da empresa.

Para registrar o fato, aplique a “teoria Claudiana”: identificar, classificar e compreender. Neste fato deve ser feita a identificação da receita, da baixa do estoque e dos impostos – REI – Receita, Estoque e Imposto.

Receita: registrar a receita em contrapartida da forma de recebimento, assim, as duas contas envolvidas são: Vendas brutas e caixa.

Estoque: baixar o estoque me contrapartida de seu custo, as contas são: Estoque e CMV.

Imposto: Na venda todo imposto é uma dedução que gera uma obrigação, as contas são: Imposto sobre vendas e imposto a recolher.

O registro contábil é o seguinte:

D – Caixa – 50.000

D – Custo da mercadoria vendida – 10.000

D – ICMS sobre vendas – 15.000

C – ICMS a recolher – 15.000

C – Estoque – 10.000

C – Vendas brutas – 50.000

A apresentação na DRE ficaria assim:

RBV = 50.000

(-) impostos sobre vendas = (15.000)

(=) RLV = 35.000

(-) CMV = (10.000)

(=) LOB/RCM = 20.000

O PULO DO GATO

Imposto a recolher representa o montante de imposto que empresa recebe de alguém e deve recolher aos cofres públicos, a empresa é mera depositária. Imposto a pagar é o montante de imposto que é despesa da própria empresa.

A seguir apresento mais alguns exemplos de registros de vendas de mercadorias:

Vimos que a apuração do resultado com mercadorias é um fato contábil que envolve a venda, o bem vendido, os impostos e outras deduções, como desconto comercial concedido, sendo que a venda pode ser à vista, a prazo, com juros ou com desconto.

No registro de venda de mercadoria devemos aplicar a análise do REI – Receita, Estoque e Impostos.

- **Receita:** registrar a receita em contrapartida da forma de recebimento, assim, as duas contas envolvidas são: Vendas brutas e caixa ou clientes (duplicatas a receber).
 - D – Caixa/clientes
 - C – Vendas de mercadoria
- **Estoque:** baixar o estoque em contrapartida de seu custo, as contas são: Estoque e CMV.
 - D – CMV
 - C – Estoque/mercadoria
- **Imposto:** Na venda todo imposto é uma dedução que gera uma obrigação, as contas são: Imposto sobre vendas e imposto a recolher.
 - D – Impostos sobre vendas
 - C – Impostos a recolher

Exemplo 1 – A empresa CZ vende \$ 50.000,00 de mercadorias por \$ 240.000,00, a prazo, com impostos de \$ 30.000,00.

D – Clientes – 240.000 (aumenta o ativo)

D – CMV – 50.000 (aumenta as despesas)

D – Impostos sobre vendas – 30.000 (aumenta as despesas)

C – Impostos a recolher – 30.000 (aumenta o passivo)

C – Estoque – 50.000 (diminui o ativo)

C – Vendas brutas – 240.000 (aumenta as receitas)

É um fato misto aumentativo, registrado em quarta fórmula.

Exemplo 2 – Uma empresa comercial vende \$ 100.000,00 de suas mercadorias por \$ 500.000,00, à vista, com impostos de \$ 70.000,00. Na operação foi concedido um desconto comercial de \$ 20.000,00.

Nesta operação, como foi dado um desconto, o valor efetivamente recebido foi de \$ 480.000,00.

D – Banco – 480.000 (aumenta o ativo)

D – Desconto comercial concedido – 20.000 (dedução das vendas - aumenta as despesas)

D – CMV – 100.000 (aumenta as despesas)

D – Impostos sobre vendas – 70.000 (aumenta as despesas)

C – Impostos a recolher – 70.000 (aumenta o passivo)

C – Estoque – 100.000 (diminui o ativo)

C – Vendas brutas – 500.000 (aumenta as receitas)

É um fato misto aumentativo, registrado em quarta fórmula.

Exemplo 3 – A empresa CZ vendeu \$ 70.000,00 do seu estoque para o cliente Alfa. O preço da venda à vista é \$ 200.000,00; contudo, o cliente Alfa acordou pagar \$ 220.000,00 após 4 meses da operação. Sobre a venda incidiu \$ 30.000 de impostos.

Neste fato a empresa CZ cobrou juros na venda a prazo. Estes juros não estão relacionados com a venda, mas sim, com o prazo concedido, assim serão registrados como dedução das vendas brutas em contrapartida da conta “juros ativos a transcorrer”, conta redutora do ativo “clientes”.

D – Clientes – 220.000 (aumenta o ativo)

D – Ajuste a valor presente de vendas – 20.000 (dedução das vendas – aumenta as despesas)

D – CMV – 70.000 (aumenta as despesas)

D – Impostos sobre vendas – 30.000 (aumenta as despesas)

C – Impostos a recolher – 30.000 (aumenta o passivo)

C – Estoque – 70.000 (diminui o ativo)

C – Juros ativos a transcorrer – 20.000 (diminui o ativo)

C – Vendas brutas – 220.000 (aumenta as receitas)

É um fato misto aumentativo, registrado em quarta fórmula.

A conta “juros ativos a transcorrer” será apropriada como receita financeira na medida em que o prazo concedido na venda transcorra.

DIRETO DO CONCURSO



023. (CFC/CFC/TÉCNICO CONTÁBIL/2016) Uma indústria vendeu produtos por R\$ 250.000,00. Neste valor, estão incluídos R\$ 30.000,00 de ICMS e R\$ 25.000,00 de IPI. Essa operação resultou um prejuízo de R\$ 22.000,00.

De acordo com os dados acima, os valores da Receita Líquida e do Custo dos Produtos Vendidos foram, respectivamente, de:

- a) R\$ 195.000,00 e R\$ 217.000,00.
- b) R\$ 220.000,00 e R\$ 242.000,00.
- c) R\$ 225.000,00 e R\$ 247.000,00.
- d) R\$ 250.000,00 e R\$ 272.000,00.



Nesta questão basta lembrar que como é uma indústria a DRE começará pela conta “faturamento bruto”, retirando os tributos apuraremos a receita líquida de vendas.

Faturamento bruto = 250.000

(-) IPI sobre faturamento bruto (25.000)

(=) Vendas brutas = 225.000

(-) ICMS sobre vendas (30.000)

(=) Receita líquida = 195.000

(-) CPV = (217.000)

(=) prejuízo bruto = (22.000)

Para calcular o CPV basta somar a receita líquida ao prejuízo apresentado no enunciado e será encontrado o valor de \$217.000.

Letra a.

024. (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO CRIMINAL/2019) Determinada empresa realizou as seguintes transações:

- adquiriu mercadorias para revenda, com pagamento à vista, no ato da entrega, no valor de R\$ 200.000,00. Nesse valor, estão incluídos os tributos não recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00;
- vendeu mercadorias, à vista, de 80% das mercadorias adquiridas por R\$ 360.000,00, com entrega imediata. A transação teve a incidência dos tributos sobre a venda no valor de R\$ 45.000,00;
- incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 5.000,00 pagas no período; e
- sabendo-se que o seu estoque inicial era igual a zero.

Considerando as informações apresentadas, o resultado dessas transações gerou um lucro bruto no valor de

- a) R\$ 315.000,00.
- b) R\$ 270.000,00.
- c) R\$ 200.000,00.
- d) R\$ 179.000,00.
- e) R\$ 155.000,00.



Atente que a questão está pedindo o lucro bruto, assim, as despesas administrativas não entram e note que os impostos incluídos na compra não são recuperáveis.

RBV = 360.000,

(-) Dedução - Imposto s/ vendas = 45.000,

(=) RLV = 315.000,

(-) CMV = 160.000, (200.000,00 x 80%)

(=) LOB = 155.000,

Letra e.

025. (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/CONTADOR/2019) Considere que, no mês de dezembro, a Empresa Amazonas realizou as seguintes transações de operações com mercadorias:

- Vendas de mercadorias à vista no valor de R\$ 100.000,00;
- Abatimento sobre as vendas no valor de R\$ 10.000,00;
- Tributos sobre vendas no valor de R\$ 20.000,00;
- Custo das mercadorias vendidas no valor de R\$ 30.000,00;
- Descontos financeiros no valor de R\$ 5.000,00.

A partir dessas informações, é correto afirmar que o lucro bruto com as vendas das mercadorias no referido mês foi

- a) R\$ 35.000,00.
- b) R\$ 40.000,00.
- c) R\$ 50.000,00.
- d) R\$ 70.000,00.
- e) R\$ 90.000,00.



Colocando as informações na estrutura da DRE iremos apurar o seguinte resultado:

RBV = 100.000

(-) Dedução = (30.000) (Abatimentos e impostos)

(=) RLV = 70.000

(-) CMV = (30.000)

(=) LOB = 40.000

A despesa financeira é uma despesa operacional e não entra na apuração do lucro bruto.

Letra b.

026. (INSTITUTO AOCP/SES-PE/CONTADOR/2018) A Lei n. 6.404/76 define o conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deve ser apresentada na forma dedutiva, conforme as seguintes contas, EXCETO

- a) ganhos e perdas.
- b) lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- c) receitas.
- d) lucros acumulados.
- e) despesas.



A conta lucro acumulados é conta patrimonial, não entra na DRE.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil que procura demonstrar o resultado obtido pela entidade em determinado período de tempo. Em relação

à DRE, a Lei 6404/76 faz algumas exigências com relação ao seu conteúdo. Considerando o exposto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

Letra e.

027. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2017) Desconto condicional é concedido sob condição de determinado ato por parte do beneficiário. Assim, assinale a alternativa que apresenta o conceito de desconto condicional.

- a) Esse desconto é concedido no ato da venda das mercadorias.
- b) Esse desconto é concedido após a emissão da nota.
- c) Esse desconto é concedido no ato da compra e é uma dedução da receita.
- d) Esse desconto é concedido no ato da compra das mercadorias e não é dedutível na DR.
- e) Esse desconto é concedido somente na compra de mercadorias para revenda ou de bens para uso.



Desconto condicional ou financeiro representa um desconto obtido ou concedido no pagamento ou recebimento de uma compra ou venda a prazo, está relacionado com uma transação que ocorre após a emissão da nota fiscal; pode ser uma receita, quando obtido, ou uma despesa, quando concedido.

A banca deu como gabarito a letra "C"; mas, está errado, o correto é letra "B". Desconto concedido no ato da compra ou venda é desconto incondicional ou comercial.

Letra b.

028. (INSTITUTO AOCP/JUIZ DE FORA-MG/AUDITOR FISCAL/2016) O lucro bruto apresentado na Demonstração do Resultado de uma empresa comercial decorre da diferença entre

- a) receita líquida de vendas e despesas operacionais.
- b) receita bruta de vendas e deduções da receita bruta.
- c) receita líquida de vendas e custo das mercadorias vendidas.
- d) receita bruta de vendas e despesas operacionais.
- e) receita bruta de vendas e despesas financeiras.



O Lucro Bruto é a diferença entre a Receita Líquida de Vendas menos o Custo da Mercadoria Vendida.

Letra c.

029. (INSTITUTO AOCP/UFPEL/CONTADOR/2015) A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o

- a) Regime de Caixa.
- b) Reconhecimento dos Gastos.
- c) Reconhecimento das Receitas.
- d) Regime de Competência.
- e) Regime Misto.



A legislação contábil determina que os fatos sejam registrados de acordo com o regime de escrituração da competência. Tal determinação está na lei 6.404/76 em seu art. 177:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Letra d.

CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA

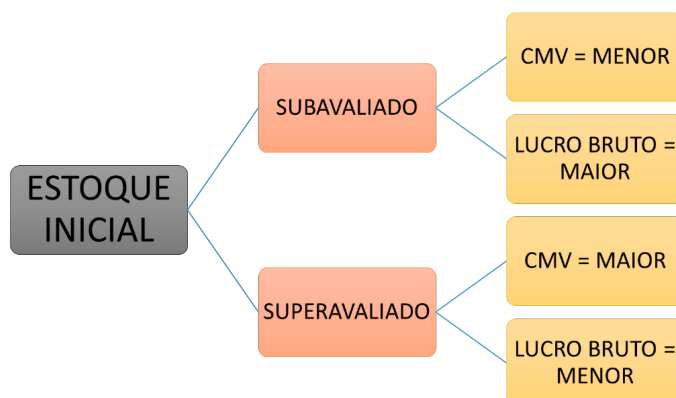
O CMV é tratado, devido a sua natureza, como uma despesa na apuração do resultado, contudo, para atender aos usuários é apresentado em separado, como o custo das vendas e será deduzido da receita líquida de vendas.

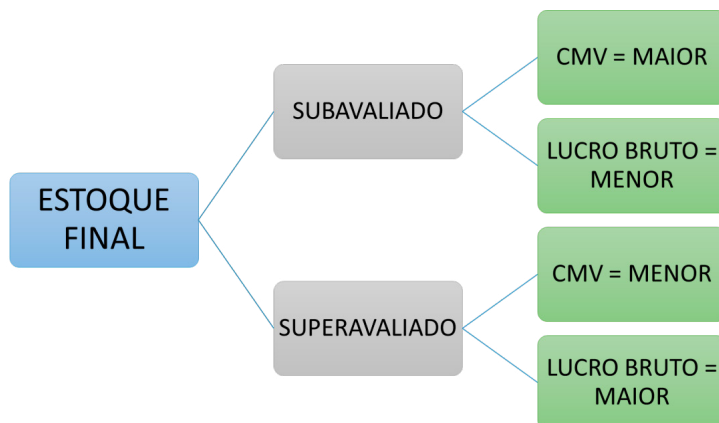
É calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial} + \text{COMPRAS LÍQUIDAS} - \text{Estoque Final}$$

O estoque inicial é o montante apresentado como estoque final no exercício passado, já o estoque final é levantado pelo inventário do exercício corrente.

É importante destacar que a superavaliação ou subavaliação dos estoques afetam diretamente o CMV, e por consequência o resultado com mercadorias, da seguinte forma:





O valor líquido das compras deverá ser calculado a partir das compras brutas adicionando as despesas que geralmente constam da nota fiscal, (frete, seguro e impostos não recuperáveis) e diminuindo os impostos recuperáveis, os descontos obtidos, as devoluções de compras as compras canceladas.

Compras líquidas =

Compras

(+) frete sobre compras

(+) seguro sobre compras

(+) carga e descarga de mercadorias compradas

(+) impostos/taxas/tarifas de importação

(-) descontos e abatimentos obtidos na compra

(-) desconto comercial obtido

(-) devolução de compras

(-) compras canceladas

(-) impostos recuperáveis (ICMS/PIS/Cofins sobre compras)

São impostos que afetam o custo das mercadorias:

- **ICMS** - Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

É um imposto de esfera estadual, considerado imposto por dentro, é um imposto não cumulativo, isto é, o imposto incidente em uma operação (Compra) será compensado do imposto incidente da operação subsequente (venda).

ATENÇÃO

Imposto por dentro é o imposto que está incluído no preço da negociação; já o imposto por fora deve ser adicionado ao preço da negociação.

- Imposto por dentro: Se a empresa compra \$ 100 de mercadorias com ICMS de \$20, os \$20 estão dentro dos \$100. Total da compra \$100.
 - Imposto por fora: Se a empresa compra \$ 100 de mercadorias com IPI de \$10, os \$10 estão fora dos \$100. Total da compra \$110.
-

Na compra de mercadorias o ICMS representa um direito da empresa (ativo) e na venda uma obrigação (passivo) junto ao governo. Deverá ser calculado mensalmente e recolhida a diferença, após a compensação, nos primeiros dias do mês subsequente. O ICMS é calculado mediante a aplicação de um percentual sobre o valor da mercadoria, podendo variar de acordo com a mercadoria e o Estado.

A legislação fiscal determina que o ICMS deverá ser contabilizado separadamente do valor da mercadoria, normalmente com as contas: ICMS a recolher, ICMS a recuperar, ICMS sobre vendas e ICMS sobre compras ou ICMS conta corrente.

ICMS

Imposto por dentro;

Na compra gera um direito – ICMS a recuperar; é recuperável ou não cumulativo;

Na venda gera uma dedução de receita e uma obrigação – ICMS sobre vendas e ICMS a recolher;

Tributo de incidência estadual.

• **IPI** – Imposto Sobre Produtos Industrializados

É um imposto de competência Federal exigido das empresas industriais. O seu valor não está embutido no valor da mercadoria, devendo ser incluído no valor final da nota fiscal da operação, aumentando o valor a pagar pelo comprador.

É um imposto não cumulativo para as indústrias, isto é, o imposto incidente em uma operação de compra de insumos será compensado com o valor do imposto incidente na operação subsequente, de venda do produto.

Nas operações de compra de mercadoria por parte das empresas comerciais, em geral o IPI é um imposto cumulativo, ou seja, quando uma empresa compra uma mercadoria para revendê-la, o IPI será considerado um custo não sendo recuperável no momento da venda.

O IPI é considerado um imposto por fora porque ele não está incluído no valor nominal da operação, entretanto, estará apresentado na nota fiscal da negociação.

IPI

Imposto por fora;

Nas empresas comerciais não é recuperável é um custo;

Se recuperável (indústrias), na compra gera um direito: IPI a recuperar;

Na venda é uma dedução do faturamento que gera uma obrigação – IPI sobre faturamento e IPI a recolher.

Tributo de incidência federal.

- **PIS/COFINS** – Plano de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

Na venda a base de cálculo da Contribuição para o PIS/COFINS é o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta de venda de produtos, mercadorias e serviços, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida.

Na compra, segundo legislação específica, o PIS/COFINS pode ter um regime de incidência cumulativa (não recuperável) ou não cumulativa (recuperável), com alíquotas diferenciadas de acordo com o regime adotado de apuração do Imposto de renda adotado. Lucro real (recuperável) ou lucro presumido (não recuperável).

PIS/COFINS

Imposto por dentro

Na venda são deduções das receitas e geram uma obrigação – Pis/cofins sobre vendas e Pis/Cofins a recolher;

Na compra podem ser recuperáveis ou não;

Se recuperáveis geram um direito – Pis/Cofins a recuperar;

Se não recuperáveis serão considerados custo na compra;

Tributos de incidência federal.

ATENÇÃO

Na compra de ativos, quando o imposto for recuperável ele deverá ser retirado do preço de compra. O imposto recuperável gera um direito para a empresa, que será representado pela conta “imposto a recuperar”.

O tratamento dos impostos, se recuperável ou não, sobre os ativos adquiridos deve respeitar o interesse da administração na sua realização, por exemplo:

- Compra para uso/consumo interno – não recupera nenhum imposto
- Compra para venda – recupera ICMS e PIS/COFINS (lucro real)
- Compra para industrializar – recupera todos os impostos: ICMS, PIS/COFINS e IPI sobre compras.

EXEMPLO

Exemplo 1: Uma empresa compra à vista, mercadoria no valor de \$200.000,00 com IPI de \$10.000,00:

O IPI é um imposto por fora e neste caso é cumulativo (não recuperável)

d) Mercadoria

c) Banco – 210.000

Exemplo 2: Uma empresa comercial compra a prazo \$200.000,00 de mercadorias, com ICMS de \$30.000,00 e IPI de \$ 20.000,00:

O IPI é um imposto por fora e neste caso é cumulativo (não recuperável), o ICMS é por dentro e é recuperável (não cumulativo)

d) Mercadorias para revenda 190.000,00

d) ICMS a Recuperar (Ativo Circulante) 30.000,00

c) Fornecedores 220.000,00

Exemplo 3: Uma indústria compra latas de tinta para uso interno de pintura no valor de \$100.000,00, com ICMS de \$ 20.000,00 e IPI de \$ 10.000,00:

O IPI é um imposto por fora e neste caso é cumulativo (não recuperável) o ICMS é por dentro e é não recuperável (cumulativo)

d) Estoque de material de consumo

c) Fornecedores – 110.000

Exemplo 4: Uma indústria compra latas de tinta para usar na sua produção industrial no valor de \$100.000,00, com ICMS de \$ 20.000,00 e IPI de \$ 10.000,00.

O IPI é um imposto por fora e neste caso é não cumulativo (recuperável) o ICMS é por dentro e é recuperável (não cumulativo)

d) Estoque de matéria prima – 80.000

d) ICMS a recuperar – 20.000

d) IPI a recuperar – 10.000

c) Fornecedores – 110.000

DIRETO DO CONCURSO



030. (ESAF/SUSEP/ANALISTA TÉCNICO/2010) A empresa Varejos Ltda. tinha em estoque 20 unidades de mercadorias contabilizado por R\$ 80,00 cada unidade, quando negociou as seguintes operações:

1. Compra à vista de 60 unidades a R\$ 100,00, pagando frete de R\$ 600,00;

2. Venda a vista de 40 unidades ao preço unitário de R\$ 150,00, pagando frete de R\$ 400,00.

A negociação não sofreu nenhuma espécie de tributação, nem sobre as mercadorias, nem sobre o frete.

Os estoques são controlados pelo método do custo médio ponderado móvel.

Com essas informações, podemos dizer que o negócio rendeu à empresa um lucro total de

- a) R\$ 1.500,00.
- b) R\$ 1.900,00.
- c) R\$ 1.200,00.
- d) R\$ 1.800,00.
- e) R\$ 1.000,00.



Para responder à questão basta calcular o CMV – custo da mercadoria vendida e apurar o resultado.

Não esqueça a classificação das seguintes contas:

- Frete na compra é um custo que aumenta o valor da mercadoria no CMV.
- Frete na venda é uma despesa operacional que diminui o lucro na DRE.

O método do custo médio estabelece o valor do CMV a partir do valor do estoque dividido pelo número de unidades no estoque.

Saldo inicial = 20 unidades x \$80,00 = \$1.600,00

Compra = 60 unidades x \$100 + \$600 = \$6.600,00

Saldo em estoque = 80 unidades = \$8.200 = custo unitário de \$102,50

A venda de 40 unidades por 102,50 apresentará um CMV de \$4.100,00.

O preço de venda unitário é de 150,00. Assim a receita com a venda de 40 unidades será de \$6.000,00.

Receita com vendas = 6.000,00

(-) CMV = 4.100,00

(-) despesa com frete = 400

(=) **lucro = 1.500**

Letra a.

031. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/CONTADOR/2015) De acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na atual estrutura da Demonstração de Resultado, é correto afirmar que

- a) o resultado das operações descontinuadas não é apresentado em separado do resultado das operações continuadas.
- b) a receita da alienação de bens do Ativo Imobilizado deve ser classificada como não operacional.
- c) o resultado da equivalência patrimonial somente é computado se for positivo.
- d) a contraprestação paga por ativos adquiridos por meio de arrendamento mercantil financeiro é contabilizada como despesa não operacional.

e) as receitas de vendas devem ser apresentadas líquidas dos impostos sobre vendas e ajustadas, se for o caso, a valor presente.



A questão trata das determinações impostas pelas normas da contabilidade internacional que foram harmonizadas pelo CPC. Segundo estas normas, a DRE deve começar pela RLV – Receita Líquida de Venda e nas vendas a prazo deve ser feito o ajuste a valor presente, retirando os juros embutidos nos valores a receber.

Outra determinação é a de apresentar as receitas normais de forma separada daquelas que sejam atípicas, visando melhorar a qualidade das informações.

Na estrutura da DRE a terminologia “não operacional” foi substituída pela “outras receitas/despesas operacionais”, por isto a letra “A” está errada.

Letra e.

032. (VUNESP/PRODEST-ES/CONTADOR/2014) As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio de seu grupamento em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Isto posto, responda à questão. Considerando as informações a seguir, assinale a alternativa correta.

A empresa Topa Quase Tudo Ltda. teve seu balancete de verificação levantado em 31.12.2013, com os seguintes saldos finais das contas, como segue:

Caixa 4.000,00

Capital Social 25.000,00

Clientes 9.000,00

Compra de Mercadorias para Revenda 11.400,00

Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios 1.600,00

Despesas com Aluguéis 1.400,00

Despesas com Depreciação 1.600,00

Despesas com Salários 2.200,00

Despesas com Viagens 1.600,00

Estoque Inicial de Mercadorias para Revenda 12.500,00

Fornecedores 12.800,00

Móveis e Utensílios 5.300,00

Venda de Mercadorias 9.600,00

Estoque Final de Mercadorias 15.200,00

Sabendo-se que o Estoque Final de Mercadorias, em 31.12.2013, foi de R\$ 15.200,00, os valores em R\$, respectivamente, de Custo de Mercadorias Vendidas, do total do Ativo e do Resultado Operacional Líquido, serão

- a) 1.100,00, 30.900,00, 5.900,00.
- b) 8.700,00, 30.800,00, 7.800,00.
- c) 8.700,00, 31.900,00, 5.900,00.
- d) 8.900,00, 31.900,00, 6.900,00.
- e) 9.100,00, 31.900,00, 5.700,00.



Para responder à questão precisamos classificar as contas e apurar o resultado na DRE.

Caixa 4.000,00 – ativo

Capital Social 25.000,00 – patrimônio líquido

Clientes 9.000,00 – ativo

Compra de Mercadorias para Revenda 11.400,00 – cálculo do CMV

Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios 1.600,00 – redutora do ativo

Despesas com Aluguéis 1.400,00 – despesa operacional

Despesas com Depreciação 1.600,00 – despesa operacional

Despesas com Salários 2.200,00 – despesa operacional

Despesas com Viagens 1.600,00 – despesa operacional

Estoque Inicial de Mercadorias para Revenda 12.500,00 – cálculo do CMV

Fornecedores 12.800,00 – passivo

Móveis e Utensílios 5.300,00 – ativo

Venda de Mercadorias 9.600,00 – receita bruta

Estoque Final de Mercadorias 15.200,00 – ativo e cálculo do CMV

Somando as contas teremos um total do ativo de: 31.900,00

Para calcular o lucro é necessário calcular o CMV.

$CMV = EI + COMPRAS (-) EF$

$CMV = 12.500 + 11.400 (-) 15.200$

$CMV = 8.700$

$RBV = 9.600$

$(-) DEDUÇÕES = 0$

$(=) RLV = 9.600$

$(-) CMV = (8.700)$

$(=) LOB = 900$

$(-) DESP. OPERACIONAIS = (6.800)$

$(+) RECE. OPERACIONAIS = 0$

$(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO = (5.900)$

Letra c.

033. (IDECAN/PEFOCE/CONTADOR/2021) Entre os métodos de controle de estoque, quando há grande quantidade de itens de estoque que são geralmente intercambiáveis, deve-se utilizar, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques,

- a) o PEPS ou o UEPS.
- b) o PEPS ou o Custo Médio Ponderado Móvel.
- c) o UEPS ou o Custo Médio Ponderado Móvel.
- d) o Custo por identificação específica ou o Custo Médio Ponderado Fixo.
- e) o PEPS, o UEPS ou Custo Médio Ponderado Móvel.



Os estoques que são intercambiáveis (vendidos) devem ter seu custo estabelecido pelo uso do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado.

Letra b.

034. (IDECAN/UFPB/TÉCNICO CONTÁBIL/2015) “A Comercial Lucros Ltda. vendeu no ano de 2015 \$ 5 milhões em produtos, recebendo no período \$ 2 milhões. Obteve ainda \$ 500 mil em receitas financeiras em dinheiro. Também em 2015 teve custos de \$ 3 milhões, dos quais desembolsou \$ 1 milhão, e despesas administrativas pagas de \$ 100 mil. Considerando estes dados, é correto afirmar que no ano de 2015 a empresa teve como lucro, pelos regimes de competência e de caixa, respectivamente:

- a) \$ 2 milhões e \$ 1 milhão.
- b) \$ 1 milhão e \$ 2 milhões.
- c) \$ 1,4 milhão e 2,4 milhões.
- d) \$ 2,4 milhões e \$ 1,4 milhão.



No regime de caixa o que importa é a entrada e saída de dinheiro; enquanto no regime de competência as receitas e despesas são registradas no momento do seu fato gerador.

- Competência

Receitas = 5.500.000

Venda – 5.000.000

Receita financeira recebida – 500.000

(-) Despesas = (3.100.000)

Custo mercadoria – 3.000.000

Despesas administrativas pagas – 100.000

(=) lucro = 2.400.000

- Caixa

Receitas = 2.500.000

Venda recebida – 2.000.000

Receita financeira recebida – 500.000

(-) Despesas = (1.100.000)

Custo mercadoria pago – 1.000.000

Despesas administrativas pagas – 100.000

(=) lucro = 1.400.000

Letra d.

035. (IDECAN/CORONEL FABRICIANO-MG/TÉCNICO CONTÁBIL/2017) Um investidor, desejando adquirir uma empresa, solicitou que fossem disponibilizadas as seguintes demonstrações financeiras referentes aos três últimos anos, para fins de análise: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Em determinado momento, o investidor teve a intenção de realizar a projeção de entrada de recursos financeiros líquidos na empresa, verificando seu potencial de geração de dinheiro, comparando-o com a lucratividade obtida. Levando em consideração os conteúdos abordados no texto-base, é correto afirmar que, para calcular essa projeção, obtendo informações de forma direta, o investidor deverá consultar as seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial e Demonstração de Fluxos de Caixa.
- Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício.
- Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
- Demonstração de Resultados do Exercício e Demonstração de Fluxos de Caixa.



A entrada de recursos financeiros pode ser avaliada na DFC e a lucratividade da empresa na DRE.

Letra d.

036. (IDECAN/CORONEL FABRICIANO-MG/TÉCNICO CONTÁBIL/2017) Antes da edição da Lei n. 11.638/2007, havia uma segregação entre resultados operacionais e não operacionais. A partir de 2008, essa diferença deixou de existir e todos os resultados passaram a ser operacionais, podendo ocorrer como usuais e não usuais. Um dos itens que devem ser avaliados, quando da análise das informações relativas à rentabilidade e ao desempenho empresarial, diz respeito a esses resultados não usuais. A respeito dos resultados não usuais,

estudados no texto-base da disciplina, leia atentamente as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Esses resultados também podem ser chamados de resultados não recorrentes, de acordo com a literatura contábil.
- () Esses itens não usuais afetam os resultados, ou seja, os lucros ou prejuízos de um determinado período contábil.
- () Os resultados não usuais possuem efeito duradouro.
- () Os itens não usuais podem não influenciar os resultados futuros e/ou os fluxos de caixa futuro da empresa que está sendo analisada.

A sequência está correta em

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, F, V.



Primeira afirmativa - Verdadeira. As outras receitas e outras despesas são resultado de fatos não recorrentes, de situações que normalmente não irão se repetir no exercício seguinte. Segunda afirmativa - Verdadeira. As outras receitas e outras despesas afetam o resultado do exercício em que correram, conforme o regime da competência.

Terceira afirmativa - Falsa. As outras receitas e outras despesas são fatos não recorrentes, assim, tendem a não se repetir.

Quarta afirmativa - Verdadeira. As outras receitas e outras despesas são fatos não recorrentes, assim, tendem a não se repetir e por consequência não afetarão os resultados futuros.

Letra a.

037. (IDECAN/NATAL-RN/ADMINISTRADOR/2016) Na Demonstração dos Resultados, os juros passivos e os honorários de diretoria são considerados, respectivamente, como despesas:

- a) Comerciais e financeiras.
- b) Financeiras e administrativas.
- c) Outras despesas operacionais e financeiras.
- d) Administrativas e outras despesas operacionais.



A conta juros passivos é uma despesa financeira e os honorários da diretoria fazem parte das despesas administrativas.

Letra b.

038. (IDECAN/INMETRO/CONTADOR/2015) Na DRE de uma empresa comercial a conta Vendas contabiliza as entradas ou receitas das operações. Independente do regime contábil, é correto afirmar que a conta Vendas representa receita

- a) ganha.
- b) de lucros.
- c) recebida.
- d) incorrida.
- e) realizada e não recebida.



Quando a empresa vende suas mercadorias é sinal de que ela GANHOU a receita, pois houve o fato gerador da venda. Neste caso a receita pode ser ganha e recebida, quando a venda for a vista; ou ganha e não recebida, quando a venda for a prazo.

Letra a.

039. (IDECAN/INMETRO/CONTADOR/2015) Ao final de um exercício, uma empresa comercial apurou despesas de equivalência patrimonial na avaliação de sua participação noutra sociedade. O setor de contabilidade deverá classificar na DRE essa despesa como

- a) despesas correntes.
- b) despesas comerciais.
- c) despesas financeiras.
- d) despesas administrativas.
- e) outras despesas operacionais.



A equivalência patrimonial é um critério de avaliação dos investimentos no patrimônio líquido da investida. Se a empresa investida apura um prejuízo, a investidora irá reconhecer uma despesa com perda na equivalência patrimonial, que é classificada como outras despesas operacionais, pois não tem relação direta com as atividades da entidade.

Letra e.

040. (IDECAN/INMETRO/CONTADOR/2015) Uma determinada empresa apresentou as seguintes informações:

CMV R\$ 53.000,00

ICMS sobre vendas R\$ 18.000,00

Despesas operacionais R\$ 11.000,00

Provisão para Imposto de Renda R\$ 3.120,00

Devolução de vendas R\$ 5.000,00

Vendas brutas R\$ 100.000,00

Considerando as informações anteriores, o lucro bruto corresponde a

- a) R\$ 9.880,00
- b) R\$ 13.000,00.
- c) R\$ 24.000,00.
- d) R\$ 42.000,00.
- e) R\$ 47.000,00.



Vamos colocar as contas na estrutura da DRE:

Receita bruta de vendas = 100.000

(-) Dedução das vendas = (23.000)

ICMS sobre vendas R\$ 18.000,00

Devolução de vendas R\$ 5.000,00

(=) Receita líquida de vendas = 77.000

(-) CMV = (53.000)

(=) Lucro operacional bruto = 24.000

As contas “despesas operacionais” e “imposto de renda” não afetam o lucro bruto.

Letra c.

041. (IDECAN/DOM PEDRO II/TÉCNICO CONTÁBIL/2014) Na apuração do resultado de uma empresa comercial, o contador deve observar que para a apuração de receita líquida, deve-se subtrair da Receita Bruta as Deduções de vendas. São despesas consideradas deduções sobre vendas, EXCETO:

- a) ICMS.
- b) PIS/COFINS.
- c) Imposto de renda.
- d) Vendas canceladas.
- e) Descontos concedidos.



As deduções das vendas são contas que tem relação direta com as vendas brutas; na questão a única conta que não é dedução das vendas é “imposto de renda”.

Letra c.

CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DA EMPRESA

As participações nos lucros têm por objetivo atender as necessidades sociais da empresa, respeitando os direitos dos debenturistas e servindo de incentivo para os funcionários e administradores. Representam a parcela do lucro que a empresa distribui aos beneficiados desta vantagem.

Segundo a lei 6.404/76 modificada pela lei 11.941/09 deverão ser discriminadas as participações da seguinte forma:

Art. 187.

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; **modificado pela Lei 11.941/09**

No art. 190 a mesma Lei trata da forma como as participações serão calculadas como podemos ver abaixo:

Art. 190. As participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Como vimos o art. 190 da Lei das S/A não se refere às debêntures, porém levando-se em conta a ordem em que as participações estão citadas no Inciso IV do art. 187, fica entendido que a participação das debêntures é calculada antes da participação dos empregados.

ATENÇÃO

As participações são calculadas na ordem DEAPF, sucessivamente e com base no saldo remanescente.

Debenturistas, Empregados, Administradores, Parte beneficiarias, Fundos dos funcionários

A base de cálculo das participações nos lucros é o lucro líquido apurado na DRE depois da provisão para o Imposto de Renda e a CSSL e deduzido os prejuízos acumulados.

Assim sendo, para o cálculo das participações deverão ser respeitados os seguintes passos:

1) Formar a base de cálculo, retirando, se existir, do lucro antes das participações o valor dos prejuízos acumulados, fora da DRE;

2) Calcular a participação das debêntures aplicando o percentual correspondente sobre a base de cálculo;

3) Calcular a participação dos empregados, aplicando o percentual correspondente sobre o valor remanescente depois das participações dos debenturistas;

4) Calcular a participação dos administradores aplicando o percentual correspondente sobre o valor remanescente depois de deduzidas as participações dos empregados;

5) Calcular a participação das partes beneficiárias, com base no montante após as participações dos administradores;

5) Calcular o percentual da Contribuição para fundos de assistência ou previdência de empregado sobre o saldo obtido após todas as deduções.

Como fora apresentado anteriormente, segundo a legislação societária as participações são as seguintes:

- **Participação de Debenturistas** – Debêntures são títulos que a empresa vende ao mercado em geral com o objetivo de aumentar seu capital de giro, geralmente será resgatado em longo prazo e tem como contrapartida uma conta no passivo exigível de curto ou longo prazo.

Os compradores dos títulos de debêntures (debenturistas) terão os normalmente os seguintes benefícios: seu capital irá ser corrigido com juros, poderá participar dos lucros da empresa e dependendo do documento de emissão as debêntures poderão ser convertidas em ações.

A lei 6.404/76 trata do assunto debêntures e sobre os direitos dos debenturistas da seguinte forma:

Art. 52. A companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado. (Redação dada pela Lei n. 10.303, de 2001)

§ 2º É facultado à companhia adquirir debêntures de sua emissão, desde que por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras.

Art. 56. A debênture poderá assegurar ao seu titular juros, fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.

Art. 57. A debênture poderá ser conversível em ações nas condições constantes da escritura de emissão.

- **Participação dos Empregados** = É uma obrigação instituída pela Constituição Federal, que representa um percentual em cima do lucro antes das participações a fim de complementar/melhorar o salário dos empregados.

A Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000, estabelece o seguinte:

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo.

- **Participação dos administradores** = Visa estimular os profissionais da administração a obter um melhor resultado na empresa, não é obrigatória, a Lei 6.404/76 só permite o pagamento desta participação quando os estatutos fixarem o pagamento de dividendos obrigatórios em pelo menos 25% do lucro do exercício.

É importante entender que o administrador, diferentemente do sócio, não tem dinheiro aplicado na empresa.

- **Participação de partes beneficiárias** = partes beneficiárias são títulos que as empresas negociam no mercado de capital com o objetivo de capitalizar recursos ou eram concedidos gratuitamente para pessoas que prestaram relevantes serviços para a empresa, sendo que os portadores dos títulos tinham o direito de participar nos lucros.

Atualmente está proibida a emissão de partes beneficiárias pelas empresas de capital aberto; entretanto, as pessoas que possuem os títulos ainda têm o direito de receber suas partes nos lucros da empresa.

A lei 6.404 trata deste assunto no art. 46 da seguinte forma:

Art. 46. A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados "partes beneficiárias".

§ 1º As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais (art. 190).

§ 2º A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para formação de reserva para resgate, se houver, não ultrapassará 0,1 (um décimo) dos lucros.

Art. 47. As partes beneficiárias poderão ser alienadas pela companhia, nas condições determinadas pelo estatuto ou pela assembleia-geral, ou atribuídas a fundadores, acionistas ou terceiros, como remuneração de serviços prestados à companhia.

Parágrafo único. É vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias. (Redação dada pela Lei n. 10.303, de 2001)

- **Contribuição para fundos de assistência ou previdência dos empregados** = São doações previstas no estatuto da empresa feitas a fundos dedicados a auxiliar os empregados, bem como, a previdência complementar na sua aposentadoria.

As contribuições para instituições ou fundos de assistência e previdência dos empregados somente serão dedutíveis quando pagas a entidades de previdência privada expressamente autorizadas a funcionar no País. O RIR trata do assunto da seguinte maneira:

São dedutíveis as contribuições não compulsórias destinadas a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica (Lei n. 9.249, de 1995, art. 13, inciso V).

Para determinação do lucro real, a dedução deste artigo, somada às de que trata o art. 363, cujo ônus seja da pessoa jurídica, não poderá exceder, em cada período de apuração, a vinte por cento do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano (Lei n. 9.532, de 1997, art. 11, § 2º).

As participações com contribuições não devem ser confundidas com as despesas operacionais com funcionários. Por exemplo: consideram-se despesas operacionais os gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes (Lei n. 9.249, de 1995, art. 13, inciso V), inclusive os serviços assistenciais que sejam prestados diretamente pela empresa, por entidades afiliadas para este fim constituídas com personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos, ou, ainda, por terceiros especializados, como no caso da assistência médico-hospitalar.

De acordo com o Regulamento do IR para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional no LALUR – livro de apuração do lucro real as participações atribuídas aos debenturistas, aos empregados e aos fundos de assistência e previdência complementar dos funcionários.

Podem ser deduzidas do lucro líquido do período de apuração as participações nos lucros da pessoa jurídica:

I – asseguradas a debêntures de sua emissão;

II – atribuídas a seus empregados segundo normas gerais aplicáveis, sem discriminações, a todos que se encontrem na mesma situação, por dispositivo do estatuto ou contrato social, ou por deliberação da assembleia de acionistas ou sócios quotistas;

III – atribuídas aos trabalhadores da empresa, nos termos da Medida Provisória n. 1.769-55, de 1999 (art. 359).”

O RIR determina que as participações nos lucros atribuídas a partes beneficiárias e a administradores devem ser adicionadas ao lucro líquido para efeito de apuração do lucro real, ou seja, as participações de empregados e de debêntures são dedutíveis, e as participações das partes beneficiárias e dos administradores são indedutíveis.

ATENÇÃO

Participações nos lucros não é uma forma de destinação do lucro líquido do exercício. Elas deverão ser retiradas antes da apuração do lucro. O lucro pode ser destinado para: Juros Sobre Capital Próprio, dividendos, reservas de lucro e aumento do capital social.

EXEMPLO

Uma empresa apura um lucro antes do Imposto de Renda e das participações de \$500.000, sabendo que a PIR é de \$200.000, a participação dos debenturistas, dos empregados e administradores 10% cada, calcule o resultado líquido do exercício:

Não esqueça: As participações são calculadas na ordem DEAPF, sucessivamente e com base no saldo remanescente.

→	Resultado antes CSLL / PIR	500.000
(-)	CSSLL	0
(-)	PIR	(200.000)
(=)	Resultado antes das participações	300.000
(-)	Debenturistas - 10%	(30.000) = 270.000
(-)	Empregados - 10%	(27.000) = 243.000
(-)	Administradores - 10%	(24.300)
(=)	Lucro Líquido do Exercício	218.700

A lei 6.404/76 no seu Art. 189 determina que do resultado do exercício sejam deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda.

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Assim, quando a empresa apresentar prejuízo acumulado no seu patrimônio líquido, este prejuízo deverá ser retirado do cálculo das participações; neste caso deverá ser formada uma nova base de cálculo das participações, fora da DRE.

EXEMPLO

Uma empresa possui \$ 100.000, de prejuízo acumulado e no exercício apura um lucro antes do Imposto de Renda de \$ 300.000, calcule o Lucro Líquido do Exercício sabendo que a Provisão para imposto de renda é \$ 100.000, e que está previsto o pagamento das participações da seguinte forma: Debenturistas: 10%, Empregados: 10%, Administradores: 10%.

Em primeiro lugar devemos calcular as participações retirando os prejuízos acumulados, ou seja, formar uma nova base de cálculo, fora da DRE:

	Resultado Antes Participações	200.000
(-)	Prejuízo acumulado	(100.000)
(=)	Base cálculo das participações	100.000
(-)	Participação de debenturistas (10%)	(10.000)

(-)	Participações de empregados (10%)	(9.000)
(-)	Participações de administradores (10%)	(8.100)

Depois de calculadas as participações, os valores referentes serão apresentados na estrutura da DRE, da seguinte forma:

→	Resultado antes CSLL / PIR	300.000
(-)	CSSLL	0
(-)	PIR	(100.000)
(=)	Resultado antes das participações	200.000
(-)	Debenturistas	(10.000)
(-)	Empregados	(9.000)
(-)	Administradores	(8.100)
(=)	Lucro Líquido do Exercício	172.900

Lançamento de transferência do resultado para o PL:

- D – Resultado do exercício-lucro - 172.900,00
- C – Lucros ou prejuízos acumulados - 172.900,00

Quando este lançamento for efetuado, os prejuízos acumulados existentes serão absorvidos pelo lucro do exercício.

Saldo da conta lucro ou prejuízo acumulado:

Devedor	Credor
100.000	
	172.900
Saldo final	72.900

ESTRUTURA DA DRE SEGUNDO O CPC-26

O CPC por meio do seu pronunciamento contábil CPC 26, que trata das demonstrações contábeis obrigatórias, apresenta algumas alterações na estrutura da DRE.

A primeira alteração é a de que a DRE deverá começar pela receita líquida de vendas; lembre-se que conforme a lei 6.404/76, o primeiro item da DRE é a Receita Bruta de Vendas.

Outra alteração em relação à lei 6.404-76 é a necessidade de apresentar o resultado antes das receitas e despesas financeiras; divulgando de forma isolada os ganhos e perdas

financeiras, e também a necessidade de destacar os resultados de operações descontinuadas, que são aquelas operações que não tem relação com as atividades da entidade.

Por fim, de acordo com o CPC, não há a necessidade de destacar isoladamente as participações nos lucros; informação necessária na DRE segundo a Lei 6.404-76.

A estrutura da DRE segundo o CPC é a seguinte:

- (=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)
- (-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado
- (=) Resultado operacional bruto ou lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias
- (-) Despesas operacionais (vendas/gerais/administrativas)
- (+/-) Outras receitas e outras despesas
- (+/-) Resultado do Método de Equivalência Patrimonial (ganho/perda)
- (=) **Resultado antes das receitas e despesas financeiras**
- (+/-) Resultado financeiro (receitas/despesas financeiras)
- (=) Resultado antes da CSLL/IR (LAIR)
- (-) CSLL/IR
- (=) Resultado das operações continuadas
- (+/-) **resultado das operações descontinuadas**
- (=) Resultado líquido do exercício

Ainda segundo o CPC 26, a entidade deve apresentar, além da demonstração do resultado, o resultado do período atribuível a participação de não controladores e a participação sócios controladores.

Quadro comparativo

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

- (-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado
- (=) Resultado operacional bruto ou lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias
- (-) Despesas operacionais (vendas/gerais/administrativas)
- (+/-) Outras receitas e outras despesas
- (+/-) Resultado do Método de Equivalência Patrimonial (ganho/perda)
- (=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras
- (+/-) Resultado financeiro (receitas/despesas financeiras)
- (=) Resultado antes da CSLL/IR (LAIR)
- (-) CSLL/IR
- (=) Resultado das operações continuadas
- (+/-) resultado das operações descontinuadas
- (=) Resultado líquido do exercício

Receita bruta de vendas (Lei 6.404/76)

- (-) Deduções das vendas

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

- (-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado
- (=) Resultado operacional bruto ou lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias
- (-) Despesas operacionais
- (+) Receitas operacionais
- (=) Resultado operacional líquido ou lucro operacional líquido
- (-) Outras despesas
- (+) Outras receitas
- (=) Resultado antes da CSLL/IR (LACSIR)
- (-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL
- (-) Imposto de Renda - IR
- (=) Resultado antes das participações
- (-) participações nos lucros
- (=) Resultado líquido do exercício

DIRETO DO CONCURSO



042. (CESPE/SUFRAMA/TÉCNICO CONTÁBIL/2014) Julgue a assertiva com base na legislação societária e nos critérios de elaboração da DRE.

Os juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo, integram o grupo de despesas financeiras na DRE.



Segundo a legislação fiscal os juros sobre capital próprio devem ser tratados como despesa financeira na DRE.

Certo.

043. (CESPE/TCU/AFCE/2015) Com relação às características e à forma de apresentação das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

O custo das mercadorias vendidas é mensurado e apresentado de forma a demonstrar ao usuário, na DRE, o custo dos produtos acabados e o custo dos produtos em elaboração.



O CMV (Custo das mercadorias vendidas) apresenta o custo total da mercadoria que foi adquirida e posteriormente vendida, não tem relação com a produção.

A assertiva está errada, pois a questão tenta confundir os conceitos de CMV, custo dos produtos acabados e custo dos produtos em elaboração. Na indústria o termo é CPV, custo dos produtos vendidos.

O CMV é o custo pago por aquelas mercadorias que são vendidas e é calculado por meio da seguinte equação:

Compras líquidas =

Compras

(+) frete sobre compras

(+) seguro sobre compras

(+) carga e descarga de mercadorias compradas

(+) impostos/taxas/tarifas de importação

(-) descontos e abatimentos obtidos na compra

(-) desconto comercial obtido

(-) devolução de compras

(-) compras canceladas

(-) impostos recuperáveis (ICMS/PIS/Cofins sobre compras)

Errado.

044. (CESPE/DPU/CONTADOR/2016) A respeito dos princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Resolução CFC n. 750/1993 e alterações conforme Resolução CFC n. 1.282/2010, julgue o item seguinte.

O princípio da competência, que se refere à simultaneidade do reconhecimento de receitas e despesas correlatas, deve ser observado ao se elaborar a demonstração do resultado do exercício.



O Regime da competência determina o registro de uma transação quando ocorrer o fato gerador, independentemente do fluxo financeiro.

Na apuração do resultado do exercício deverão entrar todas as receitas geradas e todas as despesas que ocorreram e se relacionam com estas receitas.

Certo.

045. (CESPE/MPU/ANALISA CONTADOR/2016) A respeito da demonstração do resultado do exercício (DRE), conforme normatização contábil em vigor, julgue os seguintes itens.

As sociedades anônimas de capital aberto devem iniciar a apresentação da DRE pela receita líquida.



A questão trata da apresentação da DRE conforme as normas contábeis. Nós vimos que existe diferença entre a lei 6.404/76 e as normas do CFC/CPC quanto a apresentação inicial da DRE.

Segundo a Lei das S/As (Lei 6404/76) a DRE inicia com a conta Receita Bruta de Vendas, que será ajustada pelas deduções de vendas para apurar a receita líquida.

A assertiva está certa, pois segundo a norma contábil do CFC que aprova o CPC 26 (R1), que trata das demonstrações contábeis, a apresentação da DRE começa pela conta "Receita Líquida de vendas", sendo as deduções e a receita bruta divulgadas em notas explicativas.

Certo.

046. (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/ADAPTADA) Conforme o CPC, na demonstração do resultado do exercício, são gerenciais as finalidades da separação entre perdas e despesas.



Na demonstração do resultado do exercício, a apresentação das receitas e ganhos, e das despesas e perdas geralmente é feita de forma separada, fundamentando-se esse fato em razões que levam à tomada de decisão econômica e não em razões de cunho conceitual, desta forma as necessidades são gerenciais.

Certo.

047. (CESPE/MPU/AFC/2015) De acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir, relativos às demonstrações contábeis. As receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços de uma indústria devem incluir, na demonstração do valor adicionado, os valores dos tributos incidentes sobre as referidas receitas



O montante das vendas de mercadorias, produtos e serviços representam o primeiro item da DVA, sendo que neste valor devem ser incluídos os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

Certo.

048. (QUADRIX/CRO-AC/CONTADOR/2019) A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

A receita líquida é obtida subtraindo-se o custo das mercadorias vendidas da receita bruta.



A receita líquida de vendas é obtida diminuindo da receita bruta as deduções sobre vendas e não o CMV.

Errado.

049. (QUADRIX/CRO-AC/CONTADOR/2019) A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

As receitas e os rendimentos da demonstração do resultado do exercício devem observar o regime de competência.



A DRE deve ser elaborada considerando o regime de competência. Assim, as receitas e os rendimentos devem ser reconhecidos na DRE quando ocorreram, independentemente do recebimento.

Certo.

050. (QUADRIX/CRO-AC/CONTADOR/2019) A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

A demonstração do resultado do exercício somente é obrigatória para as empresas que têm ações negociadas em bolsa de valores.



A DRE é uma demonstração obrigatória para todas as empresas e não somente para as S/ as de capital aberto.

Errado.

051. (QUADRIX/CRF-ES/CONTADOR/2019) No que se refere aos mecanismos de demonstração da situação patrimonial, julgue o item.

Na determinação do resultado do exercício, serão computados os rendimentos e as receitas efetivamente realizados no período, independentemente dos fatos que lhes deram origem.



A DRE é elaborada considerando o regime de competência, onde o que importa é o fato gerador da receita e da despesa, independentemente da realização financeira.

Errado.

052. (QUADRIX/CRF-ES/CONTADOR/2019) No que se refere aos mecanismos de demonstração da situação patrimonial, julgue o item.

A demonstração do resultado do exercício não admite a inclusão de qualquer outra receita, além da receita operacional bruta.



Na DRE serão apresentadas as receitas operacionais e os ganhos oriundos de transações que não estão diretamente relacionados com as atividades da empresa. Assim, existem outras receitas que não estejam relacionadas com as atividades.

Errado.

053. (QUADRIX/CRF-ES/CONTADOR/2019) Com relação aos diversos tipos de contabilização, julgue o item.

A avaliação dos estoques de mercadorias afeta diretamente a apuração do lucro bruto.



No momento da venda de mercadorias o estoque é baixado em contrapartida do CMV – Custo da Mercadoria Vendida, assim, o resultado da avaliação do estoque irá afetar o CMV e, por consequência, o Lucro Bruto na DRE.

Certo.

054. (QUADRIX/CRF-ES/CONTADOR/2019) Com relação aos diversos tipos de contabilização, julgue o item.

As despesas pagas com aluguel podem ser classificadas como despesas operacionais.



Despesa com aluguel é uma despesa operacional, classificada quanto a sua função como despesa administrativa.

Certo.

055. (QUADRIX/CREA-TO/CONTADOR/2019) A respeito de demonstrações financeiras e temas correlatos, julgue o item.

No caso de companhias de capital aberto, a demonstração do resultado do exercício deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social.



Segundo a Lei n. 6.404-76 a DRE deverá apresentar o resultado do exercício por ação. O montante do dividendo por ação é apresentado na DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Errado.

056. (QUADRIX/CODHAB-DF/CONTADOR/2018) Acerca de contabilidade geral e legislação societária para a elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Os materiais consumidos na produção de mercadorias e serviços vendidos devem ser incluídos na demonstração do valor adicionado, no grupo de insumos adquiridos de terceiros, descontados os impostos pagos na aquisição.



Na DVA as receitas e o custo da mercadoria vendida deverão ser apresentados pelo seu valor bruto; ou seja, NÃO serão descontados os impostos embutidos.

Errado.

057. (QUADRIX/CORE-PR/CONTADOR/2021) Com base na Resolução CFC n. 1.374/2011 – NBC TG Estrutura Conceitual, revogada pela Resolução CFC NBCTGEC de 21/11/2019, julgue o item.

Considerem-se os seguintes dados disponíveis, ao final do exercício, para o cálculo do lucro bruto de uma empresa comercial (saldos em R\$ 1.000,00):

Compras: 500;

Vendas: 800;
Despesas com ICMS: 160;
Abatimentos sobre Vendas: 40;
Descontos Comerciais sobre Compras: 50;
Descontos Financeiros sobre Vendas: 40;
Estoque inicial: 100; e
Estoque final: 200.
Nesse caso, o resultado apurado foi de 210.



Para resolver a questão primeiro temos que calcular o CVM:

$$\begin{aligned}\text{CMV} &= \text{EI} + \text{compra} - \text{EF} \\ \text{CMV} &= 100 + 500 - 50 - 200 \\ \text{CMV} &= 350\end{aligned}$$

Agora vamos elaborar a DRE:

$$\begin{aligned}\text{RBV} &= 800 \\ (-) \text{ DEDUÇÃO} &= (200) \\ \text{Despesa com ICMS} &= 160 \\ \text{Abatimentos sobre vendas} &= 40 \\ (=) \text{ RLV} &= 600 \\ (-) \text{ CMV} &= (350) \\ (=) \text{ LUCRO BRUTO} &= \mathbf{250} \\ (-) \text{ DESPESAS OPERACIONAIS} &= (40) \\ \text{Descontos Financeiros sobre Vendas} &= 40 \\ (=) \text{ RESULTADO DO EXERCÍCIO} &= 210\end{aligned}$$

O resultado bruto foi de \$ 250,00.

Errado.

058. (CESPE/MTE/CONTADOR/2014) Considerando a legislação vigente e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens que se seguem, relativos aos procedimentos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis.

Na demonstração do resultado do exercício, a apresentação das perdas e das despesas geralmente é feita de forma separada, fundamentando-se esse fato em razões que levam à tomada de decisão econômica e não em razões de cunho conceitual.



Segundo as normas do CFC a definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade, sendo

que as perdas representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das demais despesas.

Assim, as despesas e as perdas não são consideradas como elementos separados, ambas se encaixam no conceito de despesa; entretanto quando as perdas são reconhecidas na demonstração de resultado, elas são geralmente demonstradas separadamente, pois sua divulgação é útil para fins de tomada de decisões econômicas.

A assertiva está certa, pois para as normas contábeis não há diferença nos conceitos de despesas e perdas, pois ambas as contas têm a mesma natureza e causam o mesmo impacto na situação líquida. Entretanto, do ponto de vista econômico, para a tomada de tomada de decisão, há diferenciação entre perdas e despesas e isto enseja a apresentação de forma separada na DRE.

Certo.

059. (CESPE/FUB/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) A respeito da demonstração do resultado do exercício, julgue o item que se segue.

As vendas anuladas e os descontos incondicionais concedidos devem ser abatidos da receita operacional bruta de vendas para cálculo da receita operacional líquida, nos termos da legislação societária vigente.



Segundo a legislação a **receita líquida** será a receita bruta diminuída de:

- I – devoluções e vendas canceladas;
- II – descontos concedidos incondicionalmente;
- III – tributos sobre ela incidentes; e
- IV – valores decorrentes do ajuste a valor presente de vendas a prazo, de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das operações vinculadas à receita bruta.

Certo.

060. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Julgue o item a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n. 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O valor das receitas de vendas a prazo que ainda não tenha sido recebido quando da elaboração da demonstração do resultado do exercício será evidenciado juntamente com o valor das demais receitas, em decorrência do princípio da competência.



As vendas a prazo devem ser registradas pelo montante total (preço à vista mais os juros); os juros embutidos deverão ser apresentados como dedução das receitas e serão apropriados com o passar do tempo, conforme o regime de competência.

Certo.

061. (CESPE/FUB/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) A respeito da demonstração do resultado do exercício, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: A tabela a seguir apresenta os valores, em reais, constantes dos registros contábeis de uma empresa ao final do período.

comissões de vendas	1.000
despesas financeiras	10.000
despesas financeiras líquidas	8.000
despesas gerais e administrativas	1.500
prejuízo operacional	2.500

Assertiva: Nessa situação, o lucro operacional bruto é igual a R\$ 2.000.



Vamos colocar as informações na DRE:

LOB = X

(-) despesas operacionais = (1.000 + 8.000 + 1.500) = (10.500)

(+) receitas operacionais =

(=) Resultado operacional líquido = (2.500)

Se as despesas operacionais totalizam \$ 10.500 e o prejuízo operacional é de \$ 2.500 podemos inferir que o LOB era de \$ 8.000.

A informação de uma despesa financeira de \$ 10.000 e de uma despesa financeira líquida de \$ 8.000, nos dá o direito de entender que havia uma receita financeira de \$2.000. Na DRE é apresentada somente a despesa financeira líquida.

Errado.

062. (CESPE/FUB/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) A respeito da demonstração do resultado do exercício, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: A tabela a seguir apresenta os valores, em reais, constantes dos registros contábeis de uma empresa ao final do período.

tributos sobre o lucro líquido	1.500
participações de debenturistas	1.000
participações de empregados	500
participações de administradores	500
participações de partes beneficiárias	500
quantidade de ações	1.000
lucro líquido por ação	10

Assertiva: Nessa situação, o resultado antes dos tributos sobre o lucro líquido e das participações é igual a R\$ 14.000, e o lucro após os tributos sobre o lucro líquido é igual a R\$ 12.500.



Vamos colocar as informações na DRE:

LAIR = X

(-) tributo sobre o lucro = (1.500)

(=) Lucro antes das participações = X

(-) Participação nos lucros = (2.500)

(=) LLE = 10.000 (1.000 ações x 10)

Analisando os dados de baixo para cima, podemos afirmar que o lucro antes das participações é de \$ 12.500 e o LAIR é de \$ 14.000.

Certo.

063. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) Com referência à mensuração da redução ao valor recuperável de ativos, a incorporação de entidades, a retificação de erros e ao reconhecimento de receitas, julgue o seguinte item.

A receita deve ser reconhecida no momento da transferência do bem ou serviço prometido ao cliente, cumpridas as demais condições normativas, independentemente da emissão do respectivo instrumento fiscal.



Considerando a essência econômica sobre a formalidade jurídica, a receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;

d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Note que não há a necessidade da comprovação do fato pelo documento fiscal.

Certo.

064. (CESPE/DPF/ESCRIVÃO/2018) Previstas na Lei n. 6.404/1976, as demonstrações contábeis obrigatórias para sociedades anônimas incluem o balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE). Acerca desses demonstrativos, julgue o item seguinte.

A estrutura da DRE é delineada a partir da apresentação das receitas brutas, que, deduzidas de impostos, inclusive de imposto de renda, determinam o lucro operacional da entidade.



Segundo a Lei 6.404/76 a DRE começa pela RBV que será deduzida dos impostos sobre vendas, não entrando o imposto de renda nas deduções das vendas. Retirada as deduções será apresentado a Receita Líquida de Vendas.

Errado.

065. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) Com relação a operações que envolvem resultado do exercício e a métodos de custeio das entidades comerciais, julgue o item que se segue. Vendas canceladas representam deduções da receita bruta.



A DRE, segundo a lei 6.404-76, começará pela conta Receita Bruta de Vendas e ela será ajustada pelas deduções para assim apresentar a Receita Líquida de Vendas.

As principais deduções são: vendas canceladas, devolução de vendas; abatimentos sobre vendas; descontos concedidos e impostos sobre vendas.

Certo.

066. (CESPE/SEFAZ-DF/AFRE/2020) Determinada entidade privada adquiriu para revenda mercadorias pelo valor de R\$ 500.000. Com base nesse montante, o fornecedor cobrou, ainda, 10% referentes aos tributos não recuperáveis e 5% de frete para entrega. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

O gestor contábil deve contabilizar as mercadorias como ativo circulante ao custo de R\$ 550.000.



O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte. Note que o imposto não recuperável e o frete na compra entram no custo de aquisição, desta forma o valor a ser contabilizado no ativo deverá ser de \$ 575.000,00. (500.000 + 50.000 + 25.000)

Errado.

067. (CESPE/SEFAZ-DF/AFRE/2020) O gestor contábil deve debitar como despesa operacional o valor de R\$ 25.000, referente ao valor pago pelo frete.



Lembre-se que tudo o que for gasto com um ativo até a sua disponibilidade para uso ou para venda é um custo; desta forma o frete entra no custo da mercadoria no estoque. O frete pago na compra de mercadorias não é uma despesa operacional.

Errado.

068. (CESPE/SEFAZ-DF/AFRE/2020) Considerando os conceitos de receita, despesa, ganhos e perdas, julgue o próximo item.

Ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos, e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas.



Todo ganho é uma receita, assim, a definição de receita abrange tanto receitas propriamente ditas quanto ganhos. Contudo, pode surgir de atividades não usuais da empresa, como o ganho na venda de imobilizado; ganho em sorteios etc.

A separação de receitas e ganhos na DRE é somente para melhorar a informação, de forma que os usuários saibam identificar a receita rotineira e a não rotineira.

Certo.

069. (CESPE/SEFAZ-AL/AFRE/2021) Durante um procedimento de auditoria tributária, o auditor fiscal identificou uma operação em que a venda de determinada mercadoria fora realizada a um não contribuinte residente em outro estado da Federação, tendo a entrega do produto ocorrido na mesma data da venda, conforme atestado pelo cliente.

Considerando o regime de competência para a contabilização de receitas e despesas e a legislação pertinente à operação da referida situação, julgue o item subsecutivo.

A contabilização correta do ICMS a ser destacado na nota fiscal, nesse caso, deve ser realizada a débito de ICMS sobre vendas e a crédito de ICMS a recolher.



Segundo a legislação fiscal, o ICMS sobre vendas deve ser destacado na DRE e registrado em contrapartida da conta "ICMS a recolher" no passivo da empresa.

Na venda todo imposto é uma dedução que gera uma obrigação. O registro contábil é o seguinte:

d) ICMS sobre vendas – dedução na DRE

c) ICMS a recolher – passivo

Certo.

070. (CESPE/SEFAZ-AL/AFRE/2021) Uma empresa adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda e comprometeu-se a pagar ao fornecedor dessas mercadorias a quantia de R\$ 50.000,00, em parcela única, com vencimento em cinco anos. Se a referida compra tivesse sido efetuada à vista, a empresa comercial teria que desembolsar R\$ 31.046,06 pelas mercadorias adquiridas. O valor do ICMS embutido no preço das referidas mercadorias foi de R\$ 9.000,00. A adquirente não teve que arcar com qualquer gasto adicional para ter as mercadorias em suas dependências, em condições de revenda.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O ICMS incidente sobre o valor das mercadorias adquiridas, no valor de R\$ 9.000,00, deve ser reconhecido pela adquirente como uma despesa.



Na compra de mercadorias, o ICMS irá gerar um direito representado pela conta "ICMS a recuperar". Assim, o imposto não é uma despesa para a empresa compradora, mas sim um direito.

Errado.

071. (CESPE/SEFAZ-CE/AFRE/2021) A respeito das demonstrações contábeis, julgue o item subsequente.

Apesar de a apresentação funcional ser a mais utilizada pelas organizações na elaboração da demonstração de resultado do exercício, a apresentação por natureza da despesa é a incentivada pelas normas contábeis.



As despesas, segundo a lei 6.404-76 e o CPC, são apresentadas na DRE seguindo a sua função, divididas em gerais, administrativas, financeiras e de vendas; entretanto, segundo

as normas contábeis existe a necessidade de divulgar em notas explicativas a natureza, ou seja, qual é a despesa que está sintetizada nos grupos.

Certo.

072. (QUADRIX/CREFITO-4ª REGIÃO/CONTADOR/2021) Acerca das contas patrimoniais e de resultado e das teorias, das funções e da estrutura das contas, julgue o item.

Prêmio de Resgate de Títulos e Debêntures é uma conta de resultado integrante da demonstração do resultado do exercício.



O prêmio de resgate de títulos é um ganho para a empresa, desta forma, será registrado na DRE como receita financeira.

Certo.

073. (QUADRIX/CRF-GO/CONTADOR/2022)

	Valores em R\$
Descontos incondicionais concedidos	1.300,00
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	1.600,00
Despesas gerais e administrativas	1.750,00
Participações de debêntures	2.150,00
Receitas financeiras	300,00
Custo das mercadorias vendidas	15.500,00
Comissões de vendedores	3.250,00
Despesas financeiras	1.650,00
Receita bruta de vendas	45.000,00
PIS sobre a folha de pagamento	750,00
ICMS sobre vendas	5.400,00
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	2.700,00
Ganho na alienação de ativo imobilizado	2.150,00

Com base nesse caso hipotético, julgue o item.

De acordo com a Lei n. 6.404/1976, o resultado antes dos tributos sobre a renda foi de R\$ 17.850,00.



Vamos colocar as contas dentro da estrutura da DRE:

RBV = 45.000

(-) Deduções = (6.700)

Descontos incondicionais concedidos 1.300

ICMS sobre vendas 5.400

(=) RLV = 38.300

(-) CMV = (15.500)

(=) LOB = 22.800

(-) Despesas operacionais = (7.400)

Despesas gerais e administrativas 1.750

Comissão de vendedores 3.250

Despesa financeira 1.650

PIS sobre folha de pagamento 750

(+) Receitas operacionais = 300

Receita financeira 300

(=) LOL = 15.700

(-) Outras despesas =

(+) Outras receitas = 2.150

Ganho na alienação de ativo 2.150

(=) Lucro antes do IR e CSLL = 17.850

(-) Provisão para IR/CSLL = (4.300)

Provisão para CSLL 1.600

Provisão para IR 2.700

(=) Lucro antes da participações = 13.550

(-) Participações nos lucros = (2.150)

Participações de debêntures 2.150

(=) LLE = 13.300

Considerando as informações da DRE o lucro antes dos tributos sobre a renda (CSLL e IR) foi de \$ 17.850.

Certo.

074. (QUADRIX/CRF-GO/CONTADOR/2022) As contas de resultado mostradas a seguir foram extraídas do balancete de verificação da empresa comercial Sagitários A Ltda., ao final de exercício de 2020 (em R\$).

	Valores em R\$
Descontos incondicionais concedidos	1.300,00
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	1.600,00
Despesas gerais e administrativas	1.750,00
Participações de debêntures	2.150,00
Receitas financeiras	300,00

	Valores em R\$
Custo das mercadorias vendidas	15.500,00
Comissões de vendedores	3.250,00
Despesas financeiras	1.650,00
Receita bruta de vendas	45.000,00
PIS sobre a folha de pagamento	750,00
ICMS sobre vendas	5.400,00
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	2.700,00
Ganho na alienação de ativo imobilizado	2.150,00

Com base nesse caso hipotético, julgue o item.

O lucro bruto da Sagitários A Ltda., no exercício de 2020, foi de R\$ 22.800,00.



Vamos colocar as contas dentro da estrutura da DRE:

RBV = 45.000

(-) Deduções = (6.700)

Descontos incondicionais concedidos 1.300

ICMS sobre vendas 5.400

(=) RLV = 38.300

(-) CMV = (15.500)

(=) **LOB = 22.800**

(-) Despesas operacionais = (7.400)

Despesas gerais e administrativas 1.750

Comissão de vendedores 3.250

Despesa financeira 1.650

PIS sobre folha de pagamento 750

(+) Receitas operacionais = 300

Receita financeira 300

(=) LOL = 15.700

(-) Outras despesas =

(+) Outras receitas = 2.150

Ganho na alienação de ativo 2.150

(=) Lucro antes do IR e CSLL = 17.850

(-) Provisão para IR/CSLL = (4.300)

Provisão para CSLL 1.600

Provisão para IR 2.700

(=) Lucro antes da participações = 13.550

(-) Participações nos lucros = (2.150)

Participações de debêntures 2.150

(=) LLE = 13.300

Considerando as informações da DRE o lucro bruto foi de \$ 22.800.

Certo.

075. (QUADRIX/CRF-GO/CONTADOR/2022) As contas de resultado mostradas a seguir foram extraídas do balancete de verificação da empresa comercial Sagitários A Ltda., ao final de exercício de 2020 (em R\$).

	Valores em R\$
Descontos incondicionais concedidos	1.300,00
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	1.600,00
Despesas gerais e administrativas	1.750,00
Participações de debêntures	2.150,00
Receitas financeiras	300,00
Custo das mercadorias vendidas	15.500,00
Comissões de vendedores	3.250,00
Despesas financeiras	1.650,00
Receita bruta de vendas	45.000,00
PIS sobre a folha de pagamento	750,00
ICMS sobre vendas	5.400,00
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	2.700,00
Ganho na alienação de ativo imobilizado	2.150,00

Com base nesse caso hipotético, julgue o item.

A receita líquida de vendas da empresa, no exercício de 2020, foi de R\$ 37.550,00.



Vamos colocar as contas dentro da estrutura da DRE:

RBV = 45.000

(-) Deduções = (6.700)

Descontos incondicionais concedidos 1.300

ICMS sobre vendas 5.400

(=) **RLV = 38.300**

(-) CMV = (15.500)

(=) LOB = 22.800

(-) Despesas operacionais = (7.400)

Despesas gerais e administrativas 1.750

Comissão de vendedores 3.250

Despesa financeira 1.650

PIS sobre folha de pagamento 750

(+) Receitas operacionais = 300

Receita financeira 300

(=) LOL = 15.700

(-) Outras despesas =

(+) Outras receitas = 2.150

Ganho na alienação de ativo 2.150

(=) Lucro antes do IR e CSLL = 17.850

(-) Provisão para IR/CSLL = (4.300)

Provisão para CSLL 1.600

Provisão para IR 2.700

(=) Lucro antes da participações = 13.550

(-) Participações nos lucros = (2.150)

Participações de debêntures 2.150

(=) LLE = 13.300

Considerando as informações da DRE a receita líquida de vendas foi de \$ 38.300.

Errado.

076. (FGV/AL-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) As opções a seguir trazem exemplos de informações que são apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Devolução de vendas.
- b) Provisão para imposto sobre a renda.
- c) Resultado de operações descontinuadas.
- d) Variação cambial.
- e) Distribuição de dividendos.



A única conta que não é apresentada na DRE é “dividendos distribuídos”. Os dividendos distribuídos aos sócios, como parte do lucro, são apresentados na DLPA – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e na DMPL – demonstração das mutações do patrimônio líquido.

É importante destacar que quando a banca apresentar a conta “resultado” é sinal que pode ser um ganho (receita) ou uma perda (despesa), como é o caso do resultado de operações descontinuadas e resultado da variação cambial.

Letra e.

077. (FGV/SEFIN-RO/TÉCNICO TRIBUTÁRIO/2018) A Cia. LOL elaborou sua Demonstração do Resultado do Exercício pelo método da natureza da despesa.

Assinale a opção que contém apenas as contas classificadas de acordo com esse método.

- a) Despesa com Benefícios a Empregados e Despesas Comerciais.
- b) Variação do Estoque e Custo dos Produtos Vendidos.
- c) Despesa de Depreciação e Consumo de Matéria Prima.
- d) Despesa de Vendas e Despesas Administrativas.
- e) Despesas Administrativas e Despesa de Amortização.



O método da natureza da despesa apresenta a conta, assim, são classificadas de acordo com esse método a despesa com depreciação e o consumo de matéria prima.

Despesas comerciais, custo do produto vendido, despesas de vendas e despesas administrativas, agrupam contas, por isto são classificadas quanto a FUNÇÃO da despesa.

Letra c.

078. (FGV/SEFIN-RO/TÉCNICO TRIBUTÁRIO/2018) Uma entidade apresentava os seguintes saldos, em 31/12/2017:

- Receita de vendas (a prazo): R\$ 100.000;
- Custo das mercadorias vendidas: R\$ 40.000;
- Receita com a venda de ativo imobilizado (à vista): R\$ 50.000;
- Baixa de ativo imobilizado: R\$ 30.000;
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 5.000;
- Despesas gerais: R\$ 15.000.

Assinale a opção que indica o valor do lucro antes do imposto sobre a renda (LAIR), em 31/12/2017, com base nas informações acima e considerando a alíquota do ICMS de 18%.

- a) R\$ 33.000.
- b) R\$ 42.000.
- c) R\$ 42.900.
- d) R\$ 49.200.
- e) R\$ 60.000.



Vamos colocar as informações dentro da estrutura da DRE:

RBV = 100.000

(-) DEDUÇÃO = ICMS sobre vendas (18.000)

(=) RLV = 82.000

(-) CMV (40.000)

(=) LOB = 42.000

(-) Despesa operacional = (20.000)

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa 5.000

Despesas gerais 15.000.

(=) LOL = 22.000

(+) outras receitas = 20.000

Ganho na venda de imobilizado 20.000

(=) LAIR = 42.000

Letra b.

079. (FGV/COMPESA/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Assinale a opção que indica o que é evidenciado pela Demonstração do Resultado do Exercício.

- a) A riqueza gerada pela entidade e pertencente ao acionista.
- b) A riqueza gerada pela entidade e pertencente à sociedade.
- c) As aplicações e as origens dos recursos da entidade.
- d) A movimentação ocorrida nas contas pertencentes aos sócios da entidade.
- e) A parte dos recursos financeiros gerada internamente pela entidade.



A DRE apresenta o resultado do exercício que pode ser lucro ou prejuízo. O resultado é transferido para o patrimônio líquido, que representa a riqueza dos sócios aplicada na empresa.

O lucro é dos sócios/acionistas que são os donos da empresa. Lembre-se que a DRE deve apresentar o lucro por ação, para que o acionista veja o quanto ganhou.

Letra a.

080. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2013) Tratando-se das contas de resultado é correto afirmar que:

- a) São os registros de representantes de bens, direitos e deveres, bem como para as pessoas utilizadas para o Patrimônio Líquido.
- b) Destinam-se ao registro das despesas, dos custos e das receitas. Como contas, que são abertas na escrituração contábil no início do exercício social e encerradas no final dele, não fazem parte do Balanço Patrimonial, porém da apuração e conhecimento do custo de fabricação, bem como do resultado econômico da gestão do patrimônio, que pode ser lucro ou prejuízo.
- c) Destinam-se ao registro das despesas, dos custos e das receitas. Como contas, que são abertas na escrituração contábil no final do exercício social e encerradas no final dele,

fazem parte do Balanço Patrimonial, porém não da apuração e o conhecimento do custo de fabricação, bem como o resultado da gestão do patrimônio econômico, que poderá ser lucro econômico ou prejuízo.

d) Destinam-se ao registro das despesas, dos custos e das receitas. As contas, que são abertas na escrituração contábil no começo do exercício social e apuradas no final dele, não fazem parte do Balanço Patrimonial, portanto, não possibilitam a apuração e o conhecimento do custo de fabricação, bem como do resultado econômico da gestão do patrimônio, que poderá ser lucro ou prejuízo.



As contas de resultado são representadas pelas receitas, ganhos, despesas e perdas, que compõem a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. São contas transitórias, que têm seus saldos abertos no início do exercício social e encerrados ao seu término, para fins de apuração do resultado econômico do exercício, que poderá ser lucro ou prejuízo.

Letra b.

081. (FCC/AL-AP/CONTADOR/2020) A Cia. Negocia Tudo adquiriu, em 01/10/2018, produtos para serem revendidos. Os produtos foram adquiridos à vista por R\$ 210.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 33.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 22.000,00. Adicionalmente, a Cia. contratou e pagou frete e seguro, exclusivamente para transporte dos produtos adquiridos até seu depósito, no valor total de R\$ 10.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 1.000,00.

Em 25/10/2018, a Cia. revendeu todos estes produtos por R\$ 400.000,00, à vista, sendo que o valor dos tributos incidentes sobre a venda foi R\$ 70.000,00. O valor do lucro bruto apurado pela Cia. Negocia Tudo no mês de outubro de 2018 foi, em reais,

- a) 144.000,00.
- b) 166.000,00.
- c) 132.000,00.
- d) 153.000,00.
- e) 190.000,00.



Para apurar o lucro bruto devemos apurar o CMV, que é o custo líquido da compra.

Compra = 210.000

(-) Impostos recuperáveis = (33.000)

(+) Frete sobre compra = 10.000

(-) Imposto recuperável no frete = (1.000)

(=) Compra líquida = 186.000

Agora vamos calcular o Lucro Bruto:

RBV = 400.000

(-) Dedução = (70.000)

(=) RLV = 330.000

(-) CMV = (186.000)

(=) Lucro Bruto = 144.000

Letra a.

082. (FCC/TJ-MA/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) A Cia. Tudo Azul apresentava, em 31/12/2018, as seguintes informações sobre algumas de suas contas de receitas e despesas acumuladas no ano de 2018, com os valores expressos em reais:

- Receita bruta de vendas 800.000,00
- Custo das mercadorias vendidas 300.000,00
- Devoluções de vendas 10.000,00
- Impostos sobre vendas 40.000,00
- Despesa com fretes sobre vendas 5.000,00
- Abatimentos sobre vendas 15.000,00
- Despesa com créditos de liquidação duvidosa 3.000,00

O valor do Lucro Bruto apurado pela Cia. Tudo Azul em 2018, em reais, foi de:

- a) 450.000,00.
- b) 460.000,00.
- c) 430.000,00.
- d) 435.000,00.
- e) 427.000,00.



Para responder à questão vamos estruturar a DRE e classificar as contas:

RBV = 800.000

(-) Deduções =(65.000)

- Devoluções de vendas 10.000,00
- Impostos sobre vendas 40.000,00
- Abatimentos sobre vendas 15.000,00

(=) RLV = 735.000

(-) CMV = (300.000)

(=) Lucro Bruto = 435.000

As contas despesa com fretes sobre vendas e despesa com créditos de liquidação duvidosa são despesas operacionais que não afetam o lucro bruto.

Letra d.

083. (FCC/SANASA/CONTADOR/2019) A empresa Santo Caos Ltda apresentou as seguintes contas no período de 01/01/X1 a 31/12/X1.

Contas	Valores em R\$
Juros Ativos	500,00
Material de limpeza	720,00
Água e Esgoto	960,00
Juros Passivos	1.200,00
Material de escritório	1.320,00
Despesas Bancárias	1.800,00
Fretes e Carretos	2.800,00
Energia elétrica	4.320,00
Telefone e Internet	4.560,00
Publicidade e Propaganda	5.700,00
Comissões	19.978,00
Contribuições previdenciárias	26.928,00
Devolução de Vendas	28.540,00
Salários e ordenados	122.400,00
Tributos sobre vendas	142.700,00
Custo da Mercadoria Vendida	199.780,00
Vendas Brutas	570.800,00

Com base nos dados apresentados, o Resultado Operacional Bruto e o Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social são, respectivamente:

- a) R\$ 399.560,00 e R\$ 7.594,00.
- b) R\$ 199.780,00 e R\$ 6.594,00.
- c) R\$ 199.780,00 e R\$ 7.594,00.
- d) R\$ 399.560,00 e R\$ 6.594,00.
- e) R\$ 271.130,00 e R\$ 7.594,00.



Para responder à questão vamos estruturar a DRE e classificar as contas:

RBV = 570.800

(-) Deduções =(171.240)

- Devoluções de vendas 28.540,00
- Tributos sobre vendas 142.700,00

(=) RLV = 399.560

(-) CMV = (199.780)

(=) Lucro Bruto = 199.780

(-) Despesas operacionais = (192.686)

- Material de limpeza 720
- Água e esgoto 960
- Juros passivos 1.200
- Material de escritório 1.320
- Despesas bancárias 1.800
- Fretes e carretos 2.800
- Energia elétrica 4.320
- Telefone e internet 4.560
- Publicidade e propaganda 5.700
- Comissões 19.978
- Contribuições previdenciárias 26.928
- Salários e ordenados 122.400

(+) receitas operacionais = 500

- Juros ativos 500

(=) Lucro antes dos impostos = 7.594

Letra c.

084. (FCC/SEFAZ-ES/AFRE/2021) A Cia. Negocia Tudo adquiriu, em 01/10/2018, produtos para serem revendidos. Os produtos foram adquiridos à vista por R\$ 210.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 33.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 22.000,00. Adicionalmente, a Cia. contratou e pagou frete e seguro, exclusivamente para transporte dos produtos adquiridos até seu depósito, no valor total de R\$ 10.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 1.000,00.

Em 25/10/2018, a Cia. revendeu todos estes produtos por R\$ 400.000,00, à vista, sendo que o valor dos tributos incidentes sobre a venda foi R\$ 70.000,00. O valor do lucro bruto apurado pela Cia. Negocia Tudo no mês de outubro de 2018 foi, em reais,

- a) 144.000,00.
- b) 166.000,00.
- c) 132.000,00.
- d) 153.000,00.
- e) 190.000,00.



Primeiro vamos calcular o custo da mercadoria vendida, considerando que o ICMS sobre frete também é recuperável.

Compra bruta = 210.000,

(-) Tributos Recuperáveis = (33.000,)

(+) Frete sobre compras = 10.000,

(-) Tributos recuperáveis sobre o frete = (1.000,)

(=) Compra líquida = custo do estoque = 186.000,

Agora vamos calcular o lucro bruto:

RBV = 400.000

(-) Dedução = (70.000)

(=) RLV = 330.000

(-) CMV = (186.000)

(=) Lucro bruto = 144.000

Letra a.

085. (FCC/TRT 17ª/CONTADOR/2022) Um lote de mercadorias para revenda foi adquirido, em 25/04/2019, pelo valor à vista de R\$ 1.500.000,00. A empresa compradora responsabilizou-se pela retirada das mercadorias no depósito do fornecedor e pagou R\$ 30.000,00 de frete para transportar essas mercadorias até seu depósito e, também, o valor de R\$ 15.000,00 por um seguro contra roubo das mercadorias durante esse transporte.

- Em 25/05/2019, a empresa vendeu todo lote de mercadorias que havia comprado pelo valor de R\$ 2.100.000,00.
- Assumindo que não há incidência de qualquer imposto na compra e na venda das mercadorias, a empresa evidenciou na Demonstração do Resultado de 2019, em relação exclusivamente à compra e à venda das mercadorias, os seguintes efeitos em reais:

a) Resultado Bruto com Vendas = 600.000,00; Despesa com Frete = 30.000,00; Despesa com Seguro = 15.000,00.

b) Resultado Bruto com Vendas = 570.000,00; Despesa com Seguro = 15.000,00.

c) Resultado Bruto com Vendas = 555.000,00, somente.

d) Resultado Bruto com Vendas = 585.000,00; Despesa com Frete = 30.000,00.

e) Resultado Bruto com Vendas = 600.000,00, Despesas antecipadas = 45.000,00.



Primeiro passo é apurar o custo de aquisição da mercadoria; considerando que o frete e o seguro são custos e aumentam o seu valor. Não esqueça: tudo o que for gasto com a mercadoria até a sua disponibilização para venda entra como custo de aquisição.

Preço de compra = 1.500.000

(+) frete sobre compra = 30.000

(+) seguro sobre compra = 15.000

(=) Custo da mercadoria = 1.545.000

O registro contábil da compra, considerando o inventário permanente para o controle do estoque, é o seguinte:

- D- Mercadoria – 1.545.000
- C- Banco – 1.545.000

Segundo passo é registrar a venda na DRE e apurar o resultado com mercadoria, considerando que não há existência de tributos nas operações.

Vendas Brutas = 2.100.000,

(-) Deduções das Vendas brutas = X

(=) Vendas líquidas = 2.100.000,

(-) CMV = 1.545.000,0

(=) Resultado com mercadorias ou Lucro Bruto = 555.000,

O registro contábil da venda das mercadorias é o seguinte:

d) Banco – 2.100.000

d) CVM – 1.545.000

c) Mercadoria – 1.545.000

c) Vendas brutas – 2.100.000

Letra c.

086. (FCC/TRT 20ª/CONTADOR/2016) A empresa Capital S.A. obteve lucros no exercício de 2016. Antes de realizar qualquer participação deve

- a) somar os lucros acumulados e distribuir até o montante do capital social.
- b) compensar as reservas de lucros a realizar e os dividendos propostos.
- c) reduzir as reservas para contingências e distribuir os dividendos mínimos.
- d) calcular a reserva legal e o dividendo mínimo.
- e) deduzir os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.



A questão trata especificamente do art. 189 da lei 6.404/76, que estabelece que a Lei n. 6.404 trata do assunto parágrafo único do art. 189.

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Não esqueçam que as participações são calculadas na ordem DEAPF, sucessivamente e com base no saldo remanescente. **D**ebenturistas, **E**mpregados, **A**dministradores, **P**arte beneficiárias, **F**undos dos funcionários.

Letra e.

087. (IADES/HEMOCENTRO-DF/CONTADOR/2017) Saldos contábeis apurados em dezembro/20X1.

Caixa	12.000
Bancos	15.000
Aplicações Financeiras	5.000
Clientes	15.000
Mercadorias	16.000
Móveis e Utensílios	8.000
Máquinas e Equipamentos	12.000
Veículos	17.000
Imóveis	20.000
Fornecedores	15.000
Salários a Pagar	11.000
Encargos Sociais a Recolher	9.000
Empréstimos e Financiamentos	21.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.500
Provisão para 13º salário	4.500
Provisão para Férias	3.500
Patrimônio Líquido	62.000
Vendas	19.000
Custo das Mercadorias Vendidas	12.000
Receitas Financeiras	2.000
Despesas Financeiras	3.500
Despesas com Vendas	1.000
Salários	9.000

Com base nas informações do Quadro 1, levante o Balanço Patrimonial do exercício e assinale a alternativa correta.

- a) O saldo das contas devedoras foi de R\$ 121.500.
- b) O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 57.500.
- c) O Ativo Total foi de R\$ 147.000.
- d) O Passivo Exigível totalizou R\$ 56.000.
- e) O Lucro Apurado no exercício totalizou R\$ 4.500.



Vamos classificar as contas:

- Caixa – 12.000 – AC – devedora
- Banco – 15.000 – AC – devedora
- Aplicações Financeiras – 5.000 – AC – devedora
- Clientes – 15.000 – AC – devedora
- Mercadorias – 16.000 – AC – devedora

- Móveis e Utensílios – 8.000 – ANC – devedora
- Máquinas e Equipamentos – 12.000 – ANC – devedora
- Veículos – 17.000 – ANC – devedora
- Imóveis – 20.000 – ANC – devedora
- Fornecedores – 15.000 – PC – credora
- Salários a Pagar – 11.000 – PC – credora
- Encargos Sociais a Recolher – 9.000 – PC – credora
- Empréstimos e Financiamentos – 21.000 – PC – credora
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa – 1.500 – (Ac) – devedora
- Provisão para 13º salário – 4.500 – PC – credora
- Provisão para Férias – 3.500 – PC – credora
- Patrimônio Líquido – 62.000 – PL – credora
- Vendas – 19.000 – receita – credora
- Custo das Mercadorias Vendidas – 12.000 – CMV – devedora
- Receitas Financeiras – 2.000 – receitas – credora
- Despesas Financeiras – 3.500 – despesa – devedora
- Despesas com Vendas – 1.000 – despesa – devedora
- Salários – 9.000 – despesa – devedora

Apurando os resultados obteremos:

- Total devedor = 147.000
- Total credor = 147.000

Com base nas contas de resultado apuramos um prejuízo de 4.500, este valor será transferido para o PL como conta redutora, prejuízo acumulado.

- Receitas = 21.000
- Despesas = 25.500

O Balanço patrimonial apresentará a seguinte estrutura:

- Ativo = 121.500
- Passivo = 64.000
- PL = 57.500 (62.000 – 4.500)

Letra b.

088. (IADES/CRF-DF/CONTADOR/2017) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) resume ordenadamente Receitas e Despesas e subsidia a tomada de decisão tanto para a empresa quanto para os usuários da contabilidade em geral. Considerando a estrutura da DRE, para obter a Receita Líquida de uma empresa, deve-se

a) subtrair do total geral das vendas os impostos devidos ao governo, tais como IRPJ, ISS, Cofins, entre outros.

- b) subtrair da Receita Bruta as Deduções e os Abatimentos, ou seja, valores que não representam sacrifícios financeiros para a empresa.
- c) subtrair do lucro operacional as perdas consideradas gastos imprevisíveis anormais, que não contribuem para obtenção de receita.
- d) subtrair do lucro líquido da empresa a participação dos sócios/acionistas.
- e) subtrair da receita bruta os custos do período, constituídos de gastos de fábrica, tais como matéria-prima, mão de obra, aluguel da fábrica, depreciação de bens da fábrica, energia elétrica da fábrica e demais itens relacionados ao custo de produção.



Na estrutura da DRE a receita líquida é obtida pela seguinte equação:

Receita bruta de vendas

(-) deduções da receita

(=) receita líquida de venda

As principais deduções são:

- Impostos sobre vendas (ICMS/PIS/Cofins/ISS)
- Desconto incondicional concedido
- Devolução de vendas
- Abatimentos concedidos
- Ajuste a valor presente de vendas a prazo

Letra b.

089. (IADES/HEMOCENTRO-DF/CONTADOR/2017) A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), elaborada com base nos dados fornecidos, apurou

- a) Lucro Bruto e Prejuízo Operacional.
- b) Lucro Bruto e Lucro Operacional.
- c) Prejuízo Bruto e Lucro Operacional.
- d) Prejuízo Bruto e Prejuízo Operacional.
- e) Lucro Bruto e Lucro Líquido.



Na DRE somente serão apresentadas as despesas e as receitas, conforme a estrutura estabelecida na Legislação.

Receita bruta de venda = 19.000,00

(-) CMV = (12.000,00)

(=) Lucro **Bruto** = **7.000,00**

(-) Despesas Operacionais = (13.500,00)

Despesas de Vendas 1.000,00

Despesas Financeiras 3.500,00
Despesas Salários 9.000,00
(+) Receitas Financeiras = 2.000,00
Receitas Financeiras 2.000,00
(=) Prejuízo Operacional líquido = 4.500,00

Letra a.

090. (CESPE/TJ-PA/CONTADOR/2020) Assinale a opção que apresenta despesas que, nas demonstrações de resultado das empresas regidas pelo regime de competência, são deduzidas para fins de cálculo do imposto de renda, mas não exigem nenhum desembolso.

- a) encargos trabalhistas
- b) amortizações e depreciação
- c) salários e benefícios
- d) imposto de renda e tributos
- e) juros e dividendos



A única despesa que não exige pagamento é a amortização e a depreciação; elas representam a diminuição de um ativo pelo uso ou pelo passar do tempo contratual.

Letra b.

091. (QUADRIX/CRP-17ª REGIÃO/CONTADOR/2018) Podem figurar alternativamente como despesas as participações de

- a) empregados.
- b) diretores.
- c) debenturistas.
- d) instituições de previdência de empregados.
- e) titulares de partes beneficiárias.



A Lei n. 6.404-76 estabelece que a DRE discriminará as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados que não se caracterizem como despesa.

Assim, segundo a lei, a participação de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados pode ser reconhecida, alternativamente, como despesa operacionais.

Letra d.

092. (QUADRIX/CRC-AP/CONTADOR/2021) A demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma das obrigações mais importantes para qualquer instituição, independentemente de seu tamanho. A DRE tem um papel importante na tomada de decisões por parte dos gestores das empresas e concentra em si informações de grande relevância para a realização de um bom planejamento estratégico e para a análise dos investidores e interessados na sociedade. Assim, a DRE consiste em um relatório sucinto das operações realizadas por uma empresa durante um determinado período de tempo. Na DRE, sobressai um dos valores mais importantes para as pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, lucro ou prejuízo. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir.

I – A DRE é um relatório contábil que reflete a variação da situação financeira entre dois momentos diferentes e sua distribuição.

II – A DRE é um relatório contábil que reflete o patrimônio líquido em determinado momento e sua distribuição.

III – A DRE é um relatório contábil que reflete as despesas e receitas incorridas entre dois momentos diferentes e consecutivos.

IV – A DRE é um relatório contábil que reflete as despesas pagas e as receitas recebidas entre dois momentos diferentes e consecutivos e sua distribuição.

V – A DRE é um relatório contábil que reflete somente as despesas de um período.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e IV estão certos.
- e) Apenas os itens II e V estão certos.



A DRE é um relatório contábil que apresenta as receitas e despesas que ocorreram no exercício social, independentemente de recebimento ou pagamento. Ela apresenta o resultado econômico apurado entre dois exercícios sociais consecutivos.

Letra c.

093. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2016) A empresa Xazan apresentou as seguintes contas de resultado ao final do exercício de X2:

Varição Monetária Ativa Prefixada	4.700,00	Encargos Financeiros sobre Arrendamentos Passivos	5.300,00
Aluguel	48.000,00	Devolução de vendas	65.000,00
Tributos sobre Vendas	130.000,00	Amostras Grátis	3.000,00
Energia Elétrica	6.000,00	Rendimentos sobre Investimentos Temporários	3.100,00
Material de Embalagem	10.800,00	Descontos incondicionais concedidos	5.000,00
Juros e Comissões Bancárias	13.000,00	Custo da Mercadoria Vendida	227.500,00
Receita de Vendas	650.000,00	Correios	7.320,00
Água	2.400,00	Pesquisas de Mercado	1.800,00
Despesas c/ Devedores Duvidosos	9.750,00		

Considere que estas foram as únicas transações do período e assinale a alternativa correta.

- O Resultado Financeiro da empresa foi despesa de R\$ 19.900,00
- O Resultado do Período antes do IR e da CSLL foi um Lucro de R\$ 122.930,00
- O Resultado Operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 138.430,00
- A Receita Líquida totalizou R\$ 455.000,00



Para responder à questão devemos classificar as contas e colocá-las na estrutura a DRE apurando o resultado operacional antes do resultado financeiro.

Esta questão apresentou algumas contas diferentes, são elas:

- Pesquisa de mercado – 1.800 = despesa operacional
- Juros e Comissões Bancárias – 13.000 = despesa financeira
- Encargos financeiros sobre arrendamentos Passivos – 5.300 = despesa financeira
- Variação monetária ativa pré-fixada – 4.700 = receita financeira
- Rendimentos sobre investimentos temporários – 3.100 = receita financeira

Lembre-se que segundo a lei 6.404 as receitas financeiras devem ser deduzidas das despesas financeiras.

Receita bruta de vendas = 650.000

(-) Deduções das receitas = (200.000)

Tributos sobre vendas – 130.000

Devolução de vendas – 65.000

Descontos incondicionais concedidos – 5.000

(=) Receita líquida de venda = 450.000

(-) Custo das mercadorias vendidas = (227.500)

(=) Lucro operacional bruto = 222.500

(-) Despesas operacionais = (89.070)

- Aluguel 48.000
- Material de embalagem 10.800
- Despesa com devedores duvidosos 9.750

- Correios 7.320
- Energia elétrica 6.000
- Amostras grátis 3.000
- Água 2.400
- Pesquisa de mercado 1.800

(=) resultado operacional antes do resultado financeiro = 133.430

(-) Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras = (10.500)

- Juros e comissões bancárias - 13.000
- Encargos financeiros sobre arrendamentos Passivos - 5.300
- (+) Variação monetária ativa pré-fixada - 4.700
- (+) Rendimentos sobre investimentos temporários - 3.100

(=) **Lucro antes do IR = 122.930**

Letra b.

094. (CONSULPLAN/TRF 2ª REGIÃO/CONTADOR/2017) Uma empresa de serviços contábeis apresentou os seguintes valores em 31 de dezembro de 2016:

Despesa com material de limpeza	R\$ 2.000,00
Receitas financeiras	R\$ 8.000,00
Custo do serviço prestado	R\$ 56.000,00
Tributos sobre serviços	R\$ 75.000,00
Receita bruta de serviços prestados	R\$ 1.500.000,00
Serviços cancelados	R\$ 10.000,00
Despesas financeiras	R\$ 5.000,00
Despesas gerais	R\$ 1.500,00

O valor do resultado bruto na Demonstração do Resultado do Exercício do período é de:

- a) R\$ 1.355.500,00.
- b) R\$ 1.358.500,00.
- c) R\$ 1.359.000,00.
- d) R\$ 1.415.000,00.



Para resolver a questão basta colocar as informações na DRE, considerando que as despesas não afetam o lucro bruto.

Receita bruta = 1.500.000,00

(-) Deduções das receitas brutas = (85.000,00)

Tributos s/serviços 75.000,

Serviços cancelados 10.000,

(=) Receita líquida de vendas = 1.415.000,00
 (-) Custos dos serviços prestados = (56.000,00)
 (=) Lucro operacional bruto = 1.359.000

Letra c.

095. (FGV/SEFIN-RO/TÉCNICO TRIBUTÁRIO/2018) A Cia. X vende roupas. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais. Em 31/12/2017, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 200.000;
- comissão de vendas: R\$ 20.000;
- devolução de vendas: R\$ 10.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 120.000;
- devolução de compras: R\$ 15.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 5.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 12.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 40.000;
- IPI nas compras: R\$ 30.000;
- despesas com salários: R\$ 35.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 10.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 4.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. X, em 31/12/2017.

- a) R\$ 18.000.
- b) R\$ 70.000.
- c) R\$ 118.000.
- d) R\$ 138.000.
- e) R\$ 150.000.



Para responder à questão é importante entender a RLV é encontrada na DRE, pela equação: Receita bruta (-) deduções de vendas.

Vimos na aula que a **receita bruta** compreende:

- a) o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
- b) o preço da prestação de serviços em geral;
- c) o resultado auferido nas operações de conta alheia, como consignação, comissão ou ordem de venda; e

d) as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica, não compreendidas nos itens anteriores.

Já a **receita líquida** será a receita bruta diminuída de:

I - devoluções e vendas canceladas;

II - descontos concedidos incondicionalmente;

III - tributos sobre ela incidentes; e

IV - valores decorrentes do ajuste a valor presente de vendas a prazo, de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das operações vinculadas à receita bruta.

Na DRE a apresentação será da seguinte forma:

- Vendas brutas = 200.000
- (-) Devolução de vendas = 10.000
- (-) Ajuste a valor presente de clientes = 12.000
- (-) ICMS sobre vendas = 40.000
- Vendas líquidas = 138.000

Letra d.

096. (FGV/TCM-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRADOR/2015) Uma empresa industrial realizou vendas no período de 1.000 itens do seu estoque, por R\$ 180,00 cada um, para pagamento em 30 dias. Ao cliente foi concedido um desconto de 1,5%, na nota fiscal e o frete, no valor de R\$ 2.250,00, é de responsabilidade da empresa.

Dados adicionais:

- o cliente terá um desconto de R\$ 1.800,00 no pagamento dentro do prazo;
- o custo de cada produto vendido é de R\$ 90,00;
- no mesmo período foram registrados: salários dos vendedores no valor de R\$ 4.200,00, outras despesas no valor de R\$ 1.350,00;
- ICMS no valor de R\$ 34.200;
- IPI no valor R\$ 9.000,00;
- PIS no valor de R\$ 1.170,00;
- COFINS no valor de R\$ 5.400,00.

Com base nas informações anteriores e nos dados acima, é possível determinar que a receita líquida é:

- a) R\$ 46.530;
- b) R\$ 129.680;
- c) R\$ 136.530;
- d) R\$ 138.680;
- e) R\$ 139.230.



A questão trata de venda em uma indústria, assim, a DRE começa pelo faturamento bruto que é a RBV (1.000 unidades x \$180,00) mais o IPI; não esqueça que o IPI é um imposto por fora do preço de venda.

O desconto de 1.5% concedido na Nota fiscal é uma dedução das vendas, denominado de desconto incondicional ou desconto comercial, será calculado sobre a RBV de \$180.000,00. Assim, é de \$ 2.700,00.

O desconto para pagamento dentro do prazo é denominado de desconto condicional ou desconto financeiro e se for concedido, será uma despesa operacional, não afetando a receita líquida de venda, assim como o frete na venda.

Os impostos sobre vendas são deduções das vendas e afetam a receita líquida de vendas:
 $ICMS\ 34.200 + PIS\ 1.170,00 + COFINS\ 5.400,00 = \$\ 40.770$

Na DRE a apresentação dos valores será a seguinte:

Faturamento Bruto = 189.000 (RBV + IPI)

(-) IPI = (9.000)

Receita Bruta = 180.000 (1.000 unidades X \$180,00)

(-) Descontos Comerciais = 2.700

(-) Impostos sobre vendas = 40.770

Receita Líquida = 136.530

Letra c.

097. (FGV/PROCEMPA/ANALISTA FINANCEIRO-CONTÁBIL/2016) Em dezembro de 2013, determinada empresa efetuou a emissão de novas ações no valor de R\$ 100.000,00. No processo, a empresa incorreu em gastos diretos, vinculados à emissão, no valor de R\$ 5.000,00. A emissão não foi bem-sucedida, e não teve compradores. Os gastos com a emissão foram contabilizados como

- a) Despesa.
- b) Ativo Intangível.
- c) Ativo Diferido.
- d) Redutores do Patrimônio Líquido.
- e) Prejuízos Acumulados.



Segundo o enunciado da questão a operação de captação de recursos pela venda de ações não se efetivou, assim, todos os gastos devem ser reconhecidos como despesa no período em que a operação se frustrou.

A resolução CFC n. 1.313/10 que prova a NBC TG 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários estabelece o seguinte:

7. Quando a operação de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais (ações) não for concluída, inexistindo aumento de capital ou emissão de bônus de subscrição, os custos de transação devem ser reconhecidos como despesa destacada no resultado do período em que se frustrar a transação.

Letra a.

098. (FGV/PC-MA/PERITO CONTÁBIL/2012) Marque a alternativa que apresenta apenas contas de resultado:

- a) Seguros a vencer, aluguéis passivos e juros ativos.
- b) Receita de venda, custo de mercadorias vendidas e salários do mês.
- c) Adiantamento de clientes, capital e seguros passivos
- d) Adiantamento de fornecedores, aluguéis recebidos antecipadamente e frete na entrega.
- e) Adiantamento de salários, juros pagos antecipadamente e frete na compra.



As contas de resultado são representadas pelas receitas e despesas:

- a) Errada. Conta seguros a vencer é ativo, despesa antecipada; aluguéis passivos é despesa e juros ativos é uma receita.
- b) Certa. Conta receita de venda é uma receita, custo de mercadorias vendidas e salários do mês são despesas.
- c) Errada. Conta adiantamento de clientes é um passivo, capital é do PL e seguros passivos é uma despesa.
- d) Errada. Conta adiantamento de fornecedores é um passivo, aluguéis recebidos antecipadamente é um passivo e frete na entrega é uma despesa.
- e) Errada. Conta adiantamento de salários é um ativo, juros pagos antecipadamente é um ativo e frete na compra é um custo da mercadoria.

Letra b.

099. (FGV/AL-RO/CONTADOR/2018) Assinale a opção que apresenta um exemplo de transação que deve ser classificada como “Outras receitas e despesas operacionais”, na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade.

- a) Compra e venda de ativo imobilizado.
- b) Compra de ativo imobilizado.
- c) Venda de ativo imobilizado.

- d) Resultado com equivalência patrimonial.
- e) Recebimento de dividendos.



Outras receitas ou outras despesas são valores oriundos de atividades atípicas ou não rotineiras da empresa. São separadas das receitas e despesas operacionais pois tendem a não se repetir no futuro, como é o caso do ganho ou da perda na venda de um ativo imobilizado. Já outras receitas ou despesas OPERACIONAIS estão relacionadas com o “dia a dia” da empresa, entretanto, não se encaixam nas despesas com vendas, administrativas, financeiras ou gerais; como é o caso do resultado da equivalência patrimonial, que pode ser um ganho (receita) ou uma perda (despesa).

A banca deu como correto a letra “C”, entretanto, na minha visão o gabarito deveria ser a letra “D”.

Letra c.

100. (FCC/TRT 17ª/CONTADOR/2022) No dia 31/12/2019 as seguintes vendas de produtos foram realizadas pela empresa Feliz Ano Novo S.A.:

- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 3.300.000,00, cujo valor será recebido em 31/12/2020.
- Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00, cujo valor foi recebido à vista.
- A taxa de juros compostos praticada pela empresa nas vendas a prazo era, nesta data, 10% ao ano.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2019, é correto afirmar que a empresa Feliz Ano Novo S.A. deveria reconhecer:

- a) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita de Vendas no valor de R\$ 3.300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- b) Receita de Vendas no valor de R\$ 6.300.000,00 no resultado do ano de 2019.
- c) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2019, Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- d) Receita de Vendas no valor de R\$ 6.000.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita Financeira no valor de R\$ 300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- e) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.150.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita de Vendas no valor de R\$ 3.150.000,00 no resultado do ano de 2020.



No exercício social de 2019 entrarão na DRE somente as receitas com as vendas de mercadorias, totalizando \$ 6.000.000,00; os \$ 300.000,00 de juros cobrados na venda a prazo, serão

inicialmente registrados como “receitas financeiras a transcorrer”, conta redutora do ativo, e serão apropriados como receita financeira nos 12 meses do ano de 2020.

De acordo com a lei 6.404-76, onde a DRE começa pela receita bruta, o registro contábil, em 2019, é o seguinte:

- D- Caixa – 3.000.000
- D- Contas a receber – 3.300.000
- D- Ajuste a valor presente de vendas a prazo – 300.000 (dedução das vendas brutas)
- C- Receitas financeiras a transcorrer – 300.000 (redutora do ativo)
- C- Vendas brutas – 6.300.000

Na DRE teremos a seguinte apresentação:

- Vendas Brutas = 6.300.000
- (-) Deduções da Receita Bruta = (300.000)
- Ajuste a valor presente de vendas a prazo 300.000
- = Vendas Líquidas = 6.000.000,

De acordo com orientação do CPC, onde a DRE começa pela receita líquida, o registro contábil é o seguinte:

- D- Caixa – 3.000.000
- D- Contas a receber – 3.300.000
- C- Receitas financeiras a transcorrer – 300.000 (redutora do ativo)
- C- Vendas líquidas – 6.000.000

Assim teremos:

- 2019 = 6.000.000 (vendas de mercadorias) e 300.000 (receita financeira a transcorrer)
- 2020 = 300.000 (receita financeira)

Letra d.

101. (FCC/SABESP/CONTADOR/2018) A empresa Compra e Vende Comércio S.A. adquiriu mercadorias para revenda e incorreu nos seguintes gastos durante o ano de 2017:

- Pagamento ao fornecedor das mercadorias: R\$ 862.500,00.
- Valor do frete para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 40.500,00 que foram pagos após 30 dias da data da compra.
- Pagamento de seguro para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 60.000,00.

Nos diversos valores pagos ou a pagar para dispor das mercadorias estavam incluídos tributos recuperáveis que totalizavam R\$ 67.500,00 e tributos não recuperáveis que totalizavam R\$ 48.000,00.

A empresa obteve durante o ano abatimentos sobre as compras efetuadas no valor de R\$ 90.000,00. Sabe-se que o estoque inicial de mercadorias era R\$ 300.000,00 e que no final do período o saldo apresentado era R\$ 225.000,00.

O preço de venda das mercadorias vendidas foi R\$ 1.305.000,00, e a empresa concedeu um desconto de 5% ao comprador em função do volume negociado. Os tributos incidentes sobre as vendas realizadas totalizaram o valor de R\$ 129.750,00.

Adicionalmente, a empresa incorreu nos seguintes gastos relacionados com a venda efetuada:

- Pagamento de frete no valor de R\$ 12.000,00 para a entrega das mercadorias vendidas.
- Pagamento de comissão para os vendedores no valor de R\$ 18.000,00.
- Despesas gerais no valor de R\$ 60.000,00.

Considerando as informações apresentadas anteriormente, o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o valor do Resultado Bruto com Vendas (Lucro bruto) são, respectivamente, em reais,

- a) 780.000,00 e 330.000,00.
- b) 880.500,00 e 199.500,00.
- c) 780.000,00 e 300.000,00.
- d) 880.500,00 e 424.500,00.
- e) 880.500,00 e 229.500,00.



Para resolver a questão é necessário calcular o valor das compras, para depois calcular o CMV e por fim o lucro bruto.

Compra = 862.500

(+) Frete = 40.500

(+) Seguro = 60.000

(-) Tributos recuperáveis (67.500)

(-) Abatimentos (90.000)

(=) Compras líquidas = 805.500

Para calcular o CMV basta aplicar a fórmula: $CMV = EI + compra - EF$

$CMV = 300.000 + 805.500 - 225.000 =$

$CMV = 880.500$

Receita bruta = 1.305.000

(-) Deduções = (195.000)

Tributos sobre vendas (129.750)

Desconto comercial concedido – 5 % – (65.250)

(=) Receita líquida = 1.110.000

(-) CMV = (880.500)

(=) Lucro operacional bruto = 229.500

As despesas apresentadas no enunciado, são despesas operacionais e não afetam o lucro bruto.

Letra e.

102. (CONSULPLAN/CFC/BACHAREL/2018) A empresa Exemplo Ltda. adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 10.000,00 em maio de 2017. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 1.200,00. Todas as mercadorias foram vendidas no mesmo período, ou seja, em maio de 2017, pelo valor de R\$ 22.000,00. Os impostos sobre as vendas de maio foram de R\$ 2.600,00. As comissões e fretes sobre as vendas de maio de 2017 foram no valor de R\$ 1.000,00. Ao elaborar a Demonstração do Resultado do Período, o Lucro Bruto apresentado é de:

- a) R\$ 8.400,00.
- b) R\$ 9.600,00.
- c) R\$ 10.600,00.
- d) R\$ 12.000,00.



O custo da mercadoria vendida foi de \$ 8.800,00, representado pela compra líquida (\$ 10.000 – 1.200). Ao vender a mercadoria, considerando que comissões e fretes sobre vendas são despesas operacionais, o lucro bruto será de \$ 10.600, conforme estrutura abaixo:

Receita bruta de vendas = 22.000
 (-) Deduções das vendas = (2.600)
 (=) Receita líquida de vendas = 19.400
 (-) CMV = (8.800)
 (=) Lucro bruto = 10.600

Letra c.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA

A DRA divulga os ganhos e as perdas (ajustes patrimoniais) economicamente incorridos, mas de possível reversão futura, pois ainda não se realizaram financeiramente. Na sua essência, o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício em respeito ao regime de competência.

A demonstração de resultados abrangentes é uma importante ferramenta auxiliar de análise gerencial, ela não está prevista na Lei n. 6.404/1976, contudo, tem sua obrigatoriedade determinada pela Resolução CFC n. 1.185/2009 e pelo CPC 26.

O conceito de resultados abrangentes (comprehensive income) foi introduzido pela publicação do FASB Concepts n. 3 – Elements of Financial Statements of Business Enterprises e começou a ser discutido no Brasil em setembro de 2009, quando o CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil aprovou o pronunciamento técnico 26, que regulamenta dentre

outras demonstrações contábeis, a Demonstração do Resultado Abrangente destacando o seguinte:

Resultado abrangente é “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios”.

Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios (aporte de capital e reservas de capital) e distribuições aos sócios como dividendos e juros sobre capital próprio.

A demonstração de resultados abrangentes tem característica de ser gerencial, pois apresenta informações que atualizam o capital próprio, por meio do ajuste no patrimônio líquido das receitas e despesas já incorridas que possuem uma realização financeira “incerta” e ainda não afetaram o resultado do exercício, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação.

É uma demonstração que presta informações de caráter societário, assim, atende principalmente aos anseios de investidores. Na sua essência o resultado abrangente é aquele que inclui (abrange) as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício, devido ao respeito ao regime da competência.

EXEMPLO

Um investimento em derivativo que é classificado como disponível para venda, é mensurado pelo seu valor justo no mercado de capital, a variação do valor original em relação ao valor justo terá como contrapartida no patrimônio líquido, **a conta ajuste da avaliação patrimonial**. Esta diferença é tratada como outra receita ou outra despesa abrangente.

Este ajuste é resultado de uma avaliação que em um futuro poderá ser reconhecida como receita ou despesa, dependendo do ajuste. Na apuração do resultado abrangente este ajuste será reconhecido como parte integrante do resultado.

Note que na prática, o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fossem um lucro da empresa, por exemplo, a conta ajuste da avaliação patrimonial, registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que pelo princípio da competência não entram na DRE, no entanto, no lucro abrangente estas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa.

Outro exemplo que afeta o “PL” e não entra na DRE é o ajuste de exercícios anteriores, ajuste este feito diretamente na conta lucros ou prejuízos acumulados, contudo, estes ajustes entrarão na apuração do lucro abrangente.

O PULO DO GATO



A DRA registra os ganhos e as perdas (ajustes patrimoniais) economicamente incorridos, mas de possível reversão futura. Na sua essência, o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício.

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa futuras que não foram reconhecidos na DRE, contudo, modificaram o valor de itens do ativo e/ou do passivo e por consequência alteraram o valor do PL e incluem:

- Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente;
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco;
- Alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge,
- Somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge.

O PULO DO GATO



Somente é considerado um resultado abrangente o ganho ou a perda em Hedge de FLUXO DE CAIXA. Os hedges de fluxo de caixa são derivativos negociados no mercado de capital que

têm o objetivo de cobrir o risco de variação dos fluxos de caixa futuros a serem recebidos ou pagos por uma entidade.

Assim, todas as mutações patrimoniais, que não sejam as transações de capital com os sócios, integram a Demonstração do Resultado Abrangente, desta forma podemos dizer que a mutação do patrimônio líquido é formada por apenas dois conjuntos de valores: transações de capital com os sócios (na sua qualidade de proprietários) e resultado abrangente total.

Na medida em que os ganhos ou perdas abrangentes forem se efetivando, os valores deverão ser reclassificados para receita ou despesa na DRE, e serão tratados como contas de resultado normalmente.

A reclassificação dos resultados abrangentes deve ser apresentada na DRA normalmente.

ATENÇÃO

Por ser gerencial a DRA não sofre influência tributária, assim sendo, o lucro líquido apresentado na DRE continua sendo a base de cálculo do imposto de renda. Também merece destaque que a elaboração da demonstração do resultado abrangente não envolve lançamentos contábeis, mas sim, um ajuste para apresentar o patrimônio líquido o mais real possível.

Entretanto, por determinação normativa a empresa deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas.

Desta forma, para facilitar a análise do impacto tributário sobre as receitas e despesas abrangentes, os componentes dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados:

- a) líquidos dos seus respectivos efeitos tributários; ou
- b) antes dos seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

Independentemente do critério adotado faz-se necessária a correta divulgação dos eventos e seus efeitos em respectivas notas explicativas.

O CPC 26 R1 atualizado trata da DRA da seguinte forma:

81A. A demonstração do resultado e outros resultados abrangentes (demonstração do resultado abrangente) devem apresentar, além das seções da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes:

- a) o total do resultado (do período);
- b) total de outros resultados abrangentes;
- c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

Se a entidade apresenta a demonstração do resultado separada da demonstração do resultado abrangente, ela não deve apresentar a demonstração do resultado incluída na demonstração do resultado abrangente. (Incluído pela Revisão CPC 06)

81B. A entidade deve apresentar os seguintes itens, além da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes, como alocação da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes do período:

a) resultado do período atribuível a: (i) participação de não controladores, e (ii) sócios da controladora;

b) resultado abrangente atribuível a: (i) participação de não controladores, e (ii) sócios da controladora.

Se a entidade apresentar a demonstração do resultado em demonstração separada, ela apresentará a alínea (a) nessa demonstração. (Incluído pela Revisão CPC 06)

82A. Outros resultados abrangentes devem apresentar rubricas para valores de:

a) outros resultados abrangentes (excluindo valores previstos na alínea (b)), classificados por natureza e agrupados naquelas que, de acordo com outros pronunciamentos:

i) não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período; e

ii) serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas;

b) participação em outros resultados abrangentes de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, separadas pela participação nas contas que, de acordo com outros pronunciamentos:

i) não serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período; e

ii) serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas. (Alterado pela Revisão CPC 08)

Outros resultados abrangentes do período

90. A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas.

91. Os componentes dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados:

a) líquidos dos seus respectivos efeitos tributários; ou

b) antes dos seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

92. A entidade deve divulgar ajustes de reclassificação relativos aos componentes dos outros resultados abrangentes.

93. Alguns pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC especificam se e quando itens anteriormente registrados como outros resultados abrangentes devem ser

reclassificados para o resultado do período. Essas reclassificações são referidas neste pronunciamento como ajustes de reclassificação.

Tais ajustes de reclassificação são incluídos no respectivo componente de outros resultados abrangentes no período em que o ajuste é reclassificado para o resultado líquido do período. Esse ganho pode ter sido reconhecido como ganho não realizado em outros resultados abrangentes do período corrente ou de períodos anteriores.

Dessa forma, os ganhos não realizados devem ser deduzidos dos outros resultados abrangentes no período em que os ganhos realizados são reconhecidos no resultado líquido do período, evitando que esse mesmo ganho seja reconhecido em duplicidade. (Alterado pela Revisão CPC 12)

94. Os ajustes de reclassificação podem ser apresentados na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas. A entidade que apresente os ajustes de reclassificação nas notas explicativas deve apresentar os componentes dos outros resultados abrangentes após os respectivos ajustes de reclassificação.

DIVULGAÇÃO

A DRA pode ser apresentada junto com a DRE – Demonstração do resultado do Exercício e pode ser apresentada de forma separada, a partir do Lucro líquido do exercício. Seja qual for o método de divulgação adotado pela empresa os resultados abrangentes serão apresentados na DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como parte do Ajuste da Avaliação Patrimonial.

O CPC 26 R1 apresenta o seguinte sobre o assunto:

10A. A entidade pode, se permitido legalmente, apresentar uma única demonstração do resultado do período e outros resultados abrangentes, com a demonstração do resultado e outros resultados abrangentes apresentados em duas seções. As seções devem ser apresentadas juntas, com o resultado do período apresentado em primeiro lugar seguido pela seção de outros resultados abrangentes.

A entidade pode apresentar a demonstração do resultado como uma demonstração separada. Nesse caso, a demonstração separada do resultado do período precederá imediatamente a demonstração que apresenta o resultado abrangente, que se inicia com o resultado do período. (Incluído pela Revisão CPC 03)

10B. Quando da aprovação deste Pronunciamento Técnico, deve atentar-se para o fato importante de que a legislação societária brasileira requer que seja apresentada a demonstração do resultado do período como uma seção separada. (Incluído pela Revisão CPC 03)

Se a entidade apresentar a demonstração do resultado separada da demonstração do resultado abrangente, ela não deve apresentar a DRE incluída na demonstração do resultado abrangente e por fim deverá elaborar as duas demonstrações de forma separada.

Neste caso, a demonstração do resultado e outros resultados abrangentes (demonstração do resultado abrangente) devem apresentar, além das seções da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes:

- a) o total do resultado (lucro ou prejuízo do período);
- b) total de outros resultados abrangentes;
- c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

Quando for apresentada conjuntamente com a DRE, a DRA deve divulgar, além das seções da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes as seguintes informações:

- a) resultado do período atribuível a:
 - participação de não controladores, e
 - sócios da controladora;
- b) resultado abrangente atribuível a:
 - participação de não controladores, e
 - sócios da controladora.

a) Exemplo de demonstração do resultado do exercício com evidenciação dos outros resultados abrangentes.

DRE

Receita de vendas

(-) custo das vendas

(=) lucro bruto

(+) receita operacionais

(-) despesas operacionais

(=) lucro operacional

(+) outras receitas

(-) outras despesas

(=) lucro antes da CSLL/IR

(-) CSLL/IR

(=) lucro líquido

(+-) Outros resultados abrangentes

(+/-) diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior

(+/-) resultado líquido sobre ativos financeiros disponíveis para venda

- (+/-) parcela de outros resultados abrangentes de coligadas
- (+/-) resultado de atuarial sobre planos de pensão
- (+/-) ajustes de exercícios anteriores
- (=) resultado abrangente total do exercício

Junto com as receitas e despesas abrangentes será apresentado o montante do resultado abrangente dividido na parte para os controladores e para os sócios minoritários, da seguinte maneira:

Lucro atribuível a:

- a) proprietários da controladora
- b) participações não controladoras

Resultado abrangente total atribuído a:

- a) proprietários da controladora
- b) participações não controladoras

Exemplo de demonstração das mutações do patrimônio líquido com evidenciação dos outros resultados abrangentes e da demonstração do resultado abrangente (apresentado pelo CFC):

Vimos que as receitas e despesas abrangentes podem também ser incluída na DMPL, assim, ela deverá incluir o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.

O exemplo a seguir é ilustrativo de como poderia ser apresentada a demonstração de resultados abrangentes do período, utilizando-se a demonstração das mutações do patrimônio líquido que já é usualmente elaborada no Brasil.

Note-se que foi adicionada a coluna de participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas, já que essa participação (também conhecida por participação da minoria ou dos minoritários) passa, a partir da adoção desta Norma, a ser apresentada dentro do patrimônio líquido como um todo, após a identificação do patrimônio líquido dos sócios da entidade controladora.

Deve também ser notado que, conforme a definição dada no início da Norma:

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

Ou seja, todas as mutações patrimoniais, que não as transações de capital com os sócios, integram a demonstração do resultado abrangente; desta forma, a mutação do patrimônio líquido é formada por apenas dois conjuntos de valores: transações de capital com os sócios (na sua qualidade de proprietários) e resultado abrangente total.

Sendo que o resultado abrangente total é formado, por sua vez, de três componentes:

- O resultado líquido do período,
- Os outros resultados abrangentes e
- O efeito de reclassificações dos outros resultados abrangentes para o resultado do período.

Finalmente, a Norma que aprova o CPC 26 R1, exige que tanto o resultado líquido do período quanto os outros resultados abrangentes sejam evidenciados com relação a quanto pertence aos sócios da entidade controladora e quanto aos sócios não controladores nas controladas.

Obs.: Lembrar que agora é vedada a apresentação da demonstração do resultado abrangente na DMPL, ela deve ser apresentada junto com a DRE ou de forma isolada. Na DMPL devem ser apresentados os resultados abrangentes (receitas ou despesas abrangentes).

Exemplo da divulgação das receitas e despesas abrangentes na DMPL – Os valores são meramente ilustrativos:

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat. Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais	1.000.000	80.000	300.000	0	270.000	1.650.000	158.000	1.808.000
Aumento de Capital	500.000	-50.000	-100.000			350.000	32.000	382.000
Gastos com Emissão de Ações		-7.000				-7.000		-7.000
Opções Outorgadas Reconhecidas		30.000				30.000		30.000
Ações em Tesouraria Adquiridas		-20.000				-20.000		-20.000
Ações em Tesouraria Vendidas		60.000				60.000		60.000
Dividendos				-162.000		-162.000	-13.200	-175.200
Transações de Capital com os Sócios						251.000	18.800	269.800
Lucro Líquido do Período				250.000		250.000	22.000	272.000
Ajustes Instrumentos Financeiros					-60.000	-60.000		-60.000
Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros					20.000	20.000		20.000

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat. Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Equiv. Patrim. s/ Ganhos Abrang. de Coligadas					24.000	24.000	6.000	30.000
Ajustes de Conversão do Período					260.000	260.000		260.000
Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período					-90.000	-90.000		-90.000
Outros Resultados Abrangentes						154.000	6.000	160.000
Reclassific. p/ Resultado – Aj. Instrum. Financ.					10.600	10.600		10.600
Resultado Abrangente Total						414.600	28.000	442.600
Constituição de Reservas			140.000	-140.000				
Realização da Reserva Reavaliação				78.800	-78.800			
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação				-26.800	26.800			
Saldos Finais	1.500.000	93.000	340.000	0	382.600	2.315.600	204.800	2.520.400

DIRETO DO CONCURSO

103. (CESPE/MEC/ANALISTA CONTÁBIL/2014) Julgue os itens relativos às demonstrações contábeis previstas na legislação em vigor

A demonstração das mutações do patrimônio líquido permite identificar o fluxo de valores entre as contas componentes do patrimônio líquido, inclusive os resultados abrangentes, segregados em acionistas controladores e não controladores.



A assertiva está de acordo com a determinação do CPC 26 (R1) em seu item 106 que destaca o seguinte:

A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações:

a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.

Certo.

104. (CESPE/TJ-SE/CONTADOR/2014) Consoante o disposto na legislação societária, os princípios de contabilidade e os pronunciamentos técnicos do CPC, julgue os itens, relativos à elaboração de demonstrações contábeis.

Considerando-se a tabela abaixo, cujos dados foram retirados da demonstração do resultado abrangente de determinada empresa, é correto afirmar que o lucro líquido dessa empresa foi superior a R\$ 1.000.000,00.

dados	valores (em R\$)
outros resultados abrangentes	
ganhos atuariais de planos de benefícios pós-emprego	118.000
IR/CSLL sobre ganhos atuariais de planos de benefícios pós-emprego	(40.000)
IR/CSLL sobre perdas <i>hedge accounting</i>	94.200
perdas <i>hedge accounting</i>	(260.000)
perdas na conversão de operações no exterior	(41.200)
reversão de outros resultados abrangentes do exercício anterior	(55.400)
resultado abrangente do período	
resultado abrangente total	877.600



Quando a DRA for apresentada de forma isolada ela deve começar pelo resultado do exercício. Assim, para responder à questão basta aplicar a seguinte equação:

Resultado do Exercício

(+/-) receitas/despesas abrangentes

(=) Resultado Abrangente

Notem que o enunciado apresentou as receitas e despesas abrangentes e o resultado abrangente.

Aplicando a equação teremos:

Resultado do Exercício + (118.000 – 40.000 + 94.200 – 260.000 – 41.200 – 55.400) = 877600

Resultado do Exercício = 877.600 + 184.400

Resultado do Exercício = 1.062.000

Certo.

105. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Julgue o seguinte item, acerca da elaboração das principais demonstrações contábeis previstas pelo CPC.

A demonstração do resultado abrangente pode ser incorporada à demonstração de mutações do patrimônio líquido; nesse caso, a demonstração do resultado abrangente deve ser iniciada pelo resultado líquido do período, conforme apurado na demonstração do resultado do exercício.



A DRA pode ser incorporada à DMPL, contudo neste caso não será iniciada pela conta resultado líquido do exercício. Serão apresentadas as receitas e despesas abrangentes em linhas específicas a fim de demonstrar o resultado abrangente em uma coluna.

Se a DRA for elaborada de forma isolada, aí sim, ela deverá iniciar pelo resultado líquido do exercício.

Errado.

106. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Julgue o item a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n. 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de variações de ativos financeiros disponíveis para venda que tenham sido reconhecidos no balanço patrimonial de determinado exercício devem ser evidenciados na demonstração do resultado abrangente do exercício seguinte.



Instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda devem ser mensurados pelo seu valor justo, ou seja, pelo valor de mercado; a contrapartida do ajuste deve ser registrada como receita ou despesa abrangente na conta AAP – Ajuste da Avaliação Patrimonial, por consequência será evidenciado na DMPL e na DRA do EXERCÍCIO.

O erro da assertiva está ao afirmar que a evidenciação será na DRA do exercício seguinte.

Errado.

107. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Julgue o seguinte item, acerca da elaboração das principais demonstrações contábeis previstas pelo CPC.

As transações entre os proprietários da empresa e a própria empresa que geram impacto sobre o patrimônio social classificam-se como resultados abrangentes.



Resultado abrangente é “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios”. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, **exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios (aporte de capital e reservas de capital) e distribuições aos sócios como dividendos e juros sobre capital próprio.**

Assim, a DRA apresenta as variações do “PL” que não estejam relacionadas com transações entre proprietários.

Errado.

108. (CESPE/MTE/CONTADOR/2014) Considerando a legislação vigente e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens que se seguem, relativos aos procedimentos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis.

A demonstração do resultado abrangente integra, obrigatoriamente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).



Lembre-se que a DRA pode ser incluída na DRE ou demonstrada isoladamente. Conforme “CPC 26 R1” no Item 10:

10A. A entidade pode, se permitido legalmente, apresentar uma única demonstração do resultado do período e outros resultados abrangentes, com a demonstração do resultado e outros resultados abrangentes apresentados em duas seções. As seções devem ser apresentadas juntas, com o resultado do período apresentado em primeiro lugar seguido pela seção de outros resultados abrangentes. A entidade pode apresentar a demonstração do resultado como uma demonstração separada. Nesse caso, a demonstração separada do resultado do período precederá imediatamente

a demonstração que apresenta o resultado abrangente, que se inicia com o resultado do período.
(Incluído pela Revisão CPC 03)

Assim, a DRA não deve ser apresentada obrigatoriamente na DMPL. O que deve ser apresentado na DMPL são a receitas e despesas abrangentes que serão destacadas na conta AAP.

Vejam o que estabelece o item 106 A do CPC 26 R1:

106 A. Para cada componente do patrimônio líquido, a entidade deve apresentar, ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, uma análise dos outros resultados abrangentes por item.

Errado.

109. (CESPE/TCDF/AUDITOR CONSELHEIRO/2021) Julgue o próximo item, relativos às demonstrações contábeis e às regras legais e normativas a elas associadas.

A demonstração do valor adicionado apresenta a remuneração de capitais próprios como uma distribuição de valor adicionado.



Na DVA a remuneração de capital dos sócios como dividendos ou juros sobre o capital próprio é apresentada como distribuição de riqueza aos proprietários.

Certo.

110. (CESPE/CODEVASF/CONTADOR/2021) Acerca das demonstrações contábeis previstas na legislação e na normatização contábeis brasileiras, julgue o item que se segue.

Para fins de levantamento da demonstração do valor adicionado, o custo dos produtos vendidos inclui as matérias-primas e os serviços adquiridos de terceiros, sem incluir a mão de obra própria.



Na DVA, a mão de obra própria, executada pelos funcionários da empresa, não entra no custo dos produtos, os valores serão apresentados como distribuição de riqueza aos empregados.

Certo.

111. (CESPE/TELEBRÁS/CONTADOR/2022) Acerca da elaboração das demonstrações contábeis conforme legislação societária e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

O valor de venda de mercadorias, produtos e serviços considerado na demonstração do valor adicionado coincide com o conceito de receita bruta ou faturamento bruto tradicionalmente utilizado na demonstração do resultado do exercício (DRE).



A DVA é elaborada a partir das contas apresentadas na DRE, sendo que na DVA, no seu primeiro item, as receitas com venda de mercadorias ou produtos devem ser apresentadas com os impostos incluídos, assim, são os mesmos valores das receitas brutas (comerciais) ou faturamento bruto (indústrias) apresentadas na DRE.

Certo.

112. (QUADRIX/CREFITO-4ª REGIÃO/CONTADOR/2021) Com base na Resolução n. 1.374/2011, julgue o item.

O fornecimento de mercadorias e serviços a um credor, como compensação, para a liquidação de um empréstimo anteriormente obtido constitui uma receita, caracterizada pela extinção desse passivo.



A liquidação de uma obrigação com mercadorias tem a mesma essência econômica de uma venda de mercadorias, contudo, ao invés de entrar dinheiro, a contrapartida da receita de vendas será a diminuição do passivo, o registro contábil da venda é o seguinte:

- D- Empréstimos a pagar
- C- Venda de mercadoria

Certo.

113. (CESPE/FUNPRESP-JUD/SECRETÁRIO EXECUTIVO/2016) As contas de resultado mostradas a seguir foram extraídas do balancete de verificação da empresa comercial Sagitários A Ltda., ao final de exercício de 2020 (em R\$).

Acerca de demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Na demonstração do resultado abrangente, o lucro líquido do período será apresentado como outros resultados abrangentes.



O lucro líquido é o resultado apurado na DRE, não tem relação com resultados abrangentes, pois é o resultado das receitas e despesas que efetivamente ocorreram. A DRA, quando apresentada de forma isolada, deverá começar pelo resultado do exercício apurado na DRE.

Errado.

114. (CESPE/TCE-PE/ACE/2017) De acordo com a legislação societária, os princípios de contabilidade e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte, relativo a demonstrações contábeis.

Situação hipotética: Em 31/12/2016, uma empresa evidenciou as seguintes informações em sua demonstração do resultado do exercício.

	RS mil
lucro operacional antes do resultado financeiro	1.427
lucro líquido	1.691
lucro antes do IR e CSLL	2.444
lucro bruto	3.430

Assertiva: Nessa situação, no mesmo período, se essa empresa tiver verificado outros resultados abrangentes no valor de R\$ 81 mil, negativos, então o total de resultado abrangente evidenciado na demonstração de resultado abrangente será igual a R\$ 1.610.000.



Neste caso para encontra o resultado abrangente devemos partir do LLE e adicionais as receitas e despesas abrangentes.

LLE = 1.691

(-) despesas abrangentes = (81)

(=) resultado abrangente = 1.610

Certo.

115. (CESPE/TRE-MT/CONTADOR/2015) Com relação às características e à forma de apresentação das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

saldos iniciais	RS	movimentações	RS
capital social	100.000	aumento de capital social	50.000
reservas de capital	5.000	gastos com emissão de ações	1.000
reservas de lucros	10.000	ajustes de avaliação patrimonial (credor)	900
outros resultados abrangentes	3.000	constituição de reserva de incentivos fiscais	2.500
		aquisição de ações de emissão própria	5.000
		resultado líquido do período	6.700
		constituição de reserva legal	2.000
		distribuição de dividendos	4.700
		ganhos de equivalência patrimonial	1.500

De acordo com os dados mostrados na tabela, o montante de variações em outros resultados abrangentes, em reais, é de

- a) 4.000.
- b) 3.900.
- c) 2.400.

- d) 900.
- e) 4.900.



O enunciado da questão apresentou as movimentações que ocorreram no patrimônio líquido da empresa, assim, devemos deduzir que o ganho na equivalência patrimonial é referente à parcela de outros resultados abrangentes na investida, pois se não fosse, seria apresentado diretamente no resultado do exercício.

Os principais resultados abrangentes estão relacionados com a conta AAP – Ajuste da Avaliação Patrimonial e recebem as seguintes variações:

- Os efeitos de correção de erros e mudanças de políticas contábeis que são apresentados como ajustes de exercícios anteriores;
- **Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas, reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;**
- Ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior;
- Realização das reservas de reavaliação, quando permitida por lei;
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão;
- Ganhos e perdas na avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa.

Desta forma entram como outros resultados abrangentes o ajuste da avaliação patrimonial credor de \$ 900 (somando) e o ganho na equivalência patrimonial de \$1.500, totalizando uma movimentação de \$ 2.400,00.

Letra c.

116. (CESPE/ABIN/CONTADOR/2018) De acordo com as normas contidas nas legislações de contabilidade aplicáveis às demonstrações contábeis, julgue o item que se segue.

As mutações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente, e ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior estão incluídos nos componentes de outros resultados abrangentes que figuram na demonstração de resultado abrangente (DRA).



Questão que cobrou a letra do pronunciamento, contudo é importante lembrar que a DRA apresenta os ganhos ou perdas que não transitam na DRE. Desta forma os outros resultados

abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os outros resultados abrangentes incluem:

- a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior.
- d) ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- e) ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- f) parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- g) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo;
- h) alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco; e
- i) alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge, somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge.

Certo.

117. (CESPE/SLU-DF/CONTADOR/2019) Com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições da Lei n. 6.404/1976 e suas alterações acerca de demonstrações contábeis, julgue o próximo item.

A demonstração do resultado abrangente é obrigatória para as companhias abertas, conforme norma expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.



A DRA é prevista no CPC 26 e pelo fato de a CVM ter adotado esse pronunciamento como orientação para a elaboração das demonstrações contábeis, tal demonstração se tornou obrigatória para as companhias abertas. A DRA não é prevista pela lei 6.404-76.

Certo.

118. (FGV/SEFIN-RO/AUDITOR FISCAL/2018) No conjunto completo das Demonstrações Contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, está a Demonstração do Resultado Abrangente.

Assinale a opção que indica o item que deve ser evidenciado na Demonstração como "Outros Resultados Abrangentes".

- a) O valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- b) O efeito cambial sobre as dívidas no exterior.
- c) Os ganhos e as perdas na remensuração de ativos não circulante mantidos para venda.
- d) Os ganhos e as perdas advindos de instrumentos de hedge, em operação de hedge de valor justo.
- e) Os ganhos e as perdas atuariais em planos de pensão com benefícios definidos reconhecidos.



Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa futuras que não foram reconhecidos na DRE, contudo, modificaram o valor de itens do ativo e/ou do passivo e por consequência alteraram o valor do PL e incluem:

- Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente;
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais disponíveis para venda designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

- Alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco;
- Alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge,
- Somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge.

Somente é considerado um resultado abrangente o ganho ou a perda em Hedge de FLUXO DE CAIXA. Os hedges de fluxo de caixa são derivativos negociados no mercado de capital que têm o objetivo de cobrir o risco de variação dos fluxos de caixa futuros a serem recebidos ou pagos por uma entidade.

Letra e.

119. (CESGRANRIO/TRASNPEIRO/CONTADOR/2018) Ao final do exercício de 2016, uma companhia apresentou na DRE um lucro líquido de R\$ 578.950,00. Os dados apresentados, a seguir, referem-se a itens de receita e despesa não reconhecidos na demonstração do resultado.

- Perdas derivadas de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior \$ 5.500,00
- Ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda R\$ 52.000,00
- Tributos sobre ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda \$ 17.680,00
- Ganho com hedge de fluxo de caixa R\$ 67.500,00
- Tributos sobre ganhos do hedge de fluxo de caixa R\$ 22.950,00

Considerando as informações apresentadas, qual o valor do resultado abrangente da companhia a ser reportado ao final do exercício de 2016?

- a) R\$ 73.370,00
- b) R\$ 538.320,00
- c) R\$ 578.950,00
- d) R\$ 652.320,00
- e) R\$ 692.950,00



Não esqueça que o resultado abrangente é soma das mutações que ocorreram no patrimônio líquido durante um período e que estão relacionadas com transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários, na

prática a DRA compreende todos os componentes da “demonstração do resultado” e da “demonstração dos outros resultados abrangentes”.

A apresentação da DRA de forma isolada será da seguinte forma:

Lucro líquido R\$ 578.950,00

(+) Ganhos na remensuração de ativos financeiros R\$ 52.000,00

(+) Ganho com hedge de fluxo de caixa R\$ 67.500,00

(-) Perdas derivadas de conversão R\$ 5.500,00

(-) Tributos sobre ganhos na remensuração de ativos financeiros R\$ 17.680,00

(-) Tributos sobre ganhos do hedge de fluxo de caixa R\$ 22.950,00

(=) resultado abrangente = lucro de R\$ 652.320,00

Letra d.

120. (FGV/CGE-MA/AUDITOR/2014) De acordo com o CPC 26, Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração do Resultado Abrangente é parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Assinale a alternativa que apresenta exemplos de resultados abrangentes.

- a) Efeito cambial sobre investimentos no exterior e reconhecimento do valor de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- b) Reconhecimento do valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação e disponíveis para venda.
- c) Efeito cambial sobre investimentos no exterior e ganhos com equivalência patrimonial sobre o resultado.
- d) Ganhos provenientes da alteração no valor justo de um ativo classificado como propriedade para investimento e reconhecimento do valor mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- e) Efeito cambial sobre dívidas em moeda estrangeira e ganhos provenientes da alteração no valor justo de um ativo classificado como propriedade para investimento.



Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa futuras que não foram reconhecidos na DRE, contudo, modificaram o valor de itens do ativo e/ou do passivo e por consequência alteraram o valor do PL e incluem:

- Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente;
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

- Ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais disponíveis para venda designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco;
- Alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge,
- Somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge.

Letra a.

121. (FGV/SUSAM/CONTADOR/2014) Em relação à Demonstração do Resultado Abrangente, deve ser classificado como Outros Resultados Abrangentes apenas

- a) o valor de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- b) o valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- c) o ganho proveniente da alteração no valor justo de um ativo classificado como propriedade para investimento.
- d) o ganho com equivalência patrimonial sobre o resultado.
- e) o efeito cambial sobre dívidas no exterior.



Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa futuras que não são reconhecidos na DRE, contudo modificaram o valor de itens do ativo e/ou do passivo e incluem:

- Os efeitos de correção de erros e mudanças de políticas contábeis que são apresentados como ajustes de exercícios anteriores;
- Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas, reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;

- Realização das reservas de reavaliação, quando permitida por lei;
- Ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior;
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão;
- **Ganhos e perdas na avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; e**
- Parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa.

O gabarito correto é a letra "A", os demais ajustes são tratados como receita ou despesa efetiva na DRE.

Letra a.

122. (CESPE/TCE-PB/AUDITOR DE CONTAS/2018) A tabela a seguir apresenta informações, com valores em reais, extraídas da contabilidade do exercício de 20XX de uma empresa.

gastos com a emissão de ações no próprio país	7.000
aquisição de ações de emissão própria	20.000
ajustes negativos de instrumentos financeiros	60.000
tributos sobre ajustes negativos de instrumentos financeiros	20.000
equivalência patrimonial sobre resultados abrangentes positivos de coligadas	24.000
ajustes positivos por conversão do período de investimentos no exterior	260.000
tributos sobre ajustes positivos de conversão do período de investimentos no exterior	90.000

De acordo com os dados da tabela, e considerando que, no exercício de 20XX, a referida empresa apurou lucro líquido de R\$ 120.000, então o valor, em reais, apurado pela empresa a título de outros resultados abrangentes no período foi de

- a) 154.000.
- b) 24.000.
- c) 274.000.
- d) 247.000.
- e) 174.000.



ATENÇÃO

Outros resultados abrangentes não é o mesmo que o resultado abrangente apurado, desta forma não entra na apuração dos "outros resultados" o lucro líquido do exercício.

A compra de suas próprias ações e o custo na emissão das ações são transações com os sócios e não são consideradas como resultado abrangente. Estas contas aparecem no PL como redutoras.

Quanto as receitas ou despesas abrangentes é importante saber que todo ganho será ajustado para menos pela carga tributária futura, já as perdas geram um crédito tributário a compensar no futuro.

Ajustes negativos = (60.000)

Tributos sobre ajuste negativos = 20.000

Equivalência patrimonial abrangente = 24.000

Ajuste de conversão = 260.000

Tributos sobre conversão = (90.000)

(=) total dos resultados abrangentes = 154.000

Letra a.

123. (CESPE/CGE-CE/AUDITOR GOVERNAMENTAL/2019) Considerando-se o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que a demonstração do resultado abrangente (DRA)

- a) pode ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou ser apresentada em relatório próprio.
- b) faz parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- c) pode ser apresentada como continuidade da demonstração do resultado do exercício.
- d) deve incluir a demonstração do resultado do exercício.
- e) pode fazer parte da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.



Segundo o CPC 26 a DRA pode ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou ser apresentada em relatório próprio.

Letra a.

124. (CESPE/TRT-7ª/CONTADOR/2017) A partir dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), novos parâmetros para a contabilidade brasileira foram estabelecidos, incluindo as demonstrações contábeis a serem apresentadas. De acordo com os pronunciamentos do CPC, julgue os itens seguintes.

I – A demonstração dos resultados abrangentes deve ser apresentada como coluna da demonstração de mutações do patrimônio líquido.

II – Na demonstração dos fluxos de caixa, os eventos que impactam o caixa devem ser classificados, no mínimo, em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

III – A demonstração do resultado do exercício inicia-se pela receita bruta de vendas, seguida pela dedução dos impostos, devoluções e abatimentos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Todos os itens estão certos.



I – Incorreta. A DRA pode ser elaborada de forma isolada, complementando a DRE. As receitas e despesas abrangentes é que devem ser apresentadas na DMPL.

III – Incorreta. De acordo com os pronunciamentos contábeis a DRE deve iniciar pela conta RLV – receita líquida de venda, já de acordo com a Lei 6.404/76 deve iniciar pela conta RBV – receita bruta de vendas.

Letra b.

125. (CESPE/AL-CE/CONTADOR/2021) Na demonstração do resultado abrangente (DRA), classifica-se como outros resultados abrangentes

- a) o efeito de mudança em estimativa contábil.
- b) o lucro líquido do exercício.
- c) o ajuste de avaliação patrimonial.
- d) a receita de equivalência patrimonial.
- e) a receita de juros a apropriar em exercícios futuros.



Na DRA serão apresentadas as variações que ocorrerem na conta AJUSTE DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, do PL, por meio das outras receitas e outras despesas abrangentes.

Letra c.

126. (IDECAN/AGU/CONTADOR/2014) O Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis inclui a Demonstração do Resultado Abrangente entre o conjunto completo de demonstrações contábeis. Assinale a alternativa que inclui exemplos de contas classificadas como Outros Resultados Abrangentes.

- a) Perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis mantidos para negociação e perdas com equivalência patrimonial sobre o resultado.
- b) Ganhos atuariais em planos de pensão com benefício definido e ganhos derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior.
- c) Parcela efetiva de ganhos advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e ganhos com equivalência patrimonial sobre o resultado.
- d) Parcela efetiva de ganhos advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e ganhos na remensuração de ativos financeiros mantidos para negociação.
- e) Parcela efetiva de perdas advindas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e perdas na remensuração de ativos financeiros mantidos até o vencimento.



A DRA irá apresentar os outros resultados abrangentes que compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na DRE, em respeito ao regime da competência.

Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- a) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão;
- b) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- c) ganhos e perdas na avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; e
- d) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa.

Letra b.

127. (IBFC/CGE-RN/ANALISTA CONTÁBIL/2019) A Lei 6.404/76, estabelece um conjunto de demonstrações contábeis/financeiras a serem elaboradas ao final de cada exercício social. Considerando a mencionada legislação, analise os itens abaixo e verifique quais são obrigatórios para companhias abertas:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração do resultado abrangente do período;
- V. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- VI. demonstração dos fluxos de caixa;

VII. demonstração do valor adicionado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Itens I, II, III, IV, VI, VII apenas
- b) Itens I, II, III, VI, VII apenas
- c) Itens I, II, III, IV, V, VI, VII
- d) Itens I, II, III, IV, V, VI apenas



A lei 6.404-76 em seu art. 176 destaca que as demonstrações obrigatórias são as seguintes:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício;
- IV - demonstração dos fluxos de caixa; e
- V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Segundo a Lei a DMPL e a DRA não são obrigatórias.

Letra b.

128. (IBFC/FEIRA DE SANTANA-BA/CONTADOR/2018) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. Conforme NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis “As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade”. No item 10 da mencionada Norma é determinado o Conjunto Completo de demonstrações contábeis, analise os itens a seguir e verifique quais demonstrações fazem parte deste conjunto:

- I. balanço patrimonial ao final do período;
- II. demonstração do resultado abrangente do período;
- III. demonstração dos fluxos de caixa do período;
- IV. demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
- V. demonstração do resultado do período;
- VI. demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos
- b) Apenas os itens I, II, III, V e VI estão corretos
- c) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos



Segundo as normas contábeis a DLPA, item IV, não faz parte do conjunto das demonstrações contábeis; ela é prevista somente pela Lei 6.404-76. A NBCTG estabelece que o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Letra b.

129. (CONSULPLAN/CAPANEMA-PA/CONTADOR/2020) A Empresa GJM apresentou, em 31/12/2017, os seguintes dados referentes a transações realizadas no período; observe

CONTAS	SALDOS
Despesas de Juros s/ Empréstimo	R\$ 10.800,00
Compras de Mercadorias para Revenda	R\$ 340.000,00
Despesas com Pessoal	R\$ 86.000,00
Juros Recebidos de Clientes	R\$ 18.400,00
Receita com Vendas de Mercadorias	R\$ 480.000,00
Inventário Físico de Mercadorias em 31/12/16	R\$ 32.600,00
ICMS Recuperável – destacado na NF	R\$ 61.200,00
ICMS sobre Vendas – destacado na NF	R\$ 57.600,00
Outras Despesas Gerais	R\$ 8.600,00
Comissões sobre Vendas	R\$ 8.400,00
Inventário Físico de Mercadorias em 31/12/17	R\$ 57.400,00
I Renda e CS sobre o Lucro	R\$ 20.075,00

Considerando as informações apresentadas, em 31/12/2017, apurou-se o seguinte resultado:

- a) Lucro Bruto de R\$ 254.000,00
- b) Receita Líquida de R\$ 168.400,00
- c) Lucro Antes dos Tributos de R\$ 65.400,00.
- d) Lucro Líquido do Período de R\$ 52.925,00.
- e) Lucro Antes dos Encargos Financeiros de R\$ 73.000,00.



Primeiro passo é calcular o CMV – Custo da mercadoria vendida, lembrando que o ICMS recuperável deve ser retirado do custo da compra de mercadoria, vamos aplicar a seguinte fórmula:

CMV = Estoque inicial + compras líquidas – estoque final

CMV = 32.600 + 340.000 (-) 61.200 – 57.400

CMV = 254.000,00

Agora vamos colocar as contas dentro da estrutura da DRE:

Receita bruta de vendas = 480.000

(-) Deduções das receitas = (57.600)

ICMS sobre vendas destacados na NF – 57.600

(=) **Receita líquida de venda = 422.400**

(-) Custo das mercadorias vendidas = (254.000)

(=) **Lucro bruto = 168.400**

(-) Despesas operacionais = (113.800)

- Despesa com juros 10.800
- Despesa com pessoal 86.000
- Outras despesas gerais 8.600
- Comissões sobre vendas 8.400

(+) Receitas operacionais = 18.400

- Juros recebidos de clientes 18.400

(=) **Lucro antes do Imposto de renda = 73.000**

(-) IR/CSSLL = (20.075)

(=) **Lucro líquido = 52.925**

Letra d.

130. (CONSULPLAN/CAPANEMA-PA/AUXILIAR DE CONTABILIDADE/2020) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma demonstração contabilística dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido devendo ter alterações em um exercício, através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência. De acordo com a Lei n. 6.404/76 sobre o que deve estar discriminado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), analise as informações a seguir.

I – O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial.

II – A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.

III – As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

IV – As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais. Devem ser evidenciados na DRE os dados constantes em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.



II e IV – Corretas. Segundo a estrutura da DRE prevista na lei 6.404-76, esses itens estão corretos. A composição da DRE é a seguinte:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I – a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; modificado pela lei 11.941/09
- V – o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; modificado pela lei 11.941/09
- VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

I – Incorreta. É DLPA e a DMPL que irão apresentar o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial.

III – Incorreta. É a DLPA e a DMPL que apresentarão as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Letra c.

131. (CONSULPLAN/CFC/BACHAREL/2020) A sociedade empresária apresentou, em 31/12/16, a seguinte DRE – Demonstração do Resultado do Exercício:

DRE /2016

Receita Bruta de Vendas		R\$ 328.000,00
(-) ICMS s/ Faturamento		(R\$ 59.040,00)
Receita Líquida de Vendas		R\$ 268.960,00
(-) CMV – Custo das Mercadorias Vendidas		(R\$ 146.600,00)
Lucro Bruto		R\$ 122.360,00
Despesas		
Salários e Encargos	R\$ 12.200,00	
Depreciação	R\$ 8.000,00	
Aluguéis	R\$ 14.000,00	(R\$ 34.200,00)
Lucro Antes Enc Financeiros		R\$ 88.160,00
Receita Financeira	R\$ 16.500,00	
Despesas Financeiras	(R\$ 6.400,00)	R\$ 10.100,00
Lucro Antes dos Tributos		R\$ 98.260,00
IR/CS		(R\$ 24.500,00)
Lucro Líquido do Exercício		R\$ 73.760,00

Considerando apenas as informações da DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, é correto afirmar que o Valor Adicionado a Distribuir é:

- a) R\$ 130.860,00
- b) R\$ 173.400,00
- c) R\$ 183.500,00
- d) R\$ 189.900,00



Para resolver a questão de forma mais objetiva, e encontrar o valor adicionado a distribuir, basta somar os valores distribuídos.

Tributos aos governos = 83.540,00

- ICMS sobre faturamento 59.040
- IR/CS 24.500

Empregados = 12.200,00

- Salários e encargos 12.200

Financiadores = 20.400,00

- Aluguéis 14.000
- Despesas financeiras 6.400

Sócios e retenção de riqueza = 73.760,00

- Lucro líquido do exercício 73.760

Total dos valores adicionados a distribuir = \$ 189.900,00

Utilizando a estrutura da DVA iremos apurar o valor a distribuir da seguinte forma:

Receita bruta = 328.000

(-) Insumos adquiridos de terceiros. (146.000)

(=) Valor adicionado bruto = 181.400

(-) Depreciação = (8.000)

(=) Valor adicionado Líquido = 173.400

(+) Valor adicionado recebido em transferência = 16.500

(=) Valor adicionado a distribuir = 189.900

Letra e.

132. (CONSULPLAN/MPE-PA/CONTADOR/2019) A empresa comercial NKT apresentou as seguintes informações em determinado período:

Descrições	R\$
Estoque Inicial de Mercadorias	600,00
Compras de Mercadorias	1.480,00
Despesas Administrativas	280,00
Compras Anuladas	80,00
Vendas de Mercadorias	2.500,00
ICMS sobre Vendas	240,00
Despesas com Marketing	90,00
PIS sobre Faturamento	24,00
COFINS sobre Faturamento	60,00
Despesas Financeiras	40,00
Vendas Anuladas	500,00
Descontos Incondicionais Concedidos	76,00
Estoque Final de Mercadorias	900,00

Com base nas informações anteriores, o resultado bruto e líquido do período alcançou, respectivamente, os valores de:

- a) R\$ 500,00; R\$ 90,00.
- b) R\$ 500,00; R\$ 180,00.
- c) R\$ 576,00; R\$ 90,00.
- d) R\$ 576,00; R\$ 180,00.



Primeiro passo é calcular o CMV, considerando que o valor das compras anuladas diminui o valor da compra líquida, pela seguinte fórmula:

CMV= Estoque inicial + Compras líquidas – Estoque final

CMV= 600,00 + 1.480,00 – 80,00 – 900,00

CMV= 1.100,00

Agora vamos colocar os valores na estrutura da DRE:

Vendas brutas = 2.500,00

(-) Dedução das vendas = (900,00)

- ICMS sobre vendas 240,00
- PIS sobre faturamento 24,00
- COFINS sobre faturamento 60,00
- Vendas anuladas 500,00
- Descontos incondicionais concedidos 76,00

= Receita líquida de vendas = 1.600,00

(-) CMV = (1.100,00)

(=) **Lucro bruto = 500,00**

(-) Despesas operacionais = (410,00)

Despesas administrativas (280,00)

Despesas com marketing (90,00)

Despesas financeiras (40,00)

(=) **Lucro líquido = 90,00**

Letra a.

133. (CONSULPLAN/CFC/BACHAREL/2019) A cada exercício social a empresa apura o resultado de suas operações. De acordo com o art. 187 da Lei n. 6.404/76, deverão ser apresentadas na demonstração do resultado do exercício as informações a seguir, EXCETO:

- a) As despesas com as vendas.
- b) A receita bruta das vendas e serviços.
- c) A receita líquida das vendas e serviços.
- d) A segregação entre vendas no mercado doméstico e no mercado externo.



A lei 6.404-76, em seu art. 187, não estabelece a necessidade de ser apresentada na DRE a separação das vendas no mercado interno das vendas no mercado externo.

Letra d.

134. (IBFC/SES-PR/CONTADOR/2016) Considerando (V) para verdadeiro e (F) para falso, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa que apresenta a ordem correta.

De acordo com a Lei 6.404/76 a demonstração do resultado do exercício discriminará:

- () A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- () As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.
- () O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas.

- () As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício
() O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

- a) V - V - V - F - V.
b) F - V - F - V - F.
c) F - F - V - V - V.
d) F - V - V - F - V.



Segundo o art. 187 da lei 6.404-76 a DRE discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social

Assim, somente as reversões de reservas que não serão apresentadas na DRE.

Letra a.

135. (FCC/DPE-RR/CONTADOR/2015) A Cia. Compra & Vende reconheceu, durante o ano de 2013, R\$ 5.000.000,00 em vendas realizadas. Adicionalmente, durante 2013, reconheceu as seguintes operações: devoluções de vendas de R\$ 250.000,00; abatimento sobre vendas de R\$ 100.000,00; impostos sobre vendas de R\$ 950.000,00; comissões sobre as vendas realizadas de R\$ 150.000,00; frete sobre as vendas realizadas de R\$ 70.000,00; estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 90.000,00; salário dos administradores de R\$ 360.000,00. Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 2.720.000,00, é correto afirmar que a receita líquida e o lucro bruto apurados pela Cia. Compra & Venda, no ano de 2013, foram, respectivamente,

- a) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 310.000,00.
b) R\$ 4.050.000,00 e R\$ 980.000,00.
c) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 760.000,00.
d) R\$ 4.050.000,00 e R\$ 760.000,00.
e) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 980.000,00.



Para responder à questão basta classificar as contas e lembrar-se da estrutura da DRE.

- Vendas 5.000.000 = RBV
- Devoluções de vendas 250.000,00 = dedução
- Abatimento sobre vendas 100.000,00 = dedução
- Impostos sobre vendas 950.000,00 = dedução;
- Comissões sobre as vendas 150.000,00 = despesa operacional
- Frete sobre as vendas 70.000,00 = despesa operacional
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa 90.000,00 = despesa operacional
- Salário dos administradores 360.000,00 = despesa operacional
- Custo das mercadorias vendidas 2.720.000,00 = CMV

Não esqueça que as despesas operacionais não entram na apuração do lucro bruto.

RBV = 5.000.000

(-) Devoluções de vendas = (250.000)

(-) Abatimento sobre vendas = (100.000)

(-) Impostos sobre vendas = (950.000)

(=) **RLV = 3.700.000**

(-) CMV = (2.720.000)

(=) **LUCRO BRUTO = 980.000**

Letra e.

136. (FCC/TST/CONTADOR/2013) Determinada empresa reconheceu, durante o ano de 2011, R\$ 500.000,00 em vendas realizadas. Durante este ano, reconheceu, adicionalmente, os seguintes itens: abatimento sobre vendas de R\$ 16.000,00; devoluções de vendas de R\$ 10.000,00; custo das mercadorias vendidas de R\$ 260.000,00; comissões sobre vendas de R\$ 7.500,00; impostos sobre vendas de R\$ 90.000,00 e estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 5.000,00. Com base nessas informações, a empresa apurou em 2011 uma receita líquida e um lucro bruto, respectivamente, de

- a) R\$ 384.000,00 e R\$ 124.000,00.
- b) R\$ 461.500,00 e R\$ 201.500,00.
- c) R\$ 474.000,00 e R\$ 214.000,00.
- d) R\$ 376.500,00 e R\$ 116.500,00.
- e) R\$ 371.500,00 e R\$ 111.500,00.



Basta classificar as contas e elaborar a DRE.

RBV = 500.000

(-) Deduções:

Abatimento s/ vendas = (16.000)

Devoluções s/ vendas = (10.000)

Impostos s/ vendas = (90.000)

RLV = 384.000

(-) CMV = (260.000)

(=) LUCRO BRUTO = 124.000

(-) Despesas operacionais = (12.500)

Comissões s/ vendas = (7.500)

EPCLD = (5.000)

(=) LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO = 111.500

Letra a.

137. (FCC/TCM-RJ/CONSELHEIRO SUBSTITUTO/2015) Um lote de mercadorias para comercialização foi adquirido a prazo em 30/09/2014 pelo valor de R\$ 1.900.000,00, para pagamento em dezembro de 2015. Se a compra fosse realizada à vista, o preço de aquisição teria sido R\$ 1.200.000,00. No mês de outubro de 2014 a empresa realizou a venda de 70% dessas mercadorias pelo valor de R\$ 1.500.000,00, para recebimento em novembro de 2015. Se a venda das mercadorias tivesse sido feita à vista o preço de venda seria R\$ 1.000.000,00. Em 31/12/2014 o valor que a empresa deveria pagar para o fornecedor era R\$ 1.250.000,00 e o valor que seria cobrado do cliente era R\$ 1.300.000,00.

Nesse caso, a empresa reconheceu, no resultado de 2014, Resultado Bruto com Vendas no valor de

a) R\$ 170.000,00.

b) R\$ 660.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00, apenas.

c) R\$ 160.000,00; Receita Financeira = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00.

d) R\$ 330.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 300.000,00, apenas.

e) R\$ 160.000,00, apenas.



A questão trata de compra e venda com juros.

a) O primeiro passo é apurar o valor da compra de mercadoria

compra à vista = 1.200.000

compra a prazo = 1.900.000

juros passivos a transcorrer – 700.000 (reduzora do passivo)

O lançamento contábil é o seguinte:

D – Estoque – 1.200.000

D – Juros passivos a transcorrer – 700.000

C – Fornecedores – 1.900.000

O custo do estoque é o seu valor à vista, os juros serão tratados como despesa financeira, conforme o transcorrer o tempo. Contudo o enunciado da questão deixou claro que o valor presente a pagar em 31/12/2014 era de \$ 1.250.000, assim, a empresa reconheceu uma despesa financeira de \$ 50.000.

b) o segundo passo é apurar o custo da mercadoria vendida.

A empresa vendeu 70% do estoque que foi comprado por \$1.200.000.

CMV = \$ 840.000

c) por fim registrar a venda e apurar o lucro bruto na DRE.

Venda à vista = 1.000.000

Venda a prazo = 1.500.000

Juros ativos a transcorrer = 500.000

Os juros ativos serão tratados como receita financeira conforme transcorrer o prazo. Contudo o enunciado da questão deixou claro que o valor presente a receber em 31/12/2014 era de \$ 1.300.000, assim, a empresa reconheceu uma receita financeira de \$ 300.000.

RBV = 1.500.000

(-) AVP = (500.000)

(=) RLV = 1.000.000

(-) CMV = (840.000)

(=) LUCRO BRUTO = 160.000

Letra c.

138. (FCC/TRE-SP/CONTADOR/2017) A empresa Tudo em Cima S. A., em 01/12/2016, realizou uma venda no valor de R\$ 240.000,00. A condição de recebimento da venda acordada foi R\$ 120.000,00 à vista e o restante (R\$ 120.000,00) para ser recebido em 31/05/2018. Esta transação foi realizada nestas condições a pedido do cliente, uma vez que o prazo, normalmente, concedido pela empresa é de 60 dias. Sabe-se que se o cliente efetuasse a compra à vista, ele teria pago o montante total de R\$ 220.000,00. Em 31/12/2016, o valor equivalente à vista que seria recebido do cliente era R\$ 101.000,00. Com base nestas informações, no mês de dezembro de 2016, a empresa reconheceu, em reais, Receita de Venda de

a) 220.000,00.

b) 240.000,00.

- c) 221.000,00.
- d) 220.000,00 e receita financeira de 1.000,00.
- e) 240.000,00 e despesa financeira de 1.000,00.



A questão está relacionada com o ajuste a valor presente das vendas a prazo. Por isto, é necessário separar a venda à vista, da venda a prazo e reconhecer os juros embutidos na venda.

Venda à vista = 220.000

Venda a prazo = 240.000

Juros ativos transcorrer – (20.000)

Na DRE, segundo a legislação, a primeira conta é a receita bruta de vendas e assim teríamos a seguinte apresentação:

RBV = 240.000

(-) AVP = (20.000)

(=) RLV = 220.000

O lançamento contábil é o seguinte:

D – Caixa 120.000

D – Clientes 120.000

D – Ajuste a valor presente 20.000

C – Juros ativos a transcorrer 20.000

C – Vendas de mercadorias 240.000

De acordo com as normas do CPC/CFC, primeira conta da DRE é a receita líquida de vendas que foi de 220.000.

O lançamento contábil é o seguinte:

D – Caixa 120.000

D – Clientes 120.000

C – Vendas líquidas 220.000

C – Juros ativos a transcorrer 20.000

O normal é que os juros ativos a transcorrer, que será apresentada como uma conta redutora do ativo, sejam apropriados mensalmente dentro do prazo estabelecido de 18 meses da venda a prazo.

No balanço patrimonial os dados estariam apresentados da seguinte forma:

Clientes – 120.000

Juros ativos a transcorrer – (20.000)

Valor presente líquido = 100.000

Contudo, o enunciado deixou claro que em 31/12/16 o valor presente da dívida do cliente era de \$ 101.000,00, assim, a empresa reconheceu uma receita financeira de \$1.000.

O lançamento contábil é o seguinte:

D – Juros ativos a transcorrer

C – Receita financeira 1.000

Após a apropriação dos juros, no balanço patrimonial os dados estariam apresentados da seguinte forma:

Cientes 120.000

Juros ativos a transcorrer (19.000)

Valor presente líquido = 101.000

Macete: de acordo com o regime de competência, na medida em que o tempo for passando, os juros a transcorrer diminuem, enquanto o valor presente aumenta.

Letra d.

139. (FCC/DPE-RR/CONTADOR/2015) A Cia. Compra & Vende reconheceu, durante o ano de 2013, R\$ 5.000.000,00 em vendas realizadas. Adicionalmente, durante 2013, reconheceu as seguintes operações: devoluções de vendas de R\$ 250.000,00; abatimento sobre vendas de R\$ 100.000,00; impostos sobre vendas de R\$ 950.000,00; comissões sobre as vendas realizadas de R\$ 150.000,00; frete sobre as vendas realizadas de R\$ 70.000,00; estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 90.000,00; salário dos administradores de R\$ 360.000,00. Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 2.720.000,00, é correto afirmar que a receita líquida e o lucro bruto apurados pela Cia. Compra & Venda, no ano de 2013, foram, respectivamente,

- a) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 310.000,00.
- b) R\$ 4.050.000,00 e R\$ 980.000,00.
- c) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 760.000,00.
- d) R\$ 4.050.000,00 e R\$ 760.000,00.
- e) R\$ 3.700.000,00 e R\$ 980.000,00.



Para responder à questão basta classificar as contas e lembrar-se da estrutura da DRE.

- Vendas 5.000.000 = RBV
- Devoluções de vendas 250.000,00 = dedução
- Abatimento sobre vendas 100.000,00 = dedução
- Impostos sobre vendas 950.000,00 = dedução
- Comissões sobre as vendas 150.000,00 = despesa operacional
- Frete sobre as vendas 70.000,00 = despesa operacional
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa 90.000,00 = despesa operacional

- Salário dos administradores 360.000,00 = despesa operacional
- Custo das mercadorias vendidas 2.720.000,00 = CMV

Não esqueça que as despesas operacionais não entram na apuração do lucro bruto.

RBV = 5.000.000

(-) Devoluções de vendas = (250.000)

(-) Abatimento sobre vendas = (100.000)

(-) Impostos sobre vendas = (950.000)

(=) **RLV = 3.700.000**

(-) CMV = (2.720.000)

(=) **LUCRO BRUTO = 980.000**

Letra e.

140. (FCC/SABESP/CONTADOR/2018) O Balancete da empresa Produtos Simplex S.A. apresentava, em 31/12/2017, os saldos das seguintes contas, entre outras:

Nome da conta	Saldo em R\$	Nome da conta	Saldo em R\$
Receita Bruta de Vendas	1.800.000	Despesa de Depreciação	80.000
Despesas com salários	60.000	Despesa com Comissões sobre Vendas	40.000
Despesas com propaganda	20.000	Devolução de Vendas	100.000
Impostos sobre Vendas	320.000	Abatimentos sobre Vendas	32.000
Descontos Financeiros Concedidos	40.000	Fretes sobre Vendas	148.000
Receita Financeira	280.000	Despesa com Imposto de Renda	36.000

Sabe-se que o valor das compras de estoque, no ano de 2017, foi R\$ 880.000,00, que o saldo dos estoques existente em 31/12/2016 era R\$ 200.000,00 e que no final de 2017 o saldo remanescente em estoque era R\$ 160.000,00. Com base nestas informações, o Resultado Bruto com Vendas (Lucro Bruto) e o Resultado Operacional apurados pela empresa Produtos Simplex S.A. no ano de 2017 foram, respectivamente, em reais,

- 280.000 e 80.000.
- 280.000 e 320.000.
- 428.000 e 80.000.
- 428.000 e 320.000.
- 240.000 e 44.000.



Primeiro vamos calcular o CMV.

CMV = EI + compra - EF

CMV = 200.000 + 880.000 - 160.000

CMV = 920.000

Agora vamos elaborar da DRE conforme estabelecido pela Lei 6.404/76, pois a banca apresenta a conta Receita Bruta de Vendas:

Receita Bruta de Vendas = 1.800.000

(-) deduções = (452.000)

- Impostos sobre vendas (320.000)
- Devolução de vendas (100.000)
- Abatimentos sobre vendas (32.000)

(=) Receita líquida de vendas = 1.348.000

(-) CMV = (920.000)

(=) Lucro operacional bruto = 428.000

(-) despesas operacionais = 388.000

- Despesas com salários (60.000)
- Despesas com propaganda (20.000)
- Despesa com comissão sobre vendas (40.000)
- Fretes sobre vendas (148.000)
- Despesa de depreciação (80.000)
- Descontos financeiros concedidos (40.000)

(+) receitas operacionais = 280.000

Receita financeira = 280.000

(=) Lucro Operacional líquido = 320.000

Na minha visão o gabarito é letra "D", contudo a banca deu letra "C". Para encontrar um lucro operacional de \$ 80.000, a banca desconsiderou as receitas e despesas financeiras do resultado, o que contradiz a Lei.

Veja o que diz a lei:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas.

Letra c.

141. (FCC/DPE-AM/CONTADOR/2018) A Cia. Bana & Lara apresentava, em 31/12/2016, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Compras de mercadorias 15.000,00

Estoque inicial de mercadorias 35.000,00

Receita de vendas 64.000,00

Devolução de vendas 4.500,00

Estoque final de mercadorias 20.500,00

Comissões de vendas 7.000,00

Devolução de compras 4.000,00

Despesas financeiras 2.000,00

Impostos sobre vendas 9.000,00

Frete sobre vendas 3.000,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 25.500,00 e 18.000,00.
- b) 25.500,00 e 25.000,00.
- c) 28.500,00 e 25.000,00.
- d) 28.500,00 e 18.000,00.
- e) 25.500,00 e 15.000,00.



Primeiro precisamos calcular o CVM.

$CMV = EI + Compras - EF$

$CMV = 35.000 + (15.000 - 4.000) - 20.500$

CMV = 25.500

Agora vamos elaborar a DRE, segundo a Lei 6.404/76.

Receita Bruta de Vendas = 64.000

(-) deduções = (13.500)

- Impostos sobre vendas (9.000)
- Devolução de vendas (4.500)

(=) Receita líquida de vendas = 50.500

(-) CMV = (25.500)

(=) **Lucro operacional bruto = 25.000**

Letra b.

142. (FCC/TRT 20ª/CONTADOR/2016) Em relação à Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pode-se afirmar que:

I – A legislação societária desobriga a apresentação desta demonstração para todas as sociedades por ações, que na data do balanço possuam Patrimônio Líquido em valor superior a dois milhões de reais.

II – Conforme o disposto na Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores, deve ter seus itens integralmente evidenciados e especificados nas Notas Explicativas, se a entidade for uma companhia fechada.

III – A legislação societária brasileira vigente exige que essa demonstração seja incluída como item específico na Demonstração do Resultado do Exercício logo após a apuração do Resultado das operações correntes.

Está INCORRETO o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.



A DRA não é prevista na lei 6.404/76, ela é obrigatória por determinação do CFC. Assim, não há o que responder sobre a DRA com relação a Lei 6.404/76.

A lei societária em seu § 6 do art. 176 que estabelece que a Cia fechada com PL, na data do balanço, INFERIOR a R\$ 2.000.000,00 não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração do Fluxos de Caixa.

Todos os itens estão errados.

Letra e.

143. (FCC/DPE-AM/CONTADOR/2018) A Cia. Fantástica possuía em seu estoque um lote de mercadoria e, em 01/12/2016, vendeu 60% desse lote por R\$ 650.000,00 para ser recebido em 30/03/2018. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 554.333,00, que não há incidência de qualquer tributo na compra nem na venda das mercadorias e que a taxa de juros cobrada pela empresa foi 1% ao mês.

Com base nestas informações, a Cia. Fantástica reconheceu na Demonstração do Resultado de 2016, Receita de vendas no valor de

- a) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 95.667,00.
- b) R\$ 650.000,00 e Despesa financeira no valor de R\$ 95.667,00.
- c) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 5.543,33.
- d) R\$ 650.000,00, apenas.
- e) R\$ 554.333,00, apenas.



Note que a venda foi a prazo e os juros embutidos no valor a receber é de \$ 95.667,00, contudo, o juro é composto, com taxa de 1% ao mês.

No primeiro mês o juro foi de 1% de \$ 554.333,00 que dá \$ 5.543,33.

Segundo o CPC o lançamento da venda é o seguinte:

- D- Duplicata a receber - 650.000
- C- Venda líquida - 554.333
- C- Receita financeira a transcorrer - 95.667

Como a venda foi em 01/12/2016, no mês de dezembro será registrada a receita líquida de vendas de \$ 554.333,00 e será reconhecida receita financeira com 1 mês de juros de \$ 5.543,33.

Letra c.

144. (IBFC/SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CONTADOR/2021) A empresa XYZ iniciou suas atividades em 01.02.20X e em 31.12 do mesmo ano apresentou os saldos em reais nas seguintes contas, conforme quadro a seguir. Utilize as informações abaixo para responder à questão.

Contas	Saldos Devedores	Saldos Credores
Custo das Mercadorias Vendidas	300.000	
Receitas Financeiras		15.000
Receitas de Vendas		500.000
Despesas Administrativas	35.000	
Estoques	30.000	
Deduções das receitas	15.000	
Despesas Financeiras	12.000	
Clientes	30.303	
Tributos sobre o lucro	33.250	
Despesas de Vendas	20.000	

O Lucro Bruto e o Lucro Líquido apurado na Demonstração de Resultado de 20X foram respectivamente de:

- a) R\$ 215.000 e R\$ 129.750
- b) R\$ 185.000 e R\$ 93.750
- c) R\$ 215.000 e R\$ 99.750
- d) R\$ 185.000 e R\$ 99.750



Para responder à questão devemos classificar as contas e colocá-las na estrutura a DRE da seguinte maneira:

Receita bruta de vendas = 500.000

(-) Deduções das receitas = (15.000)

(=) Receita líquida de venda = 485.000

(-) Custo das mercadorias vendidas = (300.000)

(=) Lucro operacional bruto = 185.000

(-) Despesas operacionais = (67.000)

Despesas Administrativas - 35.000

Despesas de Vendas - 20.000

Despesas Financeiras - 12.000

(+) Receitas operacionais = 15.000

Receitas Financeiras - 15.000

(=) Lucro operacional líquido = 133.000

(-) Tributos sobre o lucro = (33.250)

(=) Lucro líquido do exercício = 99.750

Letra d.

RESUMO

Meu amigo e minha amiga, nesta aula estudamos a estrutura e a composição da DRE e da DRA. Na aula, vimos que a demonstração de resultado deve ser elaborada por todas as empresas e possui as seguintes características.

- Apresenta de forma dinâmica o resultado econômico-financeiro da empresa.
- Composta pelas contas de receitas e despesas, que serão encerradas no término do exercício.
- Normalmente é elaborada antes do balanço patrimonial sendo o seu resultado transferido para o patrimônio líquido, na conta lucro ou prejuízo acumulado.
- Para fins de informação a DRE deverá apresentar o resultado apurado por ação do capital social, o RPA.
- Segundo a lei 6.404-76 a DRE deverá começar pela conta RBV Receita Bruta de vendas, contudo, segundo o CPC 26 R1 ela começará pela conta RLV Receita Líquida de venda.
- Apresenta a participação dos debenturistas, empregados, administradores, partes beneficiárias e fundos de assistência ou previdência dos empregados – DEAPF.
- É considerada uma demonstração principal.

A estrutura completa da DRE é a seguinte:

Receita bruta de vendas (lei 6.404/76)

(-) Deduções das vendas

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

(-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado

(=) Resultado operacional bruto ou lucro operacional bruto ou resultado com mercadorias

(-) Despesas operacionais

(+) Receitas operacionais

(=) Resultado operacional líquido ou lucro operacional líquido

(-) Outras despesas

(+) Outras receitas

(=) Resultado antes da CSLL

(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL

(=) Resultado antes do Imposto de renda

(-) Imposto de Renda - IR

(=) Resultado antes das participações

(-) participações nos lucros - DEAPF

(=) Resultado líquido do exercício

Não se esqueça que quando for uma indústria, a DRE deve começar pela conta “faturamento Bruto”, que será deduzida pela conta IPI sobre faturamento.

Faturamento Bruto (**indústrias**)

(-) IPI sobre faturamento

(=) Receita bruta de vendas (lei 6.404/76)

(-) Deduções das vendas

(=) Receita líquida de vendas (normas do CPC/CFC)

(-) Custo da mercadoria vendida ou custo do serviço prestado

(=) lucro operacional bruto

Este procedimento é feito porque sobre as receitas brutas das empresas industriais incide o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, que é um imposto por fora.

Outro ponto importante a destacar é o de que ao término do exercício social junto com a DRE deverá ser apresentado o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da seguinte forma:

$$\text{Resultado por ação} = \frac{\text{Resultado líquido do exercício}}{\text{Número de ações do capital social (integralizado)}}$$

ATENÇÃO

A DRE apresenta o resultado por ação e a DLPA irá apresentar os dividendos por ações.

Por fim, estudamos a DRA. Uma demonstração prevista somente pelo CPC que na sua essência divulga os ganhos e as perdas (ajustes patrimoniais) economicamente incorridos, mas de possível reversão futura, pois ainda não se realizaram financeiramente.

Por isso que o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício, em respeito ao regime de competência.

O CPC estabeleceu que resultado abrangente é “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios”.

Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios (aporte de capital e reservas de capital) e distribuições aos sócios como dividendos e juros sobre capital próprio.

Lembre-se que a DRA é uma demonstração que presta informações de caráter societário, assim, atende principalmente aos anseios de investidores. Na sua essência o resultado abrangente é aquele que inclui (abrange) as variações futuras de receitas e despesas que já

estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício, devido ao respeito ao regime da competência.

Na prática, o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fossem um lucro da empresa, por exemplo: a conta ajuste da avaliação patrimonial, registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que pelo princípio da competência não entram na DRE, no entanto, no lucro abrangente estas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa.

Outro exemplo que afeta o "PL" e não entra na DRE é o ajuste de exercícios anteriores, ajuste este feito diretamente na conta lucros ou prejuízos acumulados, contudo, estes ajustes entrarão na apuração do lucro abrangente.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) Acerca de noções de contabilidade financeira, julgue os itens subsequentes.

O regime de competência retrata os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos da entidade nos períodos em que tais efeitos são produzidos.

002. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) Julgue os próximos itens, a respeito de contabilização e análise de demonstrações contábeis.

Na demonstração do resultado do exercício, os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho são as receitas e as despesas.

003. (CESPE/TRF 6/CONTABILIDADE/2025) Em relação aos aspectos contábeis das sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base nas normas aplicáveis no Brasil.

A demonstração do resultado do exercício tem como objetivo apresentar o valor das riquezas econômicas geradas pela entidade, bem como mostrar a forma como tal riqueza foi distribuída para a sociedade.

004. (CESPE/CAU/ASSISTENTE FINANCEIRO/2024) Julgue os próximos itens, relativos a operações financeiras.

Sob a ótica das empresas comerciais, o desconto de duplicatas é uma operação passiva que implicará o reconhecimento de despesas de juros na data em que se der a liberação dos recursos pela instituição financeira responsável pela concessão do crédito.

005. (CESPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA/2025) Julgue os itens a seguir, que versam sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral.

A amortização de ativos intangíveis para cada período contábil costuma ser registrada como despesa, podendo, no entanto, ser incluída no valor contábil de outro ativo quando os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo intangível são absorvidos para a produção de outros ativos.

006. (CESPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA/2025) Ainda sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral, julgue os itens que se seguem.

O reconhecimento contábil da perda por desvalorização de ativos imobilizados não deverá afetar a despesa de depreciação dos referidos ativos em períodos futuros.

007. (CESPE/EMBRAPA/ORÇAMENTO E FINANÇAS: CONTABILIDADE/2025) Julgue os itens a seguir, de acordo com a Resolução CFC n. 1.374/2011, que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

O aumento de valor de elementos registrados no ativo e a redução de valor de elementos registrados no passivo darão origem a receitas, desde que resultem em aumentos no valor do patrimônio líquido e não tenham relação com a contribuição proporcionada à entidade pelos detentores dos instrumentos patrimoniais.

008. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.

009. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. É vedada a reclassificação, para resultado do período, dos resultados oriundos da participação em outros resultados abrangentes de coligadas.

010. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. Resultados abrangentes que tenham impactado o patrimônio líquido de determinado exercício social são evidenciados na DRE.

011. (CESPE/TJ-ES/CONTADOR/2023) Considerando os fatos administrativos circunscritos à ciência contábil, julgue os itens a seguir.

A divulgação do montante total dos juros pagos é realizada na demonstração dos fluxos de caixa, independentemente da forma do reconhecimento desse montante — despesa na demonstração do resultado ou registrado o custo como integrante de um ativo.

012. (CESPE/TBG/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos à apresentação das demonstrações contábeis de companhias abertas.

Na demonstração do resultado abrangente, os ajustes de avaliação patrimonial devem ser contemplados no valor do resultado líquido do período.

013. (CESPE/TBG/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos à apresentação das demonstrações contábeis de companhias abertas.

Na demonstração do resultado abrangente, os ajustes de avaliação patrimonial devem ser contemplados no valor do resultado líquido do período.

014. (CESPE/CNMP/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos a procedimentos contábeis aplicáveis aos ativos imobilizados.

Os custos de manutenção periódica de um ativo imobilizado devem ser reconhecidos no valor contábil desse ativo.

015. (CESPE/TRF 6/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2025) Em relação ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado do exercício (DRE), julgue os itens a seguir.

A DRE é uma demonstração dinâmica que relata, de forma dedutiva, como o resultado do exercício foi obtido.

016. (QUADRIX/CRO-AL/ANALISTA FINANCEIRO/2025) Com base na atual legislação societária e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir, no que diz respeito às demonstrações contábeis.

Na demonstração do resultado do exercício de uma entidade comercial, os primeiros três itens a serem evidenciados são, respectivamente, a receita bruta, as deduções da receita e a receita líquida de vendas.

017. (QUADRIX/CRM-RR/CONTADOR/2024) A respeito da contabilidade geral, julgue os itens a seguir.

Resultados abrangentes são mutações que não afetam o patrimônio líquido, mas serão, obrigatoriamente, reconhecidos no resultado do exercício.

018. (FGV/TCE-RR/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2025) Leia o fragmento a seguir. De acordo com a estrutura da Lei 6.404/76 e alterações, na Demonstração do Resultado do Exercício, a apuração do lucro líquido é realizada após _____, mas antes _____. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) a distribuição do resultado / da incorporação da reserva de lucros
- b) o reconhecimento do imposto de renda / da distribuição do resultado
- c) a distribuição do resultado / do reconhecimento do aumento de capital social
- d) o reconhecimento do imposto de renda / do reconhecimento de perda por recuperabilidade dos ativos
- e) o reconhecimento do imposto de renda / do reconhecimento de despesas com a constituição de provisões

019. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CACONDE/CONTADOR/2025) Esse relatório permite confrontar receitas e despesas, apontando o resultado líquido do negócio, seja em relação ao lucro ou prejuízo. Esse demonstrativo contábil é denominado:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Notas Explicativas.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício.
- d) Demonstração dos Estoques.
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

020. (FGV/BANESTES/CONTADOR/2023) Uma sociedade empresária que atua na compra e venda de mercadorias apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício no ano de X0:

Receita bruta de vendas: R\$ 250.000; devolução de vendas: R\$ 20.000; custo das mercadorias vendidas: R\$ 100.000; despesa de depreciação: R\$ 25.000; despesa de salários: R\$ 30.000; despesa de juros: R\$ 15.000; despesa de aluguel: R\$ 24.000.

Assinale a opção que indica o resultado bruto da sociedade empresária em 31/12/X0.

- a) R\$ 36.000.
- b) R\$ 51.000.
- c) R\$ 130.000.
- d) R\$ 150.000.
- e) R\$ 230.000.

021. (FUNDEPES/IFAL/CONTADOR/2023) Dadas as afirmativas acerca da classificação e evidenciação das receitas e despesas, que afetam o patrimônio da entidade,

I – As vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos são considerados deduções da receita operacional bruta de vendas, para fins de cálculo da receita operacional líquida, segundo a legislação societária em vigor.

II – Quando a entidade concede ao seu cliente um abatimento sobre as vendas, a quantidade de mercadorias existentes em seu estoque para revenda não sofrerá alterações.

III – A receita líquida com a venda de mercadorias representa a diferença entre a receita bruta de vendas e o custo das mercadorias vendidas no período.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

022. (IADES/CFM/CONTADOR/2024) Os conselhos federais são autarquias de direito público com autonomia administrativa e financeira, o que implica a elaboração, entre outros

demonstrativos, do balanço patrimonial. Assinale a alternativa que indica somente contas com saldos credores em seu modelo de publicação.

- a) Resultados Acumulados, Estoques
- b) Receitas de Valores Mobiliários, Despesas Vencimentos e Vantagens Fixas
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
- d) Obrigações Fiscais, Provisões Trabalhistas
- e) Despesas de Obrigações Patronais, Transferências dos Conselhos Regionais de Medicina

023. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) A Lei n. 6.404/1976 estabelece que, ao fim de cada exercício social, a companhia deverá elaborar as demonstrações financeiras. De acordo com a referida norma, com o intuito de esclarecer a situação patrimonial da companhia, as demonstrações serão complementadas por

- a) demonstração do valor agregado.
- b) demonstração dos fluxos de caixa.
- c) parecer da auditoria independente.
- d) notas explicativas e outros quadros analíticos.
- e) proposta da administração de destinação dos lucros.

024. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) Considere que foi extraído da contabilidade de determinada sociedade empresarial o fluxo de receitas e despesas a seguir.

- Despesas diversas relativas a Dez Xo, pagas em Dez Xo \$ 1.000,00
- Despesa de aluguel relativa a Jan X1, paga em Dez Xo \$ 1.800,00
- Apropriação da folha de pagamento de Dez Xo, paga em Jan X \$ 6.200,00
- Receitas de vendas relativas a Dez Xo, recebidas em Jan X1 \$ 7.500,00
- Receitas de serviços prestados em Jan X1, recebidas em Dez Xo \$ 3.000,00
- Receitas de serviços relativos a Dez Xo, recebidas em Dez Xo \$ 5.400,00

Com base nas informações fornecidas e na norma contábil de elaboração das demonstrações financeiras, o seu resultado para o período Xo será

- a) \$ 1.300,00.
- b) \$ 3.300,00.
- c) \$ 5.700,00.
- d) \$ 6.400,00.
- e) \$ 7.700,00.

025. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) Suponha que, no exercício de 20X1, uma empresa tenha obtido receitas de \$ 250.000 e realizado despesas de \$ 175.000. Em 31 de dezembro, o saldo da conta Duplicatas a receber era de \$ 25.000 e da conta Despesas

a pagar era de \$ 18.000. Com base apenas nessas informações, o resultado do exercício apurado pelo regime de competência e de caixa foi, respectivamente, de

- a) \$ 75.000 e \$ 68.000.
- b) \$ 7.000 e \$ 75.000.
- c) \$ 68.000 e \$ 7.000.
- d) \$ 68.000 e \$ 75.000.
- e) \$ 75.000 e \$ 7.000.

026. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) De acordo o CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, o gasto relacionado com a emissão de ações, deve ser evidenciado no

- a) ativo não circulante em conta redutora do ativo de investimentos permanentes.
- b) patrimônio líquido em conta redutora do capital social.
- c) passivo não circulante diferido.
- d) passivo circulante diferido apropriar.
- e) ativo circulante em conta redutora do ativo de investimentos temporário.

027. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CAIEIRAS/CONTADOR/2025) A Cia “Jocax” S.A. precisa apurar o seu Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) para o período. A empresa forneceu os seguintes dados:

- Estoque inicial de mercadorias: R\$ 150.000,00
- Compra de mercadorias: R\$ 600.000,00
- Caixa: R\$ 50.000,00
- Capital Social: R\$ 30.000,00
- Depreciação Acumulada: R\$ 45.000,00
- Despesas Gerais: R\$ 118.000,00
- Despesas com limpeza: R\$ 15.000,00
- Estoque final de mercadorias: R\$ 440.000,00
- Duplicatas a receber: R\$ 21.000,00
- Fornecedores: R\$ 487.000,00
- Imóveis: R\$ 700.000,00
- Receitas Financeiras: R\$ 80.000,00
- Despesas com telefone: R\$ 5.540,00

Com base nas informações fornecidas, qual será o valor do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) da empresa:

- a) R\$ 555.000,00.
- b) R\$ 440.000,00.

- c) R\$ 600.000,00.
- d) R\$ 640.000,00.
- e) R\$ 310.000,00.

028. (IADES/SEAGRI-DF/CONTADOR/2023) A demonstração do resultado (DRE) do exercício evidencia, em determinado período, o resultado econômico da entidade contábil e deve ser apresentada de forma vertical e dedutiva. A DRE está prevista na legislação das sociedades anônimas e também nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Segundo a NBC TG 26 (R5), a demonstração do resultado deve discriminar um item que não é explicitamente exigido na formatação sugerida pela Lei n. 6.404. Assinale a alternativa que indica esse item.

- a) Receita líquida
- b) Resultado bruto
- c) Resultado da equivalência patrimonial
- d) Resultado antes dos tributos sobre o lucro
- e) Resultado antes das receitas e despesas financeiras

029. (FGV/ALE-PR/CONTADOR/2024) Em 31/12/2023, uma sociedade empresária reconheceu a distribuição de dividendos a seus sócios de R\$ 100.000, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios. No momento, houve reconhecimento de R\$ 100.000 no passivo. A contrapartida do aumento do passivo traz o seguinte impacto nas demonstrações contábeis da sociedade empresária:

- a) Não há impacto.
- b) Aumento na Demonstração do Resultado do Exercício.
- c) Diminuição na Demonstração do Resultado do Exercício.
- d) Aumento na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- e) Diminuição na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

030. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/CONTADOR/2024) Uma loja vende copos de vidro. Em 20/01/2024, ela adquiriu 100 copos para revenda por R\$ 20,00 cada. O frete para a entrega foi de R\$ 170 e o seguro contra roubos de R\$ 200. Além disso, foram adquiridas embalagens especiais para prevenir a quebra dos copos no transporte por R\$ 80,00. Ao chegarem ao destino, o motorista constatou que 5 copos haviam quebrado. Assinale a opção que indica o custo unitário do copo, contabilizado pela loja.

- a) R\$ 22,84.
- b) R\$ 23,70.
- c) R\$ 24,50.
- d) R\$ 24,95.
- e) R\$ 25,79.

031. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/CONTADOR/2024) A Cia Beauty vende roupas. Em 2023, o salário mensal de seus vendedores era de R\$ 300.000. Em dezembro, a loja contratou vendedores terceirizados. O salário mensal destes era de R\$ 100.000. Assinale a opção que indica a classificação das despesas com os salários dos vendedores contratados e com os salários dos vendedores terceirizados, respectivamente, na Demonstração do Resultado do Exercício da loja.

- a) Despesas de vendas; outras despesas.
- b) Despesas de vendas; despesa de vendas.
- c) Despesas de vendas; despesa administrativas.
- d) Despesas administrativas; despesas de vendas.
- e) Despesas administrativas, despesas administrativas.

032. (IBFC/RECIPREV/CONTADOR/2024) Assinale a alternativa que apresenta apenas contas da demonstração de resultados do exercício:

- a) aluguéis a pagar, aluguéis ativos e despesas de salários e encargos
- b) aluguéis passivos, descontos concedidos e duplicatas descontadas
- c) custo dos produtos vendidos, tributos a recolher, despesas bancárias
- d) receita de vendas, vendas anuladas e impostos sobre as vendas
- e) descontos obtidos, receita financeira e provisão para férias

033. (FUNDATEC/BALNEÁRIO DE PINHAL/CONTROLE INTERNO/2024) Em alinhamento com as normas internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade editou norma (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL) tratando da estrutura conceitual para relatório financeiro. Segundo as definições estabelecidas no mencionado instrumento normativo, os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade são os seguintes:

- a) Ativos e Despesas.
- b) Ativos e Passivos.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- d) Passivos e Receitas.
- e) Receitas e Despesas.

034. (UNIVIDA/PÉROLA-PR/CONTADOR/2024) Os Princípios de Contabilidade são fundamentais para a compreensão e aplicação das normas contábeis. Qual princípio assegura que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem?

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Prudência.

- d) Materialidade.
- e) Consistência.

035. (FGV/PREFEITURA DE CARAGUATATUBA/CONTROLADOR INTERNO/2024) Na Demonstração do Resultado do Exercício, as receitas geram aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes

- a) ao resultado positivo apresentado por sociedade investida.
- b) à prestação de serviços cuja remuneração é recebida a prazo.
- c) a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- d) à venda de ativo imobilizado, que não representa a atividade fim.
- e) a juros sobre investimentos que não são imediatamente adicionados ao caixa.

036. (VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO/CONTADOR/2025) A demonstração do resultado é a fonte principal de informações sobre o desempenho financeiro da entidade para o período, logo, todas as receitas e despesas são, a princípio, incluídas nessa demonstração. Contudo, pode-se decidir, em circunstâncias excepcionais, que receitas ou despesas resultantes de mudança no valor corrente de ativo ou passivo devem ser incluídas na demonstração

- a) das mutações do patrimônio líquido se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais relevantes no período.
- b) dos lucros ou prejuízos acumulados se resultar na demonstração do resultado propiciar informações mais relevantes no período.
- c) do resultado abrangente se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais relevantes no período.
- d) dos fluxos de caixa se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais detalhadas no período.
- e) do valor adicionado se isso resultar na demonstração do resultado propiciar informações no período.

037. (FUNDATEC/PREFEITURA DE MARAU/CONTADOR/2025) Uma empresa registrou as seguintes operações em um determinado período:

Receita de vendas: R\$ 500.000,00.

Deduções da receita de vendas (descontos concedidos e devoluções): R\$ 50.000,00.

Custos das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 250.000,00.

Despesas operacionais (administração, vendas e gerais): R\$ 120.000,00.

Impostos sobre a receita: R\$ 15.000,00.

Com base nesses dados, qual é o Lucro Bruto da empresa?

- a) R\$ 200.000,00.
- b) R\$ 350.000,00.

- c) R\$ 370.000,00.
- d) R\$ 450.000,00.
- e) R\$ 480.000,00.

038. (SELECON/CRC SE/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2024) Há uma demonstração contábil elaborada quando existirem despesas e receitas que não foram computadas na demonstração do resultado do exercício, em razão de determinação das normas contábeis. Essa demonstração começa a partir da última linha da demonstração do resultado do exercício, sendo complementada pelas receitas e despesas que foram contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido, nas contas de lucros acumulados ou ajustes de avaliação patrimonial. Essa demonstração contábil é denominada:

- a) do valor adicionado
- b) do resultado abrangente
- c) de equivalência patrimonial
- d) de origens e aplicação de recursos

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. C | 14. E | 27. e |
| 2. C | 15. C | 28. e |
| 3. E | 16. C | 29. e |
| 4. E | 17. E | 30. c |
| 5. C | 18. b | 31. b |
| 6. E | 19. c | 32. d |
| 7. C | 20. c | 33. e |
| 8. E | 21. c | 34. a |
| 9. E | 22. d | 35. c |
| 10. E | 23. d | 36. c |
| 11. C | 24. c | 37. a |
| 12. E | 25. a | 38. b |
| 13. E | 26. b | |

GABARITO COMENTADO

001. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) Acerca de noções de contabilidade financeira, julgue os itens subsequentes.

O regime de competência retrata os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos da entidade nos períodos em que tais efeitos são produzidos.



O regime da competência de exercícios determina que os efeitos das transações sejam registrados no momento da ocorrência do fato gerador, ou seja, quando a receita e a despesa efetivamente ocorreram.

Certo.

002. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) Julgue os próximos itens, a respeito de contabilização e análise de demonstrações contábeis.

Na demonstração do resultado do exercício, os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho são as receitas e as despesas.



Os elementos que serão apresentados na DRE, para a apuração do desempenho da entidade, são as receitas e as despesas, contas de resultado.

Certo.

003. (CESPE/TRF 6/CONTABILIDADE/2025) Em relação aos aspectos contábeis das sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base nas normas aplicáveis no Brasil.

A demonstração do resultado do exercício tem como objetivo apresentar o valor das riquezas econômicas geradas pela entidade, bem como mostrar a forma como tal riqueza foi distribuída para a sociedade.



O valor das riquezas geradas pela entidade será apresentado na DVA – Demonstração dos valores Adicionados. A DRE apresenta o desempenho financeiro-econômico da empresa no término do exercício social.

Errado.

004. (CESPE/CAU/ASSISTENTE FINANCEIRO/2024) Julgue os próximos itens, relativos a operações financeiras.

Sob a ótica das empresas comerciais, o desconto de duplicatas é uma operação passiva que implicará o reconhecimento de despesas de juros na data em que se der a liberação dos recursos pela instituição financeira responsável pela concessão do crédito.



O desconto de duplicatas nas empresa comerciais é uma operação que gera o reconhecimento de um passivo, contudo, o reconhecimento da despesa com juros será feito conforme transcorrer o prazo do recebimento do título e não no momento do recebimento do dinheiro pelo desconto.

Errado.

005. (CESPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA/2025) Julgue os itens a seguir, que versam sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral. A amortização de ativos intangíveis para cada período contábil costuma ser registrada como despesa, podendo, no entanto, ser incluída no valor contábil de outro ativo quando os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo intangível são absorvidos para a produção de outros ativos.



A amortização de ativos utilizados nas finalidades administrativas de uma indústria será registrada como despesa; contudo, a amortização dos ativos utilizados no processo de produção de um intangível deverá ser reconhecida como custo da produção, entrando no valor do produto que será registrado no estoque ou no intangível.

Certo.

006. (CESPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA/2025) Ainda sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral, julgue os itens que se seguem. O reconhecimento contábil da perda por desvalorização de ativos imobilizados não deverá afetar a despesa de depreciação dos referidos ativos em períodos futuros.



Quando, no teste de recuperabilidade, um ativo é desvalorizado, a base de cálculo da depreciação deverá ser o novo valor contábil do bem. Assim, a desvalorização de um bem irá afetar o valor da sua depreciação futura.

Errado.

007. (CESPE/EMBRAPA/ORÇAMENTO E FINANÇAS: CONTABILIDADE/2025) Julgue os itens a seguir, de acordo com a Resolução CFC n. 1.374/2011, que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

O aumento de valor de elementos registrados no ativo e a redução de valor de elementos registrados no passivo darão origem a receitas, desde que resultem em aumentos no valor do patrimônio líquido e não tenham relação com a contribuição proporcionada à entidade pelos detentores dos instrumentos patrimoniais.



A questão cobrou o conceito de receita que está apresentado no CPC 00 R2. "Receita é o aumento nos ativos, ou a diminuição nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, e que não se relacionam com as contribuições dos detentores dos instrumentos patrimoniais".

Lembre-se que toda receita aumenta o PL, contudo, nem todo aumento do PL é uma receita, como é o caso da entrada de novos sócios, a venda de ações em tesouraria e as reservas de capital.

Certo.

008. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.



A apresentação do resultado abrangente na DMPL não dispensa a apresentação da DRA. A DRA pode ser apresentada separadamente ou como complemento da DRE. Na DMPL devem ser apresentadas as receitas e despesas abrangentes.

Errado.

009. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. É vedada a reclassificação, para resultado do período, dos resultados oriundos da participação em outros resultados abrangentes de coligadas.



Não é vedada a reclassificação de ajuste da avaliação patrimonial de investimentos em coligadas para receita ou despesa na DRE. Os ganhos ou perdas na equivalência patrimonial oriundos de ajustes das avaliação patrimonial na investida, devem ser classificados na

investidora como outras receitas ou despesas abrangentes, na conta Ajuste da Avaliação Patrimonial, no seu PL.

Quando a investida reverter o seu ajuste para o resultado do exercício, a investidora deverá reverter o seu ganho ou perda registrado como ajuste, para o seu Resultado do Exercício.

Errado.

010. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes. Resultados abrangentes que tenham impactado o patrimônio líquido de determinado exercício social são evidenciados na DRE.



Os resultados abrangentes devem ser apresentados na DRA e na DMPL, na conta Ajuste da Avaliação Patrimonial.

Errado.

011. (CESPE/TJ-ES/CONTADOR/2023) Considerando os fatos administrativos circunscritos à ciência contábil, julgue os itens a seguir.

A divulgação do montante total dos juros pagos é realizada na demonstração dos fluxos de caixa, independentemente da forma do reconhecimento desse montante — despesa na demonstração do resultado ou registrado o custo como integrante de um ativo.



Na DFC o que importa é o fluxo (entrada ou a saída) de dinheiro que será classificado de acordo com a atividade operacional, investimento ou financiamento.

Os juros pagos, em regra são classificados como atividade operacional, quer tenham sido reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, quer tenham sido capitalizados.

Certo.

012. (CESPE/TBG/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos à apresentação das demonstrações contábeis de companhias abertas.

Na demonstração do resultado abrangente, os ajustes de avaliação patrimonial devem ser contemplados no valor do resultado líquido do período.



Os resultados abrangentes são apresentados na DRA e NÃO devem ser incluídos no resultado líquido do período, que será apurado na DRE.

Errado.

013. (CESPE/TBG/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos à apresentação das demonstrações contábeis de companhias abertas.

Na demonstração do resultado abrangente, os ajustes de avaliação patrimonial devem ser contemplados no valor do resultado líquido do período.



Os resultados abrangentes são apresentados na DRA e NÃO devem ser incluídos no resultado líquido do período, que será apurado na DRE.

Errado.

014. (CESPE/CNMP/CONTADOR/2023) Julgue os itens subsequentes, relativos a procedimentos contábeis aplicáveis aos ativos imobilizados.

Os custos de manutenção periódica de um ativo imobilizado devem ser reconhecidos no valor contábil desse ativo.



O gastos com a manutenção de uma ativo imobilizado, por não melhorarem a sua capacidade produtiva, devem ser reconhecidos como DESPESA, na DRE.

Errado.

015. (CESPE/TRF 6/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2025) Em relação ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado do exercício (DRE), julgue os itens a seguir.

A DRE é uma demonstração dinâmica que relata, de forma dedutiva, como o resultado do exercício foi obtido.



A DRE é uma demonstração dinâmica, já que as contas de resultado afetam a situação líquida da entidade; e apresenta de forma dedutiva, a partir das receitas brutas de vendas, os vários resultados apurados pela empresa.

Certo.

016. (QUADRIX/CRO-AL/ANALISTA FINANCEIRO/2025) Com base na atual legislação societária e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir, no que diz respeito às demonstrações contábeis.

Na demonstração do resultado do exercício de uma entidade comercial, os primeiros três itens a serem evidenciados são, respectivamente, a receita bruta, as deduções da receita e a receita líquida de vendas.



A lei 6.404-76 (lei societária) determina que a DRE deverá começar pela conta receita bruta de vendas; depois são registradas as deduções das vendas para que seja apurada a receita líquida de venda.

Contudo, o CPC 26 determina que a DRE deverá começar pela receita líquida de vendas. A questão dá margem de recurso, já que as 3 contas relatadas estão previstas somente na Lei societária.

Certo.

017. (QUADRIX/CRM-RR/CONTADOR/2024) A respeito da contabilidade geral, julgue os itens a seguir.

Resultados abrangentes são mutações que não afetam o patrimônio líquido, mas serão, obrigatoriamente, reconhecidos no resultado do exercício.



Os resultados abrangentes AFETAM o patrimônio líquido, na conta ajuste da avaliação patrimonial, e não são reconhecidos na DRE.

Errado.

018. (FGV/TCE-RR/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2025) Leia o fragmento a seguir. De acordo com a estrutura da Lei 6.404/76 e alterações, na Demonstração do Resultado do Exercício, a apuração do lucro líquido é realizada após _____, mas antes _____. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) a distribuição do resultado / da incorporação da reserva de lucros
- b) o reconhecimento do imposto de renda / da distribuição do resultado
- c) a distribuição do resultado / do reconhecimento do aumento de capital social
- d) o reconhecimento do imposto de renda / do reconhecimento de perda por recuperabilidade dos ativos
- e) o reconhecimento do imposto de renda / do reconhecimento de despesas com a constituição de provisões



Demonstração do Resultado do Exercício, a apuração do lucro líquido é realizada após O RECONHECIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA, mas antes DA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO, que é feita a partir dos lucros acumulados no PL.

Letra b.

019. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CACONDE/CONTADOR/2025) Esse relatório permite confrontar receitas e despesas, apontando o resultado líquido do negócio, seja em relação ao lucro ou prejuízo. Esse demonstrativo contábil é denominado:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Notas Explicativas.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício.
- d) Demonstração dos Estoques.
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.



A DRE é a demonstração que objetiva apurar o resultado ou desempenho da entidade por meio do confronto entre as receitas e as despesas.

Letra c.

020. (FGV/BANESTES/CONTADOR/2023) Uma sociedade empresária que atua na compra e venda de mercadorias apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício no ano de X0:

Receita bruta de vendas: R\$ 250.000; devolução de vendas: R\$ 20.000; custo das mercadorias vendidas: R\$ 100.000; despesa de depreciação: R\$ 25.000; despesa de salários: R\$ 30.000; despesa de juros: R\$ 15.000; despesa de aluguel: R\$ 24.000.

Assinale a opção que indica o resultado bruto da sociedade empresária em 31/12/X0.

- a) R\$ 36.000.
- b) R\$ 51.000.
- c) R\$ 130.000.
- d) R\$ 150.000.
- e) R\$ 230.000.



Para resolver a questão basta formar a estrutura da DRE e lembrar que as seguintes contas são despesas operacionais e não afetam o lucro bruto: despesa de depreciação: R\$ 25.000; despesa de salários: R\$ 30.000; despesa de juros: R\$ 15.000; despesa de aluguel: R\$ 24.000.

Na DRE a apuração do resultado é a seguinte:

Receita bruta de vendas = 250.000

(-) Dedução= (20.000)

Devolução de vendas = R\$ 20.000;

(=) Receita Líquida de vendas = 230.000

(-) Custo das mercadorias vendidas = (100.000)

(=) Lucro operacional bruto = 130.000

Letra c.

021. (FUNDEPES/IFAL/CONTADOR/2023) Dadas as afirmativas acerca da classificação e evidenciação das receitas e despesas, que afetam o patrimônio da entidade,

I – As vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos são considerados deduções da receita operacional bruta de vendas, para fins de cálculo da receita operacional líquida, segundo a legislação societária em vigor.

II – Quando a entidade concede ao seu cliente um abatimento sobre as vendas, a quantidade de mercadorias existentes em seu estoque para revenda não sofrerá alterações.

III – A receita líquida com a venda de mercadorias representa a diferença entre a receita bruta de vendas e o custo das mercadorias vendidas no período.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.



I – Correta. As vendas canceladas e os descontos incondicionais ou desconto comerciais são deduções das vendas brutas previstas no art. 187 da lei 6.404-76 da seguinte forma:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.

II – Correta. O abatimento concedido afeta o valor das vendas e não do estoque, pois ele é concedido após a entrega das mercadorias, normalmente para que o cliente não devolva uma compra. Abatimento sobre vendas é diferente de devolução de vendas.

III – Incorreta. Na estrutura da DRE prevista na Lei 6.404-76, a Receita líquida de vendas é a diferença entre as receitas brutas de vendas e as deduções sobre vendas.

Letra c.

022. (IADES/CFM/CONTADOR/2024) Os conselhos federais são autarquias de direito público com autonomia administrativa e financeira, o que implica a elaboração, entre outros

demonstrativos, do balanço patrimonial. Assinale a alternativa que indica somente contas com saldos credores em seu modelo de publicação.

- a) Resultados Acumulados, Estoques
- b) Receitas de Valores Mobiliários, Despesas Vencimentos e Vantagens Fixas
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
- d) Obrigações Fiscais, Provisões Trabalhistas
- e) Despesas de Obrigações Patronais, Transferências dos Conselhos Regionais de Medicina



As contas de saldo credor são as contas do passivo, do PL, das receitas e as contas redutoras do ativo.

- a) Errada. Resultado acumulado é PL, tem natureza credora; mas, estoque é ativo, tem natureza devedora.
- b) Errada. Receitas tem natureza credora; mas, despesas tem natureza devedora.
- c) Errada. Caixa e aplicações são contas do ativo; têm natureza devedora.
- d) Certa. Obrigações e provisões trabalhistas são contas do passivo; elas têm natureza credora.
- e) Errada. Despesas patronais e transferências são despesas; elas têm natureza devedora.

Letra d.

023. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) A Lei n. 6.404/1976 estabelece que, ao fim de cada exercício social, a companhia deverá elaborar as demonstrações financeiras. De acordo com a referida norma, com o intuito de esclarecer a situação patrimonial da companhia, as demonstrações serão complementadas por

- a) demonstração do valor agregado.
- b) demonstração dos fluxos de caixa.
- c) parecer da auditoria independente.
- d) notas explicativas e outros quadros analíticos.
- e) proposta da administração de destinação dos lucros.



De acordo com a Lei 6.404-76 e com as normas contábeis as demonstrações contábeis deverão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos que melhorem a compreensão dos usuários das informações.

Letra d.

024. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) Considere que foi extraído da contabilidade de determinada sociedade empresarial o fluxo de receitas e despesas a seguir.

- Despesas diversas relativas a Dez Xo, pagas em Dez Xo \$ 1.000,00
- Despesa de aluguel relativa a Jan X1, paga em Dez Xo \$ 1.800,00
- Apropriação da folha de pagamento de Dez Xo, paga em Jan X \$ 6.200,00
- Receitas de vendas relativas a Dez Xo, recebidas em Jan X1 \$ 7.500,00
- Receitas de serviços prestados em Jan X1, recebidas em Dez Xo \$ 3.000,00
- Receitas de serviços relativas a Dez Xo, recebidas em Dez Xo \$ 5.400,00

Com base nas informações fornecidas e na norma contábil de elaboração das demonstrações financeiras, o seu resultado para o período Xo será

- a) \$ 1.300,00.
- b) \$ 3.300,00.
- c) \$ 5.700,00.
- d) \$ 6.400,00.
- e) \$ 7.700,00.



Segundo as normas contábeis o resultado do exercício deve ser apurado pelo regime da competência, registrando as receitas e despesas que ocorreram no exercício, independentemente, do recebimento ou do pagamento; o que importa é o fato gerador.

Na apuração do resultado entrarão os seguintes fatos:

Receitas de vendas relativas a Dez Xo, recebidas em Jan X1 \$ 7.500,00

Receitas de serviços relativas a Dez Xo, recebidas em Dez Xo \$ 5.400,00

(-) Despesas diversas relativas a Dez Xo, pagas em Dez Xo \$ 1.000,00

(-) Apropriação da folha de pagamento de Dez Xo, paga em Jan X \$ 6.200,00

Desta forma, o resultado apurado será um lucro de \$ 5.700,00.

Letra c.

025. (IADES/EMATER-DF/CONTABILIDADE PÚBLICA/2024) Suponha que, no exercício de 20X1, uma empresa tenha obtido receitas de \$ 250.000 e realizado despesas de \$ 175.000. Em 31 de dezembro, o saldo da conta Duplicatas a receber era de \$ 25.000 e da conta Despesas a pagar era de \$ 18.000. Com base apenas nessas informações, o resultado do exercício apurado pelo regime de competência e de caixa foi, respectivamente, de

- a) \$ 75.000 e \$ 68.000.
- b) \$ 7.000 e \$ 75.000.
- c) \$ 68.000 e \$ 7.000.
- d) \$ 68.000 e \$ 75.000.
- e) \$ 75.000 e \$ 7.000.



Na apuração do resultado pelo regime de competência o que importa é o fato gerador da receita e da despesa; já no regime de caixa o que afeta o resultado é a entrada e a saída de dinheiro. Assim, pelo regime da competência o resultado é \$ 75.000,00 de lucro (\$250.000,00 - \$175.000,00).

Para apurar o resultado pelo regime de caixa devemos inferir que se tem a conta clientes de \$ 25.000,00, e a empresa vendeu \$ 250.000,00, é sinal que ela recebeu \$ 225.000,00. E, se ainda tem \$ 18.000,00 de despesa a pagar, ela pagou \$ 157.000,00. Então, pelo regime de caixa se entrou \$ 225.000,00 e saiu \$ 157.000,00; o resultado é de \$ 68.000,00 positivo.

Letra a.

026. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) De acordo o CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, o gasto relacionado com a emissão de ações, deve ser evidenciado no

- a) ativo não circulante em conta redutora do ativo de investimentos permanentes.
- b) patrimônio líquido em conta redutora do capital social.
- c) passivo não circulante diferido.
- d) passivo circulante diferido apropriar.
- e) ativo circulante em conta redutora do ativo de investimentos temporário.



Na emissão e venda de ações no mercado uma empresa tem gastos com corretores de títulos e valores mobiliários, com advogados, com contadores, com peritos e até com auditores. Segundo o CPC 08, os gastos que ocorreram nas operações de emissões de ações da empresa devem ser classificados de acordo com a natureza da operação, da seguinte forma:

- Gastos com a emissão de ações antes da venda efetiva = despesa antecipada no ativo circulante.
- Gastos com a emissão e venda das ações = conta redutora do capital social, no PL.
- Gastos com emissão de ações que não foram vendidas = outras despesas na DRE.

Letra b.

027. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CAIEIRAS/CONTADOR/2025) A Cia “Jocax” S.A. precisa apurar o seu Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) para o período. A empresa forneceu os seguintes dados:

- Estoque inicial de mercadorias: R\$ 150.000,00
- Compra de mercadorias: R\$ 600.000,00
- Caixa: R\$ 50.000,00

- Capital Social: R\$ 30.000,00
- Depreciação Acumulada: R\$ 45.000,00
- Despesas Gerais: R\$ 118.000,00
- Despesas com limpeza: R\$ 15.000,00
- Estoque final de mercadorias: R\$ 440.000,00
- Duplicatas a receber: R\$ 21.000,00
- Fornecedores: R\$ 487.000,00
- Imóveis: R\$ 700.000,00
- Receitas Financeiras: R\$ 80.000,00
- Despesas com telefone: R\$ 5.540,00

Com base nas informações fornecidas, qual será o valor do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) da empresa:

- a) R\$ 555.000,00.
- b) R\$ 440.000,00.
- c) R\$ 600.000,00.
- d) R\$ 640.000,00.
- e) R\$ 310.000,00.



Para calcular o valor do CMV devemos aplicar a seguinte fórmula:

$CMV = EI + COMPRA \text{ LÍQUIDAS} - ESTOQUE \text{ FINAL}$

$CMV = 150.000 + 600.000 - 440.000$

$CMV = 310.000,00$

Letra e.

028. (IADES/SEAGRI-DF/CONTADOR/2023) A demonstração do resultado (DRE) do exercício evidencia, em determinado período, o resultado econômico da entidade contábil e deve ser apresentada de forma vertical e dedutiva. A DRE está prevista na legislação das sociedades anônimas e também nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Segundo a NBC TG 26 (R5), a demonstração do resultado deve discriminar um item que não é explicitamente exigido na formatação sugerida pela Lei n. 6.404. Assinale a alternativa que indica esse item.

- a) Receita líquida
- b) Resultado bruto
- c) Resultado da equivalência patrimonial
- d) Resultado antes dos tributos sobre o lucro
- e) Resultado antes das receitas e despesas financeiras



A lei 6.604-76 não prevê na estrutura e composição da DRE a apresentação do Resultado antes das receitas e despesas financeiras.

Letra e.

029. (FGV/ALE-PR/CONTADOR/2024) Em 31/12/2023, uma sociedade empresária reconheceu a distribuição de dividendos a seus sócios de R\$ 100.000, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios. No momento, houve reconhecimento de R\$ 100.000 no passivo. A contrapartida do aumento do passivo traz o seguinte impacto nas demonstrações contábeis da sociedade empresária:

- a) Não há impacto.
- b) Aumento na Demonstração do Resultado do Exercício.
- c) Diminuição na Demonstração do Resultado do Exercício.
- d) Aumento na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- e) Diminuição na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.



A contrapartida dos dividendos obrigatórios a distribuir não é uma despesa, mas sim, será a diminuição da conta "lucros acumulados" no patrimônio líquido, assim, o registro dos dividendos no passivo irá acarretar uma diminuição na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Letra e.

030. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/CONTADOR/2024) Uma loja vende copos de vidro. Em 20/01/2024, ela adquiriu 100 copos para revenda por R\$ 20,00 cada. O frete para a entrega foi de R\$ 170 e o seguro contra roubos de R\$ 200. Além disso, foram adquiridas embalagens especiais para prevenir a quebra dos copos no transporte por R\$ 80,00. Ao chegarem ao destino, o motorista constatou que 5 copos haviam quebrado. Assinale a opção que indica o custo unitário do copo, contabilizado pela loja.

- a) R\$ 22,84.
- b) R\$ 23,70.
- c) R\$ 24,50.
- d) R\$ 24,95.
- e) R\$ 25,79.



Para calcular o custo unitário devemos incluir no preço da compra todos os gastos necessários para trazer a mercadoria para a loja.

Compra = 2.000

(+) frete = 170

(+) seguro = 200

(+) embalagem = 80

Custo dos 100 copos foi de \$ 2.450,00; assim, o custo unitário será de \$ 24,50.

Como foram quebrados 5 copos, 95 copos serão registrados como estoque e os quebrados como despesa.

Letra c.

031. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/CONTADOR/2024) A Cia Beauty vende roupas. Em 2023, o salário mensal de seus vendedores era de R\$ 300.000. Em dezembro, a loja contratou vendedores terceirizados. O salário mensal destes era de R\$ 100.000. Assinale a opção que indica a classificação das despesas com os salários dos vendedores contratados e com os salários dos vendedores terceirizados, respectivamente, na Demonstração do Resultado do Exercício da loja.

- a) Despesas de vendas; outras despesas.
- b) Despesas de vendas; despesa de vendas.
- c) Despesas de vendas; despesa administrativas.
- d) Despesas administrativas; despesas de vendas.
- e) Despesas administrativas, despesas administrativas.



Considerando a função da despesa, o salário dos vendedores e dos contratados deverá ser registrado como despesa com vendas, pois eles estão relacionados com a atividade da venda.

Letra b.

032. (IBFC/RECIPREV/CONTADOR/2024) Assinale a alternativa que apresenta apenas contas da demonstração de resultados do exercício:

- a) aluguéis a pagar, aluguéis ativos e despesas de salários e encargos
- b) aluguéis passivos, descontos concedidos e duplicatas descontadas
- c) custo dos produtos vendidos, tributos a recolher, despesas bancárias
- d) receita de vendas, vendas anuladas e impostos sobre as vendas
- e) descontos obtidos, receita financeira e provisão para férias



- a) Errada. A conta aluguéis a pagar é conta do passivo.
- b) Errada. A conta duplicata desconta é conta do passivo.

- c) Errada. A conta tributos a recolher é conta do passivo.
- d) Certa. Receitas de vendas é receita; vendas anuladas e impostos sobre vendas são deduções das vendas.
- e) Errada. A conta provisão para férias é conta do passivo.

Letra d.

033. (FUNDATEC/BALNEÁRIO DE PINHAL/CONTROLE INTERNO/2024) Em alinhamento com as normas internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade editou norma (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL) tratando da estrutura conceitual para relatório financeiro. Segundo as definições estabelecidas no mencionado instrumento normativo, os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade são os seguintes:

- a) Ativos e Despesas.
- b) Ativos e Passivos.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- d) Passivos e Receitas.
- e) Receitas e Despesas.



As Receitas e as despesas são os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade.

Letra e.

034. (UNIVIDA/PÉROLA-PR/CONTADOR/2024) Os Princípios de Contabilidade são fundamentais para a compreensão e aplicação das normas contábeis. Qual princípio assegura que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem?

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Prudência.
- d) Materialidade.
- e) Consistência.



Segundo o regime da escrituração da COMPETÊNCIA, as receitas e despesas deverão ser confrontadas no exercício em que efetivamente ocorreram, ou seja, quando o seu fato gerador incorrer e impactar na situação líquida da empresa, aumentando ou diminuindo-a.

A receita será registrada quando ganha, independentemente do recebimento; já a despesa será registrada quando ocorrer, independentemente do seu pagamento.

Letra a.

035. (FGV/PREFEITURA DE CARAGUATATUBA/CONTROLADOR INTERNO/2024) Na Demonstração do Resultado do Exercício, as receitas geram aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes

- a) ao resultado positivo apresentado por sociedade investida.
- b) à prestação de serviços cuja remuneração é recebida a prazo.
- c) a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- d) à venda de ativo imobilizado, que não representa a atividade fim.
- e) a juros sobre investimentos que não são imediatamente adicionados ao caixa.



Não são consideradas receitas as transações da empresa junto aos seus sócios como é o caso do aporte de capital, com a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Letra c.

036. (VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO/CONTADOR/2025) A demonstração do resultado é a fonte principal de informações sobre o desempenho financeiro da entidade para o período, logo, todas as receitas e despesas são, a princípio, incluídas nessa demonstração. Contudo, pode-se decidir, em circunstâncias excepcionais, que receitas ou despesas resultantes de mudança no valor corrente de ativo ou passivo devem ser incluídas na demonstração

- a) das mutações do patrimônio líquido se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais relevantes no período.
- b) dos lucros ou prejuízos acumulados se resultar na demonstração do resultado propiciar informações mais relevantes no período.
- c) do resultado abrangente se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais relevantes no período.
- d) dos fluxos de caixa se isso resultar na demonstração do resultado fornecer informações mais detalhadas no período.
- e) do valor adicionado se isso resultar na demonstração do resultado propiciar informações no período.



As receitas e despesas resultantes de ajustes do ativo ou do passivo são denominadas de resultado abrangente (outras receitas e outras despesa abrangentes) e deverão ser apresentadas na DRA.

Letra c.

037. (FUNDATEC/PREFEITURA DE MARAU/CONTADOR/2025) Uma empresa registrou as seguintes operações em um determinado período:

Receita de vendas: R\$ 500.000,00.

Deduções da receita de vendas (descontos concedidos e devoluções): R\$ 50.000,00.

Custos das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 250.000,00.

Despesas operacionais (administração, vendas e gerais): R\$ 120.000,00.

Impostos sobre a receita: R\$ 15.000,00.

Com base nesses dados, qual é o Lucro Bruto da empresa?

- a) R\$ 200.000,00.
- b) R\$ 350.000,00.
- c) R\$ 370.000,00.
- d) R\$ 450.000,00.
- e) R\$ 480.000,00.



Para responder à questão devemos lembrar que despesas operacionais e o imposto de renda (imposto sobre receitas) não afetam o lucro bruto.

Receita de Vendas 500.000

(-) Deduções da receita de vendas (50.000)

(=) Receita Líquida de Vendas 450.000

(-) CMV (250.000)

(=) Lucro Bruto 200.000

Letra a.

038. (SELECON/CRC SE/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2024) Há uma demonstração contábil elaborada quando existirem despesas e receitas que não foram computadas na demonstração do resultado do exercício, em razão de determinação das normas contábeis. Essa demonstração começa a partir da última linha da demonstração do resultado do exercício, sendo complementada pelas receitas e despesas que foram contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido, nas contas de lucros acumulados ou ajustes de avaliação patrimonial. Essa demonstração contábil é denominada:

- a) do valor adicionado
- b) do resultado abrangente
- c) de equivalência patrimonial
- d) de origens e aplicação de recursos



A DRA é a demonstração que apresenta, a partir do resultado do exercício apurado na DRE, as variações de ativos ou passivos por meio de ajustes que não são consideradas receitas ou despesas em respeito ao regime da competência.

Os ajustes são reconhecidos como outras receitas abrangentes ou outras despesas abrangentes e são apresentados na conta ajuste da avaliação patrimonial, no PL.

Letra b.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

